

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

DANIELA SANT'ANA

**A RECONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA FAXINALENSE A PARTIR DA
OFICINA DE FITOTERAPIA ANIMAL E DOS SONHOS PARA O FUTURO:
REFLEXÕES ACERCA DA HISTÓRIA E RECONHECIMENTO DO MOVIMENTO**

CURITIBA

2011

DANIELA SANT' ANA

**A RECONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA FAXINALENSE A PARTIR DA
OFICINA DE FITOTERAPIA ANIMAL E DOS SONHOS PARA O FUTURO:
REFLEXÕES ACERCA DA HISTÓRIA E RECONHECIMENTO DO MOVIMENTO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação, Meio Ambiente e desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Comitê de orientação:

Profº Dr. José Edmilson de Souza-Lima

Profª Dra. Sandra Mara Maciel de Lima

CURITIBA

2011



Universidade Federal do Paraná
Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Especialização em Educação Meio Ambiente e Desenvolvimento

Ata da sessão pública da monografia do grau de Especialista em Educação Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e onze, às 18:00 horas na Sede do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da banca de monografia, constituída pelos seguintes Professores: José Edmilson de Souza Lima, Sandra Mara Maciel de Lima (orientadores) e Jurandir de Souza sob o título "*A Reconstituição da identidade política Faxinalense a partir da oficina de fitoterapia animal e dos sonhos para o futuro: reflexões acerca da história e reconhecimento do movimento*" de autoria de **DANIELA SANT'ANA** tendo obtido os seguintes conceitos: Professores: José Edmilson de Souza Lima (A) Sandra Mara Maciel de Lima (A) e Jurandir de Souza (A). Em seguida foi declarada aprovada e receberá o título de Especialista em Educação Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão a qual será assinada pela banca examinadora.

Curitiba, 29 de agosto de 2011.

Prof. Dr. José Edmilson de Souza Lima

Prof. Dra. Sandra Mara Maciel de Lima

Prof.Dd. Jurandir de Souza

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a materialização da pesquisa. Agradeço...

Primeiramente ao Bernardo, meu companheiro nas horas de mais correria e nos melhores momentos;

Aos meus pais, Nilton e Magdalena, pelo carinho, incentivo e compreensão enquanto eu estava um pouco distante estudando;

Aos meus irmãos e familiares que mesmo à distância estão na torcida;

Aos amigos do curso, em especial Andrey, Rodrigo, Mel, Tati, Keka e João Navarro com quem compartilhei, além de sonhos, aprendizados sobre o mundo e sobre mim mesma;

Aos orientadores Edmilson e Sandra, pelo olhar cuidadoso;

Aos professores do MADE, sobretudo Ademar Heemann, Cristina, Edmilson, Valdir, Francisco, pelas trocas de ideias e por terem apresentado o conhecimento de forma diferente e instigadora;

Aos amigos do curso Gaia pelas experiências inquietantes dos últimos meses e, especialmente, Erion, Ari, Camis, Gene por estarem junto nos momentos mais deliciosos entre os estudos;

À Margit Hauer e à Dandara Damas pelo apoio com materiais de pesquisa e, mais do que isso, pelas conversas enriquecedoras;

Aos pesquisadores do coletivo Econtrá, principalmente aos professores Jorge Montenegro e Jorge Fávaro e aos alunos Otávio, William, Mara, Juliana, Gustavo, Eloah, Ralph, Thiago, Laura, pela oportunidade de participar de cursos e oficinas em que, em contato com tantas comunidades, pude entender mais a riqueza e a importância cultural dos povos do Paraná;

Ao Otávio por ter cedido suas fotos tiradas nos encontros;

Aos pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social pela oportunidade de conhecer pessoas com histórias marcantes de esforço e de luta, diante das adversidades;

E, sobretudo, aos faxinalenses, em especial ao seu Isidoro, à Dona Paulina, ao Seu Amantino e à Madalena, pela atenção e carinho com que nos receberam e pela inesquecível troca de saberes e experiências, para a vida.

RESUMO

A presente pesquisa trata da organização política de um grupo social denominado faxinalense, que vem adquirindo visibilidade política e reconhecimento formal pelo poder público, traduzidos paulatinamente em algumas políticas públicas específicas. O recorte empírico principal foi a oficina “Resgate e troca de experiências em práticas tradicionais: fitoterapia animal no Faxinal Meleiro e sua territorialidade” de que participaram comunidades do setor Quitandinha / Curitiba. O objetivo central foi verificar em que medida os elementos presentes ao longo da produção da cartilha de fitoterápicos reconstituem e organizam uma identidade política faxinalense; e de que maneira a mobilização dessa identidade permite elaborar demandas que afetam a elaboração de políticas públicas. Para além desse objetivo central, buscou-se contextualizar a situação política atual dessas comunidades e analisar o vínculo dessas demandas com questões teóricas mais amplas que envolvem o debate acerca da problematização da definição dos chamados Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), dos novos movimentos sociais, do caráter fragmentado e fluido das identidades no modernidade periférica tardia, e da relação da APF com um ambientalismo de base popular, o ecologismo do sul. É possível dizer que a construção de sua identidade política se dá de forma relacional e negociada conflituosamente, por um lado, frente aos conflitos sociais que eles denunciam e, por outro lado, incentivada tanto no bojo das reivindicações dos PCT, em âmbito regional e nacional, quanto na esteira da institucionalização da questão ambiental. Os procedimentos metodológicos envolveram revisão bibliográfica e documental, entrevistas abertas, observação participante e descrição etnográfica.

Palavras-chave: identidade faxinalenses, questão ambiental, povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais, correntes do ambientalismo.

ABSTRACT

This research aimed at understanding the political organization of a social group called faxinalenses, that has achieved political visibility and formal recognition by the government through the implementation of some new specific policies, in the state of Parana. The empirical focus was on the workshop “Resgate e troca de experiências em práticas tradicionais: fitoterapia animal no Faxinal Meleiro e sua territorialidade” of which some community members from setor Quitandinha / Curitiba took part. The central objective was to verify how the elements of the production of the herbal booklet reconstitute and organize a faxinalense political identity; and how the mobilization of this identity allows the development of demands that influences the formulation of public policies. Beyond this central objective, the author tries to contextualize the actual political situation of these communities and analyze the links between these demands and wider theoretical questions, concerning the debate on the definition of the so called Traditional Peoples and Communities (TPC), new social movements, the fragmented and fluid character of identities in the late and peripheral modernity, and the relation between APF and an environmentalism expressed on popular basis, known as southern environmentalism. It's possible to say that the construction of their political identity is relational and negotiated, on one side, when looked from the point of view of the social conflicts they call attention to, and on the other side, this construction is motivated either together with the region and nation-wide claims of the TPC, or together with the institutionalization of environmental issues. The methodological procedures were documentary and bibliographical revision, open interviews, participant observation, and ethnographic description.

Key words: faxinalense identity, environmental issues, Traditional Peoples and Communities, social movements, different environmentalisms.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 1 – Mata-burro na entrada do Faxinal Meleiro.....	41
FOTO 2 – Apresentação dos resultados da coleta de tratamentos.....	47
FOTO 3 – Erva medicinal denominada Erva-de-bicho.....	49
QUADRO 1 – Análise dos sonhos e expectativas.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	- Área de proteção ambiental
ARESUR	- Áreas Especiais de Uso Regulamentado
APF	- Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses
APP	- Área de proteção permanente
CAOPJDC	- Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais
CDB	- Convenção sobre a Diversidade Biológica
CEMPO	- Centro Missionário de Apoio ao Campesinato
CF	- Constituição Federal
DSA	- Departamento Socioambiental do IAP
ENCONTTRA-	- Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra
EMATER	- Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FLONA	- Floresta Nacional
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEEP	- Instituto Equipe de Educadores Populares
IFPR	- Instituto Federal do Paraná
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MPE	- Ministério Público Estadual
PNCS	- Projeto Nova Cartografia Social
PNPCT	- Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPGSCA	- Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da UFAM
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONU	- Organização das Nações Unidas
ONG	- Organização não governamental
PCT	- Povos e Comunidades Tradicionais
Rede Puxirão	- Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná

RESEX	- Reserva extrativista
RDS	- Reserva de desenvolvimento sustentável
SEAB	- Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEAE	- Secretaria de Acompanhamento Econômico
SEED	- Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SEMA	- Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SERC	- Secretaria Especial de Relações com a Comunidade
SESA	- Secretaria da Saúde do Paraná
SESP	- Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná
SETI	- Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	- Unidade de Conservação da Natureza
UDESC	- Universidade do Estado de Santa Catarina
UFAM	- Universidade Federal do Amazonas
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UNICENTRO	- Universidade Estadual do Centro-Oeste (PR)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DELIMITANDO A PESQUISA	14
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA: DE “POVOS DE FAXINAIS” PARA “FAXINALENSES”	14
1.2 PROBLEMA/PERGUNTA.....	23
1.3 OBJETIVOS.....	24
1.3.1 Objetivo Geral.....	24
1.3.2 Objetivos Específicos.....	24
1.4 PRESSUPOSTOS.....	25
1.5 METODOLOGIA.....	25
2 OLHANDO PARA AS INTERAÇÕES SOCIAIS: O CARÁTER RELACIONAL DA IDENTIDADE EM RECONSTITUIÇÃO	29
2.1 O CONFLITO EM MANDIRITUBA: RECONTANDO A GÊNESE DO MOVIMENTO	29
2.2 “EU QUERO QUE MEUS NETOS FIQUEM NO FAXINAL”: SONHOS PARA ALÉM DE TROCAS DE RECEITAS CASEIRAS.....	38
2.3 ANÁLISE DOS SONHOS E METAS PARA O FUTURO.....	51
2.4 PRÁTICAS TRADUZIDAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS LEIS RELACIONADAS AO FAXINAL E AOS FAXINALENSES	60
3 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E POLÍTICAS AMBIENTAIS: REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE DE AGENTES DA CONSERVAÇÃO	71
3.1 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS A PARTIR DA ANTROPOLOGIA E DO DIREITO.....	71
3.2 ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E OS PCT.....	81
4 IDENTIDADES EM MOVIMENTO: REPENSANDO A TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS À LUZ DAS QUESTÕES DO ECOLOGISMO DO SUL	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	106
ANEXOS	112
ANEXO A – CARTILHA DE FITOTERÁPICOS – TRATAMENTOS CASEIROS PARA ANIMAIS: um resgate da sabedoria popular dos Povos Faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba.....	112

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é fruto do meu interesse pelo debate acadêmico em torno da questão ambiental, desde minha inserção nas ciências sociais, mais especificamente ao fim da graduação e posteriormente no curso multidisciplinar de Especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento, na UFPR. Ingressei no mesmo ano, no mestrado, em que o caráter academicista é mais latente e a imersão intelectual é mais profunda. No entanto, foi no curso de especialização que eu considero que aprendi mais.

Nem preciso descrever aqui as vivências e as novas amizades que delas surgiram, mas é importante registrar que as oportunidades de diálogos, de trocas de experiências e de hetero e autoconhecimento foram fundamentais para a transformação da natureza dos meus questionamentos sobre meu lugar no mundo, seja como “aprendente”, seja como pesquisadora, tanto dentro de sala de aula quanto nas andanças pelo mundo do conhecimento.

O conteúdo trocado durante as aulas podia ser aplicado ou visto nos momentos em que estávamos juntos. E isso me faz lembrar dos professores que trouxeram provocações mobilizadoras, realizavam a aula em círculo, ou aulas baseadas em perguntas, aulas em que o professor falava pouco, aula de campo para exercitar o estar no mundo e não só o observar o mundo como se estivéssemos fora dele. Esses verdadeiros educadores que nos mostraram abordagens diferentes do processo de educação, no entanto, ao contrário de nos deixar respostas, nos deixaram com mais inquietações e perguntas.

Já meus amigos me apresentaram novas práticas: tivemos introdução à agroecologia, vivenciamos novas formas de gestão de grupo, aprendemos mais sobre culinária naturalista e orgânica, fizemos viagens para o meio da floresta, montanhismo, montamos até uma horta mandala, e o mais enriquecedor: convivemos.

Meu olhar passou então a se dirigir aos moradores dos lugares turísticos que eu visitava nas viagens de folga e comecei a imaginar o que havia despertado tantos amigos e a mim mesma a conhecer tantas paisagens e localidades longe dos grandes centros urbanos e como os moradores se sentiam com a nossa presença ali. Decerto que os significados que aqueles espaços tinham para nós visitantes e para os moradores eram bem diferentes.

Quase que automaticamente, cheguei à discussão que diz respeito ao estreito envolvimento da problemática ambiental com lutas sociais que pleiteiam identidades específicas a partir da reivindicação de uma territorialidade “socioambiental”.

Alimentando indagações desse tipo, decidi me lançar na pesquisa sobre os conflitos envolvendo sujeitos sociais que habitam áreas que foram instituídas pelo poder público como áreas de proteção ambiental. Em contato com alguns colegas da universidade que já trabalhavam com a temática, fui apresentada ao dilema desses colegas em realizar uma pesquisa “neutra” com fins estritamente acadêmicos ou uma pesquisa engajada, declaradas as convicções sociais e políticas.

Desse emaranhado de experiências, surgiu então o interesse em conhecer projetos que trabalhassem com metodologias participativas, que levasse em conta a realidade dos “nativos” ou dos sujeitos da pesquisa. Depois de ouvir falar do projeto Nova Cartografia Social, encontrei então um grupo de estudos e extensão universitária da UFPR que realiza cartografias sociais com as chamadas “comunidades tradicionais”. Entrei em contato com o coordenador do grupo e lhe perguntei se poderia ingressar no grupo como voluntária, para conhecer o projeto.

Eu me aproximei do projeto como uma curiosa voluntária, na véspera de um evento importante para eles, e acabei então fazendo parte da organização operacional do primeiro módulo do curso de extensão “Cartografia Social: uma ferramenta para o fortalecimento identitário e a mobilização social”. Ao longo da realização, descobri que se tratava da aglutinação de oficinas dirigidas “para comunidades tradicionais” paranaenses (o que incluía indígenas, quilombolas, faxinalenses, ilhéus, benzedeiros, indígenas, cipozeiras, pescadores artesanais, entre outros) e suas principais lideranças e membros de comunidades que ainda não tinham passado pelo processo de produzir sua própria cartografia social.

Logo na abertura do evento houve auto apresentação dos presentes e começaram os relatos das lideranças das comunidades que já tinham seus fascículos publicados, o que me permitiu entender um pouco mais do que o projeto Nova Cartografia Social significou para aquelas comunidades. Ao longo do curso, aconteceram oficinas de entrevistas por meio do registro escrito, da manipulação de alguns aparelhos como gravadores de áudio, câmeras fotográficas; houve também palestras de atores institucionais (órgãos ambientais, ministérios público, professores universitários engajados) com fins de informação sobre legislação ambiental, legislação federal, estadual e municipal para “Povos e comunidades tradicionais” (a partir de agora PCT), assessoria jurídica e outros debates sobre o andamento das mobilizações dessas populações, no âmbito do estado do Paraná.

Enfim, o curso era direcionado a atores comunitários para fomentar a produção de

novas cartografias sociais realizada pelos próprios membros dessas comunidades, a partir da sua ótica e a fim de sistematizar suas reivindicações frente ao poder público. O objetivo central era promover sua visibilidade. O primeiro módulo do curso foi realizado num campus da universidade pela ação conjunta entre o movimento social Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, o Projeto Nova Cartografia Social e a coordenação do curso a que se vincula o projeto de extensão.

Ora como observadora visitante, ora como participante ativa, entre as experiências das atividades dos movimentos sociais e desse grupo de extensão, aconteceu a vivência de que trata esse trabalho. Numa das incursões do projeto de extensão, foi elaborado um roteiro para realizar uma oficina de “Resgate e troca de experiências em práticas tradicionais: fitoterapia animal no Faxinal Meleiro e sua territorialidade”, no município de Mandirituba. A proposta, segundo o professor universitário coordenador da oficina, surgiu em resposta a uma demanda dos próprios moradores das cinco comunidades faxinalenses de Mandirituba, na região Metropolitana de Curitiba.

Prosseguindo com meu projeto paralelo de mestrado, reflexões sobre essas vivências foram acumulando e decidi levar paralelamente o projeto de mestrado (que ainda estou construindo) ao mesmo tempo em que construía essa monografia. Assim, minha breve participação em eventos organizados por movimentos sociais, de que as lideranças faxinalenses pareciam ser as grandes motivadoras, me instigou a entender mais os meandros da mobilização política e me fez pensar em me dividir entre dois temas em interseção, a questão ambiental e “comunidades tradicionais”; o foco da monografia seria então os faxinalenses do município de Mandirituba.

Decidi então escrever a monografia de especialização do MADE (que vai ser mais um exercício sociológico do que um aprofundamento) sobre o movimento faxinalense. Defini essa oficina de fitoterápicos realizada no faxinal Meleiro com o apoio do projeto de extensão da UFPR, baseada em metodologia participativa, como um recorte ilustrativo das estratégias localizadas de mobilização que tem se replicado pelos municípios onde ocorrem as reivindicações de autodeterminação como faxinalense. Mas ao longo do registro e análise dessa vivência, novas questões emergiram e é a partir do conjunto delas que a pesquisa será desenvolvida. Tendo essa introdução sido feita, a seguir indica-se a forma como esse trabalho será apresentado.

No primeiro capítulo, será apresentado um breve histórico do processo de organização

e de visibilidade por que os povos faxinalenses vem passando sobretudo em decorrência de seu mapeamento situacional, que vem tendo grande repercussão no estado do Paraná. Buscou-se aproximar o leitor da imagem que eu construí acerca da realidade dos sujeitos da pesquisa, a partir da literatura especializada, de documentos e de observação participante para num segundo momento, apresentar a justificativa da escolha do tema, os problemas de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, hipóteses de pesquisa e procedimentos metodológicos utilizados.

No capítulo seguinte, o leitor encontrará mais detalhes sobre o mapeamento situacional dos faxinalenses e um breve histórico da organização do movimento político e de sua articulação com a Rede Puxirão, em torno das demandas construídas ao longo dos últimos seis anos. Em seguida, foi feita uma introdução da situação político-social dos faxinalenses com quem foi realizada a oficina de fitoterapia animal, apresentando um olhar pormenorizado e analítico da vivência do dia da oficina, a partir de um mergulho descritivo dos elementos considerados fundamentais no decorrer da produção da cartilha fruto dessa oficina (ANEXO A) contendo receitas caseiras para doenças de animais do faxinal.

No terceiro capítulo, foram elencadas algumas reflexões e problematizações teóricas acerca da definição de Povos e Comunidades Tradicionais (aqui PCT) e a relação da construção da identidade coletiva, associada com a noção de agentes da conservação da natureza, a partir de um pacto formado com o poder público, permeado por políticas ambientais, na busca pela afirmação territorial.

Já no quarto capítulo, algumas aproximações foram feitas em direção ao debate teórico contemporâneo em torno de identidades na pós-modernidade e dos movimentos sociais, ainda no intuito de compreender a atuação da Associação Puxirão dos Povos Faxinalenses e a sua relação com o Estado na forma de demandas por políticas públicas específicas, relacionadas com o tema ambiental.

Por fim, foram feitas algumas considerações finais que relacionam a parte empírica à parte teórica, no sentido de enfrentar o problema inicialmente lançado e de colaborar, na delimitação dessa pesquisa, com o debate acerca da imbricação dos temas dos PCT e a questão ambiental, procurando trazer à tona mais questionamentos do que respostas absolutas.

1 DELIMITANDO A PESQUISA

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA: DE “POVOS DE FAXINAIS” PARA “FAXINALENSES”

Para contextualizar o tema de pesquisa, cabem breves observações acerca da produção acadêmica especializada. Nos escritos acadêmicos, as primeiras, e talvez mais importantes referências sobre faxinais, realizaram pesquisas baseadas em perspectivas econômica e geográfica, considerando-os enquanto sistema geobiofísico, como discutido nos acalorados debates do I Simpósio Pesquisadores de Faxinal realizado pela UEPG em julho de 2011, que contou logo na mesa de abertura com a presença da economista Man Yu Chang e da historiadora Maria Madalena Nerone (referências importantes no estudo da temática por terem sido as precursoras junto com Horácio de Carvalho).

Nesse simpósio, houve apresentações e discussões sobre pesquisas feitas desde a década de 80 até pesquisas recentes e em andamento (a maioria pesquisadores da Geografia, da Engenharia Florestal e da Agronomia). Os professores e pesquisadores presentes anunciaram que o objetivo do simpósio era sistematizar a produção científica da última década e apontar caminhos para pesquisas futuras sobre o “sistema faxinal”. Contudo, em nenhum momento foi mencionada a ampla pesquisa envolvendo o mapeamento situacional dos faxinais no Paraná, realizado em grande parte pelos próprios faxinalenses.

Essa “lacuna” no simpósio não passou despercebida, tendo em vista alguns desdobramentos sociais significativos que os processos de produção do mapeamento vem tendo na dinâmica interna da organização dos faxinalenses. Para além disso, faz-se visível sua repercussão política, cuja gênese pode ser contabilizada a partir de 2005, para além dos limites do faxinal, seja na visibilidade que esse mapeamento vem lhes proporcionando no que se refere ao estreitamento das relações com algumas secretarias do estado e entidades governamentais, seja na própria ampliação do conjunto de políticas públicas específicas direcionadas aos faxinais e aos faxinalenses, em âmbito municipal e estadual¹.

Atualmente, pode-se observar o desenvolvimento e o fortalecimento do movimento faxinalense, o qual se sustenta em uma posição intelectual diferente da que aborda o faxinal

¹ Vale enfatizar que a problematização mais pormenorizada acerca da qualidade e da efetivação dessas políticas já é uma outra questão que ultrapassa os limites desta pesquisa; seriam necessários então outros trabalhos para avaliar a diversidade de situações envolvendo a interação multifacetada entre comunidades, movimentos sociais, grupos de interesse, partidos políticos, municípios, EMATER, IAP, ITCG etc..

principalmente à luz das ciências da natureza. Ganha eco uma nova leitura em que os moradores ou povos de faxinais emergem como sujeitos faxinalenses, atores sociais que ressignificam seu território política e socioculturalmente, posição defendida por Souza na sua defesa de tese de doutoramento na Sociologia a partir da realização do mapeamento situacional dos faxinalenses.

Na definição acadêmica de Floriani et al. (2010), preocupados com os delineamentos ambientais dos Faxinais paranaenses, estes correspondem a um modo tradicional de vida e de uso dos recursos naturais existente no Brasil. Sua formação espacial resulta na configuração de paisagens que integram, em diferentes níveis de sustentabilidade socioambiental, o ecossistema Floresta com Araucária e as pequenas comunidades de agricultores tradicionais que utilizam os recursos em apropriação comunitária.

Atualmente, os faxinais vão sendo adaptados aos imperativos da lógica de mercado, à pressão fundiária e à ausência de políticas públicas de desenvolvimento local específicas para a realidade socioambiental desses territórios, transformando, para tanto, sua organização espacial: o conjunto de atividades produtivas tradicionais vem dando lugar aos monocultivos comerciais intensivos (fumicultura, reflorestamentos com espécies exóticas, sojicultura, entre outros cultivos e criações intensivos); e o crescimento demográfico e o aumento do preço das terras exercem pressões sobre a paisagem, causando conflitos entre os moradores e a desintegração da comunidade. A agrobiodiversidade, fruto das interações co-evolutivas desses grupos junto ao ecossistema, sintetizadas em um corpo de saberes e práticas tradicionais (FLORIANI et al., 2010), passa, assim, a ser perdida progressivamente devido a tais fenômenos.

Souza (2009a, 2009b) aponta que desde 1994 o estado do Paraná elaborou dois levantamentos oficiais sobre os faxinais, identificados como preliminares. Em ambos levantamentos, as categorias utilizadas para definir o objeto da pesquisa foram “sistema faxinal” e “criador comunitário” conforme formulações teóricas de Carvalho (1984 apud SOUZA, 2009a) e Chang (1985 apud SOUZA, 2009a).

O primeiro levantamento, elaborado pela EMATER em 1994, foi realizado pelos escritórios locais da empresa, totalizando 118 faxinais no Paraná. Em 2004 foi realizado o segundo levantamento, desta vez pelo IAP. Constatou-se, de forma resumida, que “atualmente existem no estado do Paraná, no mínimo, 44 faxinais” que ainda mantêm o “sistema de criadouro comunitário” e/ou “uso coletivo das terras”, com alguma atividade produtiva, a

exemplo de pastagens (MARQUES, 2004).

No entanto, segundo Souza (2009b) aqueles que legitimam, do ponto de vista teórico, o desaparecimento do sistema faxinal, desconsideram os sujeitos que dão sentido ao território onde tal forma de apropriação simbólica e material dos espaço ocorre. Esses sujeitos sociais enfrentam antagonistas históricos, como fazendeiros de gado, ervateiros, madeireiros, durante um período que ultrapassa dois séculos, e mais recentemente a “agricultura moderna”. Também enfrentam lutas no campo simbólico, em que, de um lado, lutam pelo reconhecimento político e, de outro, em que pesquisadores acadêmicos defendem a tese da “desagregação do faxinal”. Souza afirma que essa tese fortalece outros grupos que se colocam contra a luta da identidade coletiva dos faxinalenses. Ele afirma que a validade da “invisibilidade” e a “irrelevância” dos sujeitos faxinalenses consolida-se na medida em que o uso de tais categorias classificatórias transcende os debates acadêmicos, tornando-se orientações oficiais, adotadas pelo Estado (SOUZA, 2009b, p. 5).

Pela importância referencial que Horácio de Carvalho e Man Yu Chang têm na análise socioeconômica dos faxinais, Souza escolhe esses dois autores para fundamentar sua crítica aos limites das abordagens que ele denomina “evolucionista”². Mesmo reconhecendo a relevância dos trabalhos de ambos para a visibilidade dos faxinais no sul do Brasil, Roberto reafirma sua crítica à insuficiência de seus esquemas interpretativos e das categorias comumente usadas como referência – “sistema faxinal”; “criador comunitário”; “pequena burguesia agrária” e “camponeses”. O autor argumenta que estas categorias repousam em definições que tratam da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade, negligenciando a esfera cultural.

Os faxinalenses frequentemente são identificados como agricultores familiares, trabalhadores rurais, pequenos produtores, dentre outros termos. Ainda que não neguem seu enquadramento nessas ocupações econômicas e sociais, questionam, segundo Souza, que suas demandas e necessidades específicas não são contempladas pelas políticas públicas e pelos programas disponíveis, já que estes consideram seu público beneficiário dentro de categorias genéricas e universais, que não dão conta da realidade do uso e do manejo dos recursos. Cita como exemplo as categorias censitárias e cadastrais assinaladas pelo IBGE (estabelecimento)

² No entanto cabe ressaltar o reconhecimento de que os trabalhos acadêmicos pertenciam a contextos sociointelectuais específicos e que as obras de qualquer natureza não podem ser lidas a partir de um anacronismo, mas sim a partir da relativização da historicidade tanto dos debates e como de seus conteúdos.

ou pelo INCRA (imóvel rural), as quais estão a passos largos de abranger as formas de uso comum da terra existentes no país.

Resume Souza:

Essa dissonância fica notória quando agentes públicos propõem ações de inclusão produtiva ou ambiental, o que é rebatido com a demanda territorial que considere as necessidades de reprodução social e física do grupo que pode ser traduzido pela forma como os mesmos se relacionam com os recursos considerados básicos pelo grupo social (SOUZA, 2009b, p. 8).

Em sua análise, essas definições não permitiriam compreender os processos sociais de territorialização inscritos em relações conflituosas e tensas com seus antagonistas. Como estratégia, esses sujeitos sociais buscam territorialidades específicas e a adoção de atividades produtivas disponíveis, ainda que sua cultura continue se manifestando na reprodução das diversas práticas sociais de apropriação comum no uso dos recursos essenciais ao grupo.

Como vimos, Souza argumenta que a tese de desagregação e tendência para o fim dos faxinais se refere ao sistema geobiofísico, não problematizando a existência dos sujeitos sociais e sua intenção de manter um modo de organização social específica, no território. São os dados do mapeamento situacional dos faxinais que são acionados para questionar tal tendência, ao indicar a persistência da identidade coletiva manifestada pelos processos de territorialização mesmo em unidades sociais onde o uso comum foi completamente obstruído (SOUZA, 2009a).

Souza sustenta que a evidência da manifestação identitária numa dimensão simbólica mostra que a caracterização dos faxinais e de seus habitantes não se resume unicamente pela presença de “estruturas objetivas”, tal como, o “criador comunitário” ou “sistema faxinal”, portões e “mata-burros”, mas depende da defesa de uma tradicional modalidade de uso dos recursos, ou seja, a vontade de permanência. Em sua análise, ele conta que procurou combinar esses elementos.

O autor avalia que os sujeitos faxinalenses conhecem realidades localizadas, cujas fronteiras sociais redesenham fronteiras territoriais e nem sempre coincidem com as áreas oficialmente conhecidas como faxinais reduzidas à delimitação dos denominados “criadores comuns”. Desta forma, incluiu em seu mapeamento, realizado ao longo da produção de sua tese de doutoramento em sociologia, faxinais até então considerados “extintos” pelos levantamentos oficiais pelo fato de não possuírem as características de um “criador

comunitário”, segundo as definições teóricas e operacionais vigentes, fornecendo fundamentos para uma nova leitura sobre os faxinais, os quais passam a ser habitados por sujeitos cuja identidade coletiva se sustenta em termos étnicos e simbólicos.

Portanto, de acordo com a definição de Souza, a dimensão agrária dos faxinais é profundamente marcada por fatores socioambientais, em que o significado de terra passa a incorporar a noção de território e de fatores identitários correspondentes, delineando os contornos socioculturais dos agentes sociais a partir da modalidade específica de apropriação dos recursos naturais.

Ele deixa claro que “[...] as implicações ideológicas e políticas das diferentes concepções sobre os faxinais condicionam as possibilidades das lutas, isto é, avanços ou retrocessos no reconhecimento e no acesso a seus direitos” (SOUZA, 2009a, p. 45). Com essa preocupação, o debate apresentado pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses – APF³ nos resultados preliminares de seu mapeamento situacional confronta as noções de “sistema faxinal” e “terras tradicionalmente ocupadas” (assim definidas pelo antropólogo ALMEIDA, 2006, cujo papel é fundamental dentro do PNCSA).

As “terras tradicionalmente ocupadas” focalizam as extensões de pertencimento territorial e não necessariamente as áreas ocupadas atualmente. Essa distinção é importante pois cada significado conduz a análises com implicações diferentes. Simplificadamente, a primeira versão apresentaria um cunho “biologizante” e economicista, enquanto a segunda iluminaria, daqui para frente, características auto identitárias, marcadores de diferenças culturais produzidas socialmente pelos grupos sociais em relação a outros.

Nesse sentido, o arcabouço conceitual mobilizado por Roberto Martins de Souza deu suporte intelectual para o processo de deslocamento do corrente objeto de pesquisa referido aos faxinais, como denominação de extensões espaciais, para os sujeitos sociais faxinalenses, como atores fundamentais na significação do território, a partir da reconstituição de “múltiplas estratégias de resistência e mobilização” que foram progressivamente por eles acionadas. Aqui se mostra marcante sua contribuição para o movimento a partir do campo intelectual, atribuindo e reivindicando neste campo a legitimidade de um novo sentido para existência social dos povos faxinalenses.

O pesquisador buscou explicações para o fenômeno da permanência no território, que se dá em meio a conflitos e tensões. Defende a hipótese de que os processos sociais de

³ Mais adiante o surgimento da APF será contextualizado.

territorialização são resultados do poder simbólico em ação, produzido por grupos diretamente afetados que buscam sistematicamente responder a esses conflitos a partir de sua reorganização sociopolítica.

As formas diferenciadas de apropriação comum da terra podem ser explicadas como estratégias de reprodução social. A necessidade dessa reorganização social se deu a partir das possibilidades políticas disponíveis, visando a conservação e a reinvenção de práticas socioculturais, e resultou principalmente de uma nova posição em relações aos conflitos sociais determinados pela pressão local contra a modalidade de uso comum dos recursos básicos:

Os agentes sociais que dispõe de terra reorganizam suas práticas tradicionais nas condições em que são possíveis reproduzi-las. Selecionam e reduzem as criações pela estrita necessidade de uso para o trabalho e consumo, extinguem as criações baixas (porcos e cabritos) ou edificam “mangueirões” ou “potreiros” em pequenas áreas onde o grupo familiar ampliado estabelece consenso para criar em conjunto, mesmo que em terreno privado, em oposição as praticas de confinamento, como os “chiqueirões fechados” ou granjas, em que as raças crioulas são banidas, e os processos produtivos controlados externamente (SOUZA, 2009a, p.43).

Outra consequência das estratégias de manutenção do modo de vida é o assalariamento na colheita de batata, feijão ou madeira ou mesmo em empregos urbanos. Mas mesmo quando eles adotam esta estratégia de renda em locais distantes, permanecem residindo em seus faxinais, ou mesmo, permanecem em outras cidades trabalhando por meses e até anos, a fim de alcançarem condições econômicas que lhes permita retornar à sua comunidade. Souza (2009a, p.43) ressalva que as explicações para tal comportamento não opõe a forma salário com a identidade social, e também se explicam pela falta de condições territoriais que lhes garanta praticar seu modo de vida.

Em sua pesquisa, as entrevistas mostraram um passado comum de disputas e resistência contra a interferência no uso comum da terra e contra processos de mercantilização e transformação de seus territórios. Apontam também fazendeiros, empresas reflorestadoras e chacreiros urbanos como agentes sociais⁴ que reforçam o conflito em torno de duas modalidades de uso e apropriação dos recursos básicos: o comum e o privado.

⁴ Ele vai progressivamente delimitando os sujeitos sociais denominados “antagonistas” ou os “contra”: “Os distintos antagonistas concorrem entre si pelo acesso e uso dos recursos naturais faxinalenses, a saber: monocultivos de soja, milho, pinus, eucaliptus, criação de gado de leite e corte, empresas mineradoras, chacreiros, empresas integradoras (fumicultura, aves e suínos), além de projetos governamentais de infraestrutura (estradas, hidrelétricas)” (SOUZA, 2009a, 2009b).

Sua leitura da situação dos sujeitos faxinalenses é sustentada por informações e documentos elaborados por ele e por pesquisadores vinculados ao Projeto Nova Cartografia Social – PNCS, em parceria com o movimento social faxinalense, que anuncia a identificação, hoje no Paraná, de mais de duas centenas de faxinais.

Sob a denominação de “mapeamento social dos faxinais”, realizado pelo IEEP, APF, Pastoral da Terra da Diocese de Guarapuava e o PNCS, com o apoio do MDS, entre os anos de 2007 e 2008, Souza relata (2009a, p. 30) que se buscou uma interação entre os conhecimentos científicos acumulados, ou seja, as referências bibliográficas das interpretações acadêmicas já produzidas a respeito, e os conhecimentos militantes disponíveis para realização dos trabalhos de levantamento preliminar. Sobre o mapeamento, Souza conta que:

A expectativa das lideranças era de que contabilizássemos aproximadamente o dobro dos faxinais já detectados por levantamentos anteriores efetuados por agências governamentais do Paraná. Tal probabilidade apoiou-se em discussões que elegeram os critérios identitários como forma de reconhecimento social, associado à noção de território tradicionalmente ocupado. A despeito de uma equipe reduzida de pesquisadores, com pouca estrutura, tempo e recursos disponíveis, foi possível superar os limites operacionais com o envolvimento e formação de lideranças da Articulação Puxirão na coleta e análise das informações, identificando, ao final, a ocorrência de 227 faxinais no estado do Paraná (SOUZA, 2009a, p. 84).

Escreve ainda que o objetivo do mapeamento é evidenciar a visibilidade social dos faxinais e de seus agentes sociais, assinalando uma ação de duplo sentido: “por um lado, nós pretendemos esboçar as lacunas censitárias sobre os faxinais, buscando apontar a precariedade dos dados disponíveis; e, por outro, enfatizar a identidade e os conflitos socioambientais, em consonância com a existência de territorialidades específicas [...]” (SOUZA, 2009a, p. 31).

Souza enfatiza o amplo desconhecimento por parte das autoridades municipais e agentes públicos de diversas instâncias sobre a existência de faxinais em seus municípios de atuação. Roberto acredita que a relação dos “faxinalenses” com o poder público municipal e as instituições estaduais define-se pelo desconhecimento, preconceito e arbitrariedades relatadas, por exemplo, em dezenas de atos de violação dos portões e mata-burros. Afirmar ainda que as prefeituras agem em muitas situações favorecendo interesses contrários à permanência do uso comum.

Hoje em dia, diversas prefeituras já sabem da existência dos faxinais e algumas já os

reconhecem oficialmente, mas como pode ser acompanhado pelo conteúdo dos fascículos produzidos, pelos debates nos encontros dos movimentos, e conforme os relatos dos próprios faxinalenses, a relação com estes depende das pressões das elites políticas e econômicas locais e também do perfil dos governos que se modificam.

No setor relativo à Região Metropolitana de Curitiba, o mapeamento indicou uma grande concentração de faxinais, especialmente nos municípios de Mandirituba (15 faxinais, 625 famílias e 2125 indivíduos) e Quitandinha (13 faxinais, 349 famílias e 2207 indivíduos), onde a maior parte dos faxinais resistem como “criador comum cercado”(SOUZA, 2009a). A pressão promovida pelo avanço da fumicultura, “granjeiros” e, especialmente dos “chacreiros” a partir de 2000, tem produzido tensões permanentes nesses faxinais (SOUZA, 2009a, p. 70). Os relatos informam quão recente é esse fenômeno, ao denunciar nos últimos 5 anos a ferocidade da especulação imobiliária sobre os faxinais, que sofrem intrusão de “chacreiros”, e em consequência, são impedidos de praticar o uso comum dos recursos pelo “cercamento” das áreas (também chamados de fechos); muitos desses faxinais tornam-se “criador com criação grossa ou alta” e faxinais sem uso comum – “mangueirões” e “potreiros”, de acordo com as definições de Souza (2009a, p. 20-23).

O mapeamento aponta principalmente conflitos envolvendo faxinalenses e “chacreiros”, além da presença de empresas reflorestadoras e empresas integradoras, ligadas ao fumo e a avicultura de corte, como já descrito anteriormente. No caso do município de Mandirituba, distante 40 km de Curitiba, Souza detalha, a proximidade com a metrópole facilitou o avanço da especulação imobiliária sobre as áreas de uso comum, visto que o município concentra exuberantes remanescentes florestais e recursos hídricos, de grande interesse ao mercado imobiliário no ramo de lazer. Segundo ele, essa região, que até a década de 1990 representava pouco interesse comercial no mercado de terras, ganha valor imobiliário na virada do século, com a demanda por chácaras de lazer e condomínios, oriunda de uma emergente classe média urbana proveniente de Curitiba (SOUZA, 2009a, p. 78).

Um faxinalense do Setor Quitandinha se manifesta da seguinte maneira sobre os conflitos envolvendo sua comunidade, em um depoimento no Dossiê (2011, p. 6)

Nossos conflitos são contra o agronegócio que vem invadindo o nosso território vem derrubando as matas, comprando as terras e acabando com o território. O pinus e eucalipto vem invadindo. Os venenos que não somos nós que usamos. Falam que o nosso território contamina a água e esquecem que os grande é que envenenam (I. C., Faxinal Salso, Quitandinha-PR).

As comunidades do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba lançaram sua cartografia social em junho⁵ de 2011 (o quinto fascículo da série dos faxinalenses), durante o Segundo Módulo do Curso de Extensão em Cartografia Social, no Centro Politécnico da UFPR. O evento contou com a participação de representantes das comunidades faxinalenses dos municípios de Quitandinha e Mandirituba, que expuseram aos participantes do curso a importância da realização da cartografia social como instrumento de suas lutas e para o reconhecimento de seu modo de vida.

A importância da produção do fascículo vai além da sua materialização em papel, mas sobretudo o processo de reuniões, trocas de informações sobre os conflitos, avaliação de parceiros possíveis, estratégias de mobilização. Por meio do processo de construção de sua ação como atores políticos e da criação de espaços públicos de debates e negociações, eles visam transformar a maneira como outros atores sociais percebem, por meio de interações dialógicas, sua existência social. Essas estratégias utilizam meios de comunicação direta, intersubjetiva, não só com atores externos, mas a ação coletiva se inicia e ganha sentido, sobretudo, quando as agendas internas ao movimento são cruzadas e compartilhadas e seus anseios comuns internalizados, em momentos de assembleias, reuniões, encontros e oficinas.

Entende-se que, para que exista um movimento coletivo, eles dependem de um reconhecimento intersubjetivo construído anteriormente, a partir de interações dentro do grupo, num primeiro momento, para num segundo momento criar as condições de consolidação de uma agenda coletiva justificável como uma causa mais geral e para efetivá-la.

Assim, cabe valorizar os pormenores da co-construção da identidade política dos sujeitos faxinalenses. Propõe-se então a análise da vivência do dia em que foi realizada entre pesquisadores e faxinalenses uma oficina de reconstituição de tratamentos fitoterápicos para animais do faxinal, à luz dos conhecimentos orais e empíricos dos moradores de faxinal. Acredita-se que a pertinência da descrição dessas práticas vividas ao longo desse dia reside no vínculo que esse tipo de encontro constrói entre as comunidades locais e as estratégias mais amplas de garantia da reprodução social e material da comunidade faxinalense, da comunidade faxinalense como um todo, no estado do Paraná.

Depois dessa sucinta exposição, vimos que no faxinal existem pessoas que vivem de

⁵ Atento aos eventos dos movimentos articulados pela Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, o blog, meio de comunicação e publicação principal da rede, noticiou o lançamento contando detalhes.

forma peculiar, que de maneira geral estabelecem relações singulares tanto com a natureza como entre si, por meio de acordos comunitários e da relação com a terra, que combina tanto o uso comum com o uso privado. Contudo, como foi possível observar nos encontros públicos e nas visitas aos faxinais, na escuta ativa de suas demandas locais em âmbito comunitário ou em reuniões com outras comunidades, a grande comunidade de faxinalenses não é homogênea; possui nuances internas manifestas nas suas trajetórias histórico-culturais, nas suas diversas tendências econômico produtivas (adesão a práticas agroecológicas, inserção no mercado de terras e na lógica das granjas integradas etc.), nos seus conflitos com atores da sua realidade política local ou municipal, isto é, pôde-se perceber uma diversidade de interesses mesmo entre os sujeitos faxinalenses.

No entanto, a emergência de sua identidade coletiva unificada vem à tona na forma de luta de um grupo social que procura ser reconhecido publicamente a partir das características em comum, que ganha força no alinhamento de suas dificuldades e demandas futuras, para que saibam da sua história e de seu modo de vida. Suas iniciativas políticas, como atores sociais que buscam organizar-se em torno de uma causa compartilhada, constituem um objeto de investigação privilegiado das ciências sociais. Esta pesquisa procura, portanto, se centrar nos sujeitos sociais, como sujeitos de seu destino inseridos numa trama histórica dinâmica, e busca uma maior aproximação com esses grupos sociais com vistas à troca de conhecimento.

1.2 PROBLEMA/PERGUNTA

A pergunta que norteia a pesquisa é em que medida os elementos presentes ao longo da produção da cartilha de fitoterápicos reconstituem e organizam uma identidade política faxinalense; e se a mobilização dessa identidade permite elaborar demandas que afetam a elaboração de políticas públicas.

Desse questionamento, derivam outros não menos importantes que podem contribuir para o entendimento do sentido que a oficina pode ter na reconstituição da identidade coletiva de faxinalenses. Se considerarmos que a identidade política se constrói relacionadamente por meio de interações sociais, cabe entender melhor qual é o contexto sociopolítico mais amplo que permite ressignificar as práticas do encontro em termos do alcance dos seus propósitos e objetivos. Pergunta-se:

Qual a plataforma de valores que permite por em diálogo atores sociais de órgãos

ambientais e lideranças faxinalenses? Como essa identidade política se relaciona com o fenômeno de ampliação da inclusão social e do reconhecimento de direitos dos chamados Povos e Comunidades Tradicionais pelo Estado brasileiro? De que maneira a organização política desses movimentos respondem a processos mais amplos de institucionalização da questão ambiental no Brasil? É possível dizer que a APF se aproxima de aspectos fundamentais do chamado Ecologismo do Sul?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar em que medida os elementos presentes ao longo da produção da cartilha de fitoterápicos reconstituem e organizam uma identidade política faxinalense; e de que maneira a mobilização dessa identidade permite elaborar demandas que afetam a elaboração de políticas públicas.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos se dividem em:

- a) Contextualizar historicamente e analisar o processo de produção da cartilha de fitoterapia animal, durante a oficina;
- b) Compreender em que medida a plataforma de valores de alguns atores sociais de órgãos ambientais e lideranças faxinalenses permite colocá-los em diálogo;
- c) Verificar de que maneira a organização política desse movimento responde a processos mais amplos de institucionalização da questão ambiental no Brasil;
- d) Buscar na literatura subsídios teóricos para compreender como essa identidade política se relaciona com a ampliação da inclusão social e do reconhecimento dos chamados Povos e Comunidades Tradicionais pelo Estado brasileiro.
- e) Entender como as demandas da APF podem se aproximar de aspectos norteadores do Ecologismo do Sul;

1.4 PRESSUPOSTOS

A presente pesquisa parte da ideia de que a busca identitária não está suspensa em um vazio social tampouco as identidades de sujeitos sociais são escolhidas voluntariamente pelo valor que carregam em si. Mais do que escolhas intencionais ensimesmadas, a construção das identidades depende de relações sociais de poder, que por sua vez estabelecem seus alcances. Ver-se como faxinalense é assim o resultado de processos históricos em que ocorre relacionalmente a construção identitária, que traz implicações tanto para os próprios sujeitos que se autodenominam como tal quanto para indivíduos externos à sua comunidade identitária.

1.5 METODOLOGIA

Na minha aproximação exploratória com temáticas totalmente novas, movimentos sociais e PCT, procurei abrir minha atenção para a diversidade e riqueza de gêneros sociais e enxergar a questão sob várias perspectivas, por isso talvez eu tenha buscado usar caminhos diferentes, para tentar coletar o que fosse possível de dados, no tempo disponível. Nesse sentido, me propus à abertura do olhar a fim de delinear uma imagem inicial a partir da qual comecei a contornar a pesquisa.

Um dos procedimentos metodológicos utilizados foi a revisão da bibliografia pertinente aos temas tratados, por meio de livros, teses, artigos, cartilhas, fascículos sobre os faxinalenses, dos chamados PCT, das políticas públicas para o meio ambiente no Brasil, dos movimentos sociais, e documentos (convenções, decretos, leis, mapas etc.). A internet também foi uma importante fonte de pesquisa, de que eu pude extrair grande parte de informações que já foi acima citada. Pude também acompanhar o blog da Rede Puxirão, que mostra-se sempre atualizado em relação aos eventos e mobilizações de que participam os movimentos dessa rede.

Um outro procedimento utilizado, referente à abordagem metodológica, foi a observação participante, etapa do trabalho de campo que Minayo considera fundamental, ao lado da entrevista (MINAYO, 2004). Tendo em vista a minha inserção indireta nos espaços criados pelos movimentos, como voluntária coube um papel mais informal do que ativo.

O primeiro contato mais direto com a temática do movimento faxinalense foi quando

estive presente como ouvinte na banca de defesa de tese de doutoramento do pesquisador e militante Roberto Martins de Souza, no dia 20 de dezembro de 2010. Nessa ocasião, procurei o professor Jorge M., que estava na sua banca (soube que ele fazia parte do PNCS no sul do Brasil no decorrer de uma disciplina de Sociologia Rural, no mestrado), me informei sobre o grupo de pesquisadores que ele liderava e perguntei se ele permitia que eu acompanhasse e ele permitiu que eu participasse como voluntária.

O ano virou e restabeleci contato com esse grupo. Com a minha inserção como voluntária, mas fora do projeto de extensão deles, pude participar dos dois módulos do Curso de Cartografia Social realizado em conjunto pela universidade e pela Rede Puxirão. O primeiro módulo, somando 30 horas de curso, aconteceu nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 2011.

No dia 12 de março de 2011, finalmente visitamos o Faxinal Meleiro, em reunião com as lideranças faxinalenses locais, na qual ele trataram dos conflitos e hostilidades com seus vizinhos e também definiram encaminhamentos.

No mês seguinte, no dia 07 de abril de 2011, fui a campo, com a assessora do CAOPJDC – MP e com a chefe do DSA/IAP, mais dois engenheiros florestais do IAP, para atender uma situação de conflito entre faxinalenses e os “contra”. Visitamos a comunidade de Água Amarela, no município de Antônio Olinto, passamos o dia escutando história de famílias antigas, relemos os acordos comunitários, e fomos observar os “fechos” que moradores novos montaram, não respeitando os acordos comunitários estabelecidos antes a sua chegada. O fechamento da visita resultou num parecer favorável ao faxinal, assinado pelo CAOP e DSA, documento público disponível no site do MP estadual⁶.

Particpei também, como ouvinte e pesquisadora voluntária do projeto, da reunião do Projeto Nova Cartografia Social Núcleo Sul, entre ENCONTTRA, Rede Puxirão, professores da UEPG, UNICENTRO e IFPR Telêmaco Borba, no dia 02 de maio de 2011.

Particpei do segundo módulo do Curso de Cartografia Social, que aconteceu nos dias 19, 20 e 21 de maio de 2011, somando outras 30 horas de curso (foram 60h/curso no total com os dois módulos). No dia 22 de junho de 2011, entrevistei a chefe do DSA/IAP Margit Hauer.

A oficina de fitoterápicos organizada pela APF e UFPR foi realizada no dia 04 de abril. As atividades do dia da oficina foram descritas detalhadamente, o que permitiu acumular um significativo conjunto de observações que posteriormente serviram para a

⁶ <<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/>>.

construção de um quadro a partir dos sonhos e apontar resultados. O segundo capítulo contém a descrição densa do dia.

Por fim, em Ponta Grossa, aconteceu o 1º Simpósio de Pesquisadores de Faxinal: Estado da Arte e Perspectivas, na UEPG, do qual eu participei como ouvinte, durante os dias 14 e 15 de julho de 2011, como já referido anteriormente.

Nesses encontros e eventos públicos, pude observar as comunicações entre os atores sociais (professores universitários, pescadores, estudantes, ilhéus, quilombolas, faxinalenses), em momentos mais formais e em outros informais, interagindo e trocando informações sobre seus universos culturais e sobre os atritos entre eles. Essas situações não foram detalhadas, mas serviram para eu me situar nos ambientes sociais tão heterogêneos e muitas vezes distintos do meu universo cultural de referência. Esse exercício de familiarização e estranhamento foi importante para a composição desses ambientes sociais em que eu interagia com outros atores sociais de maneira dinâmica e serviu para construir um mosaico de diferentes pontos de vista sobre quem eram os faxinalenses.

Um outro recurso utilizado foi a análise de um material escrito. Ao fim das atividades da oficina, depoimentos sobre os sonhos para o faxinal foram transcritos. Os relatos foram tabulados e agrupados de acordo com temas recorrentes que tivessem correlação a alguma unidade de sentido. As falas apresentavam aproximações e distâncias em seus conteúdos, esse também foi um critério de análise e interpretação da informação do quadro. A utilidade maior da análise de recorrência de ideias foi para a análise das preocupações latentes dos sujeitos da pesquisa, tanto individuais como coletivas, para análise de representações sociais e de valores. Somando-se a isso, por vezes se alguma situação, fala, atitude ou ideia surgia e se parecia interessante eu anotava. Os registros eram feitos em cadernetas e consistiam em detalhes de algum evento em especial, nomes e contatos de informantes, ou mesmo anotações sobre alguma reflexão ou clarão.

Entrevistas abertas também foram feitas com alguns indivíduos faxinalenses, lideranças ou não, (em visitas aos faxinais, durante os módulos do curso de cartografia social, durante a oficina de fitoterápicos, ao telefone), com alguns atores representantes do poder público (chefe do DSA/IAP, e pesquisadores do PNCS). A entrevista aberta (MINAYO, 2004) foi utilizada com o intuito de apreender as visões dos entrevistados sobre seu envolvimento com o movimento faxinalense, no respectivo contexto em que se deu a entrevista. As situações descontraídas e informais permitiram um maior detalhamento do assunto levantado

em questão.

Ainda que na maioria das vezes tenha sido feita individual, em outras oportunidades não planejadas, a conversa se deu em uma roda com faxinalenses, durante o intervalo da oficina com um gravador ou máquina fotográfica, por exemplo, ou também numa roda em torno de uma brasa coberta por pinhões, com faxinalenses e técnicos do IAP. No caso da chefe do DSA⁷, a entrevista aconteceu com horário e lugar marcado. Aproveitei com mais objetividade essa última entrevista, mas as outras colaboraram decerto para a construção desse novo universo cultural que eu adentrava. Dadas as circunstâncias de convivência, encontros em que se as pessoas exercitavam a colaboração nas atividades e metodologias participativas (a exemplo do curso de cartografia social, como um trabalho de construção coletiva), coube privilegiar a comunicação cotidiana (MINAYO, 2004, p. 108) por meio da entrevista aberta.

⁷ Consta no site do IAP: O Departamento de Unidade de Conservação (DUC), juntamente com os Departamentos de Biodiversidade (DBIO) e Socioambiental (DSA), integra a Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP), que tem como objetivo principal a conservação da biodiversidade *in situ* - ou seja, a preservação das espécies em seu meio natural. As ações do Departamento de Unidades de Conservação (DUC) se estendem ao apoio à criação e gestão das unidades de conservação de âmbito municipal, gestão do ICMS Ecológico por Biodiversidade, do Programa Estadual de RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural e do Programa de Voluntariado nas Unidades de Conservação VOU. Disponível em <<http://www.uc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>>. Acesso em 19 mai. 2011.

2 OLHANDO PARA AS INTERAÇÕES SOCIAIS: O CARÁTER RELACIONAL DA IDENTIDADE EM RECONSTITUIÇÃO

2.1 O CONFLITO EM MANDIRITUBA: RECONTANDO A GÊNESE DO MOVIMENTO

Nesta seção, será contada brevemente a história da articulação da APF com a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais⁸ e com o poder público estadual. Acredita-se que o diálogo foi facilitado pela construção de uma plataforma de valores e de ação tornada comum a ambos os lados, Estado e movimentos sociais.

É possível dizer que a interface entre sociedade civil organizada e alguns setores do Estado (como o CAOP e o DSA, a UFPR etc), nas questões que envolvem as PCT e a preocupação ambiental, foi efetivada por meio do predomínio de perspectiva socioambiental do desenvolvimento sustentável associada a uma noção de justiça social, notável na fala dos atores institucionais em diálogo com o movimento.

A relação entre atores relevantes na história do movimento envolvidos no processo de construção de diálogo entre APF e a burocracia do Estado (governos estaduais e municipais) é dinâmica e fluida, tendo em vista o trânsito simultâneo de alguns atores entre diversas instituições. A construção desses diálogos é muitas vezes facilitada por alguns interlocutores envolvidos diretamente com o movimento social que trabalham por meio de uma abertura negociada com atores institucionais.

Pode-se citar como exemplo o intelectual Roberto Martins Souza, cujo papel foi fundamental para impulsionar a formação da APF como vimos inicialmente; circulou nas ONGs que deram as bases para os primeiros encontros do movimento e, simultaneamente, na academia, seja como doutorando da UFPR, seja como professor do Instituto Federal nos dias de hoje, no Paraná. Outro exemplo relevante é o professor Wiliam que trabalhou na SEED e atuou diretamente no movimento no esforço de articular reivindicações referentes aos problemas da educação no campo; é doutorando da UFPR, no projeto de extensão que promove e colabora na cartografia social dos movimentos que compõem a Rede Puxirão, especificamente com os faxinalenses.

Deste modo, algumas redes foram então se fortalecendo no sentido da constituição e do fortalecimento do movimento dos faxinalenses. Desde 2003, buscando fomentar a

⁸ Grande parte das informações sobre os eventos públicos, datas etc. foram encontrados no blog da Rede puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais <<http://redepxirao.blogspot.com/>>.

produção da visibilidade social de grupos sociais sob a denominação de Povos e Comunidades Tradicionais no Paraná, tem sido estimuladas iniciativas por parte do governo que visam a identificação desses grupos, tal como o mapa da presença indígena e o mapeamento dos quilombolas realizado pelo ITCG (PARANÁ, 2008).

Já em 2004, foi criada no Paraná a Rede Faxinal de defesa e promoção das terras e povos de faxinal, envolvendo representantes de órgãos do governo (SEMA, IAP, SEAB, IAPAR, etc.), de prefeituras (Rio Azul, Prudentópolis, etc.), de instituições de ensino/pesquisa (UEPG, UNICENTRO, EMBRAPA FLORESTA etc.), de ONGs (ING, IEEP, etc.) e membros das comunidades faxinalenses (IAP, 2005).

Roberto relata que para o Estado, reconhecia-se apenas o espaço físico do faxinal em avançado estágio de “desagregação”, segundo as interpretações que ele considerou “evolucionistas” de modo que os faxinalenses não existiam coletivamente como categoria social reconhecida formalmente, até o momento de fundação da APF em 2005:

Preocupados em serem percebidos como grupo organizado ao expor demandas comuns aos órgãos públicos, as lideranças ainda em processo de formação, buscaram enfatizar suas diferenças oriundas da sua condição específica de “morador de faxinal”, autodefinindo-se “estrategicamente” como faxinalenses. Esta denominação não tinha sido citada em nenhum outro evento, nem mesmo em produções acadêmicas (SOUZA, 2009a, p.44).

O 1º encontro dos Povos dos Faxinais foi realizado em 2005 no município de Irati com o apoio do Governo do Paraná, do DSA/IAP, da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Prefeitura de Irati, e da Universidade Estadual do Centro-Oeste /Campus Irati (UNICENTRO), de que participaram mais de 30 comunidades de faxinais que propuseram a criação do movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF);

Nesse ano, teve início no Paraná o Projeto Nova Cartografia Social (projeto financiado pela Fundação Ford, MMA e UFAM e universidade do estado do Amazonas, que visa a auto cartografia dos povos tradicionais a partir dos elementos que estes consideram como mais fundamentais), vinculado ao PPGSCA – UFAM com apoio do CEMPO e IEEP, na produção da auto cartografia social desses povos e comunidades tradicionais. Atualmente, dentre os grupos sociais já cartografados ou/e mapeados, encontram-se os faxinalenses, quilombolas, pescadores artesanais, ilhéus do rio paraná, cipozeiros, benzedeiros, religiões de matriz

africana e agroecologistas.

Foi criada no mesmo ano, paralelamente ao movimento, a Rede Faxinal Pesquisa com caráter multidisciplinar (Engenheiros Florestais, Zootecnistas, Geógrafos, Biólogos, Turismólogos, etc.) visando produzir uma base científica de apoio às comunidades de Faxinais e estimular as reflexões acadêmicas em torno dos Faxinais, de acordo com o site⁹.

Em 2006, começou a expansão do movimento para regiões do centro do Paraná e região metropolitana de Curitiba. Os municípios foram compondo os setores na medida em que os faxinais situados em sua base municipal foram sendo identificados, contatados e acompanhados, incluindo-se assim nas dinâmicas da APF.

Já autodenominados faxinalenses, sua articulação (APF) realizou em 2007 o 2º Encontro dos Faxinalenses, em Irati. Durante a realização desse segundo encontro, explica Souza, a Articulação Puxirão decidiu sobre a necessidade do movimento social elaborar um levantamento preliminar e exploratório relativo à sua ocorrência no Paraná. A partir daí, a coordenação da APF reuniu suas lideranças, pesquisadores do PNCSA e diversos apoiadores visando à realização do mapeamento social dos faxinais no estado. Roberto afirma que o mapeamento social foi realizado pela via teórica da identidade coletiva.

No período de produção do mapeamento, as incursões alternadas a campo foram realizadas por três pesquisadores (SOUZA, 2009a, p. 113): Roberto Martins de Souza (Pastoral da Terra/PNCS; Coordenação da CEMPO, Assessor da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, Pesquisador PNCSA; José Carlos Vandresen (Pastoral da Terra/PNCS, Coordenação da CEMPO, Secretário Executivo da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, Pesquisador PNCSA; e Antonio Michel Kuller Meira (IEEP, Coordenador Eixo Povos Tradicionais, Pesquisador PNCSA)¹⁰.

A composição da equipe de pesquisa incluiu também um grupo de apoio, formado por faxinalenses ligados à coordenação da APF, que acompanharam os pesquisadores durante o trabalho de campo. Constituído um núcleo básico de pesquisa, o pesquisador conta que investiram na qualificação, capacitação e treinamento da equipe e do grupo de apoio através de uma formação básica realizada de modo informal em reuniões específicas do grupo de pesquisa.

O que Souza (2009a, p. 42) considera “faxinal” é a modalidade que combina a apropriação privada e comum dos recursos naturais disponibilizados para fins de pastoreio de

⁹ <http://redefaxinal.tripod.com/>

¹⁰ De formação na graduação, os três são engenheiro florestal, filósofo e geógrafo, respectivamente.

criações animais, usufruto dos recursos hídricos e extrativismo de recursos florestais, co-extensivo a produção agrícola em áreas destinadas à lavouras, predominantemente de uso privado.

A principal informação apreendida a partir desta pesquisa, segundo o pesquisador, se refere à detecção de diferentes processos de territorialização, apresentando de modo situacional suas territorialidades específicas descritas pelas “posições”¹¹ de faxinais. As posições situacionais que ele encontrou empiricamente foram: 1) Faxinais com uso comum – “criador comum aberto”; 2) Faxinais com uso comum – “criador comum cercado”; 3) Faxinais com uso comum – “criador com criação grossa ou alta”; 4) Faxinais sem uso comum – “mangueirões” e “potreiros”. A partir dessa definição e da exposição das suas condições sociais, os “faxinalenses” descrevem seus territórios tradicionais, na condição de “criador comum aberto” classificado como posição 1, sendo impelidos por estes antagonistas para a “posição 2, 3 ou 4”.

As informações básicas, que constam do quadro demonstrativo do mapeamento social, em sua maioria, foram produzidas localmente por estes integrantes da APF. Cada um deles produziu informações sobre seus próprios municípios e nos faxinais onde atuavam pela APF. A região de abrangência da pesquisa foi então dividida em três subregiões para fins operacionais, em consonância com os critérios político-administrativos da apf, tendo por base uma cidade de referência: 1) Setor Centro (Guarapuava); 2) Setor Centro Sul (Irati) e, 3) Setor Curitiba/Quitandinha. Cada um dos pesquisadores ficou encarregado de uma sub-região e constituiu sua equipe para coletar informações durante o trabalho de campo.

Os municípios componentes foram incluídos no mapeamento conforme critérios próprios da APF, tal como proximidade e acessibilidade dos faxinais à cidade de referência (Guarapuava, Irati e Quitandinha) e a disponibilidade das lideranças para realizar o acompanhamento aos mesmos

No documento Dossiê (2011) elaborado e apresentado pela rede puxirão Dos Povos e Comunidades tradicionais ao poder público, quando perguntando como se organizam, a resposta de um faxinalenses foi como segue:

“o movimento surgiu em 2005, após a realização do 1º encontro dos povos de faxinais. A gente não sabia se existiam outros faxinais, além do nosso. Desse encontro vimos a necessidade de se organizar. O movimento vai começar mesmo em 2006. Ele atua ouvindo a comunidade, através das

¹¹ Para saber mais detalhes, cf. SOUZA, 2009a, p. 20-23.

comissões locais de 8 a 10, depois vai pros setores: Guarapuava, Irati e Quitandinha que reúnem os faxinais vizinhos. De lá sai os encaminhamentos das demandas se é pra o estado e, se é com o município. E agora, tá se desenhando micro setores, onde vai se encontrar os faxinais de municípios que ficam perto. A coordenação geral que se reúne e vai encaminhar e deliberar desde o encaminhamento e tem a comissão executiva com 4 pessoas onde vão encaminhando pelo estado a demanda dos faxinais. A organização se deu porque o estado não dava conta das demandas”(I. K., Faxinal Kruger, Boa Ventura de São Roque- PR).

Os dados produzidos pelo mapeamento social coordenado pela articulação puxirão dos povos faxinalenses e projeto nova cartografia social indicam a presença de cerca de 227 faxinais no paraná, com uma estimativa populacional de 40.000 faxinalenses (SOUZA, 2009a) confrontando as noções de “sistema faxinal” e “terras tradicionalmente ocupadas”, elaborada por Almeida desde o PNCSA.

Foi promulgada a lei estadual do estado do Paraná n  15.673/2007, que reconhece os faxinais a partir da  tica de uma identidade social que compreende uma territorialidade específica e ainda prevê a autodefinição como critério de reconhecimento:

Art. 2  A identidade faxinalense é o critério para determinar os povos tradicionais que integram essa territorialidade específica.
Parágrafo  nico. Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se d  pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação (PARANÁ, 2007).

Acontece em 2008 o 1  encontro regional dos povos e comunidades tradicionais em Guarapuava que deu origem a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais (faxinalenses, quilombolas, pescadores e pescadoras artesanais, indígenas, portadores de ofícios tradicionais, ilhéus, cipozeiros e cipozeiras, e religiões de matriz africana) na região Sul.

Neste espaço de articulação, estes distintos grupos étnicos, entre outros segmentos, dialogam na esfera regional com vistas a criar condições políticas que lhes permitam apresentar suas demandas para o poder público. A formação da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais no Paraná exemplifica bem toda esta moviment  o, possibilitando entre outras ações a identificação de demandas comuns   estes grupos, como a defesa do direito aos territórios tradicionais (DOSSIÊ, 2011).

Esses povos organizados em seus movimentos tem na Rede Puxirão um espaço

coletivo de articulação com outras organizações locais e regionais, em âmbito nacional, para mobilização e troca de experiências. Dentro dessa dinâmica a Rede Puxirão mantém quatro grandes linhas prioritárias que orientam sua ação, como enumerado no Dossiê (2011), sendo: primeiramente a aproximação e troca de experiência entre os diferentes movimentos, em segundo lugar o fortalecimento dos direitos étnicos e coletivos, também a geração de ferramentas, como mapas, dossiês, auto cartografias, laudos e finalmente a intervenção em políticas públicas, estando num processo de discussão, elaboração e proposição de uma política estadual de PCT.

Neste mesmo ano, de consolidação de diálogos com outros movimentos sociais, a APF conseguiu produzir seus quatro primeiros fascículos: Fascículo 1 – Fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura – Irati; Fascículo 2 – Setor Centro Paraná – Guarapuava; Fascículo 3 – Setor Sul paraná – Rebouças; e Fascículo 4 – Setor Metropolitano Quitandinha (Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – Série Faxinalenses do Sul do Brasil).

Em 2009, é realizado o 2º Encontro Estadual dos PCT do Paraná para discutir as questões sobre formação da comissão que criará uma política pública estadual específica e um plano estadual de desenvolvimento sustentável, para os PCT, em parceria com as secretarias SEED, SETI, SEAE, SEAB e a SEMA, por meio do ITCG; além de comunidades do Paraná, o encontro contou com a presença de representantes da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos PCT.

Acontece também em 2009 o IV Encontro de Movimentos Sociais e Pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social, em São Luís/MA, entre representantes de associações e movimentos sociais, que realizaram oficinas de mapas, e pesquisadores acadêmicos .

Ainda neste ano, é organizado em Irati o 3º encontro Estadual dos Povos Faxinalenses em que 112 delegados, representantes dos 227 faxinais do Paraná e do Povo Faxinalense, compartilharam seus conflitos por meio de documentos, depoimentos, relatos, cantos, mapas, cartografias, vídeos e fotos, afirmaram a unificação dos setores na luta e também seu compromisso como agentes da preservação ambiental.

Como descrito no Dossiê (2011), desde o 1º Encontro dos Povos dos Faxinais, em 2005, até o 3º encontro, em 2009, também em Irati, de um lado se consolidam as formas organizativas em torno de categorias de autodefinição e, de outro lado, é consolidado o processo de mobilização e de organização política dos faxinalense em torno de direitos

territoriais. Podem ser destacados neste processo a afirmação identitária coletiva e a autonomia organizativa militantemente construída pelos que vivem nos faxinais. Suas conquistas podem ser traduzidas, de modo resumido, pelo atendimento de reivindicações convertidas em leis estaduais e leis municipais.

Como consta no blog da Rede Puxirão, em 2010 teve lugar em Florianópolis um encontro para discutir temas e práticas relacionadas à cartografia social e os direitos dos povos e comunidades tradicionais por Movimentos Sociais e Pesquisadores da Nova Cartografia Social- Núcleo Sul Florianópolis, de que participaram: MST, IACOREQ, EPAGRI, CEMPO, comunidade de Paiol de Telha, IEEP, UFSC, Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana, UDESC, Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, Associação Morro do Boi, NUER, Associação Costa da Lagoa, Ministério Público Federal, UNIVALLE, APA Costa Brava, INCRA.

O blog da rede Puxirão noticia também a realização do 1º ciclo de debates florestais entre Rede Puxirão e IAPAR, EMBRAPA, IAP, UNICENTRO e UTFPR. Também em 2010, a Rede Puxirão participa do IV Encontro Terra e Cidadania promovido pelo ITCG, e um outro encontro reúne faxinalenses e poder público (ITCG, IAP, CAOPJDC) para discutir ARESUR.

O CAOPJDC organizou o Seminário “Comunidades Tradicionais na sua dimensão socioambiental”, promovido em parceria com a Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná – FEMPAR e com a Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR, com o objetivo de discutir o atual estágio de proteção jurídica e estatal das relações socioambientais das comunidades tradicionais paranaenses, com a realização de palestras sobre o assunto, bem como de oficinas com as próprias comunidades tradicionais e com os Promotores e Procuradores de Justiça. Ao TÉRMINO, foi elaborado um documento final na forma de uma Relatoria das demandas e reivindicações das comunidades, incluindo demandas dos faxinalenses (DOCUMENTO FINAL..., 2010, p. 4-5).

Finalmente no presente ano de 2011, o documento Dossiê da Rede Puxirão - povos e comunidades tradicionais: processo de construção da política estadual de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais no paraná, de abril de 2011, é entregue à casa civil do governo do estado do Paraná. Como a própria Rede Puxirão afirma em seu dossiê, a luta foi avançando de forma organizada e consistente no dialogo com o governo do estado, assembleia legislativa, ministério público estadual e federal. Consolida-se após inúmeras reuniões, audiências, seminários e encontros a proposta de criação de uma Política

Estadual de PCT.

O documento informa que existem no Paraná dezenas de PCT que se organizam e se autoafirmam pela diferença sociocultural, são eles: os povos indígenas das etnias guarani, xetá e kaingang, os quilombolas, as comunidades de terreiro (umbanda e candomblé), os faxinalenses, os ilhéus do Rio Paraná, os pescadores e pescadoras artesanais, as cipozeiras e cipozeiros, os detentores de ofícios tradicionais (benzedeiras e benzedores), juntos formam a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. Nas suas estimativas, existem 198.000 indivíduos que se autodeterminam como PCT no Paraná, dentro da Rede Puxirão.

Aconteceu também em 2011 em Prudentópolis um seminário para a criação de Conselho Gestor das ARESUR, com a participação de faxinalenses, ONGs, IAP, Força verde, prefeituras e CAOPJDC, mas os conselhos ainda não foram formados, tendo sido decidido que é preciso debater mais os critérios e divisão de funções nos conselhos.

Ainda no primeiro semestre de 2011, o secretário Especial de Relações com a Comunidade, Wilson Quinteiro reuniu-se com os representantes da Rede Puxirão dos Povos Tradicionais do Paraná para apresentação de relatório de estudo e trabalhos de divulgação da existência dos PCT no Paraná.

No presente ano também, a SEED realizou o II Encontro Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, por meio do Departamento da Diversidade, por meio da Coordenação da Educação Escolar do Campo, em colaboração com a Secretaria Especial de Relações com a Comunidade, Departamento Socioambiental do IAP, Ministério Público Estadual e Rede puxirão de Povos Tradicionais do Paraná para debater o Plano Estadual De Desenvolvimento Sustentável dos PCT.

Alunos e professores do curso de Geografia da UFPR organizam, juntamente com a Rede Puxirão, o Curso de Extensão “Cartografia Social: uma ferramenta para o fortalecimento identitário e a mobilização social” para comunidades tradicionais, em que se encontraram representantes da rede Puxirão e UFPR, IFPR, UNICENTRO, UDESC, UFSC, CAOPDC, IAP, ICMBio, Secretaria Especial de Relações com a Comunidade (SERC), pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), e pelo Ministério Público Estadual (MPE), UFRJ. O curso aconteceu em dois módulos, contabilizando 60 horas, entre palestras, oficinas, assessorias, e atividades práticas.

Ao fim do segundo módulo do curso, foi lançado o Fascículo 5 - Núcleo

Metropolitano Sul de Curitiba (Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil – Série Faxinalenses do Sul do Brasil), em visita à comunidade Meleiro.

O Fascículo número 5, contendo o mapeamento situacional e a síntese das demandas dos faxinais Espigão das Antas, Meleiro, Areia Branca dos Assis, Mato Branco dos Andrade e Campestre dos Paula, foi lançado em um momento de conflitos. Em maio, o secretário estadual do meio ambiente cancelou as resoluções nº. 80 e 81, que reconheciam como ARESUR os faxinais de Campestre dos Paula, Meleiro, Espigão das Antas e Pedra Preta. Conforme o documento, publicado em diário oficial, o cancelamento se justifica pelos “conflito de competência entre as autarquias desta secretaria e manifestação contrária das comunidades faxinalenses”. Depois disso, algumas cercas do faxinal foram derrubadas nas comunidades.

Um segundo ponto importante que vem sendo discutido no interior do movimento são as ameaças que as comunidade vêm sofrendo, por parte dos que não aceitam sua organização dentro da rede de faxinalenses. No segundo módulo do Curso de Cartografia Social, eles publicaram uma “carta aberta de repúdio às novas manobras contra as comunidades faxinalenses no município de Mandirituba”¹², apresentada pela APF justamente na ocasião do lançamento do 5ª fascículo. A carta explicita os problemas atuais por que eles vem passando no Faxinal Pedra Preta, no município de Mandirituba.

Já de início, na carta, um morador define em suas próprias palavras um faxinal: “um modo de vida tradicional próprio do estado do Paraná [...] a terra onde acontece, entre outras, o manejo sustentável das florestas, o uso comum da terra, a criação solta, além de outros costumes próprios”. Acrescenta também “Território de uso comum, onde o pessoal têm por hábito e cultura o uso coletivo das terras, onde se cultiva, se produz, faz troca e, principalmente, onde se tem a integração do homem do campo com a natureza”, e ao final fala da importância ambiental e social do faxinal como “um jeito de conservar a natureza e viver organizado em comunidade”.

O argumento central desses moradores é que seus direitos estão sendo ameaçados: “esse modo tradicional de viver, assegurado pela constituição federal, lei estadual e normas jurídicas internacionais, se encontra ameaçado no Paraná, sobretudo, no município de Mandirituba”, por conta de “ações do poder publico e pessoas que agem de forma arbitrária ao impor seu modelo a qualquer custo em nossos territórios, causando conflitos, que ameaçam

¹² A carta pode ser lida na íntegra no blog da Rede Puxirão, no link <http://redepuxirao.blogspot.com/2011_05_01_archive.html>.

os faxinalenses, sua vida e cultura”. Apesar do amparo legal, o próprio poder público não tem sido suficiente para garantir a efetivação de tais leis. Eles buscam denunciar na carta “tais manobras que insistem, em dizimar a nossa existência” e justificar a necessidade de realizar registros de boletins de ocorrência, e de acionar o ministério público estadual, como legítima defesa, devido a uma sensação de impunidade, injustiça e medo que se tornaram cotidianos.

Quando eles escrevem que “A violação do direito à cultura faxinal continua, portanto, sendo um ato deliberado e que merece ser trazido à tona para que a sociedade como um todo possa garantir o princípio da equidade tão zelado por todos e todas”, procuram dizer abertamente, com a intenção de que sua denúncia ecoe para a sociedade civil como um todo, que seu pedido é reconhecido e validado em lei e pressupõe que o cumprimento da lei é um desejo de todos.

A manifestação foi apoiada e legitimada pela rede regional de movimentos sociais da qual eles fazem parte e inclui também o apoio do Estado, na figura do CAOP - MP/PR, UFPR, IFPR – Campus Telêmaco Borba (onde atualmente leciona Roberto Martins de Souza), a ONG IEEP e o CEMPO (de que fazem parte alguns pesquisadores do PNCS), Núcleo Sul de Pesquisa do PNCS de PCT do Brasil (de que fazem parte alunos da UFPR), e o Grupo Encontra (Projeto de Extensão da Geografia).

No dia de lançamento do fascículo em Mandirituba, uma das principais lideranças, Seu Amantino, considerou o lançamento da cartografia um momento de consolidação da identidade faxinalense. Disse também que diante dos conflitos as comunidades tem se fortalecido cada vez mais e irão recorrer da decisão do secretário, uma vez que possuem documentação que lhes garantem a ARESUR nos faxinais.

O atual cenário político envolvendo as comunidades faxinalenses do município de Mandirituba é fundamental para o entendimento do contexto em que aconteceu o encontro para a realização da oficina “Resgate e troca de experiências em práticas tradicionais: fitoterapia animal no Faxinal Meleiro e sua territorialidade” entre as comunidades do Setor Metropolitano.

2.2 “EU QUERO QUE MEUS NETOS FIQUEM NO FAXINAL”: SONHOS PARA ALÉM DE TROCAS DE RECEITAS CASEIRAS

Nos dias de hoje, quase seis anos após a criação do APF, merecem especial atenção as

recentes atividades replicadas ao longo do estado do Paraná, por meio das quais vai se constituindo, em meio a uma rede de movimentos organizados local e regionalmente, o ator político-social faxinalense. Para alcançarem visibilidade e reconhecimento formal de sua agenda na forma de políticas públicas específicas, que levem em conta as singularidades do seu sistema socioambiental, os faxinalenses têm procurado diversos meios para se organizarem: assessoria jurídica e técnica, inúmeros cursos e oficinas (cartográficas, fitoterápicas, de fotografia e entrevista, de legislação ambiental etc.) organizadas pelas comunidades e seus parceiros (órgãos ambientais, MP estadual e federal, universidades públicas da região, ONGs etc.). Assim, buscam viabilizar o acesso aos conhecimentos e instrumentos específicos que dizem respeito aos possíveis caminhos para defenderem e ampliarem seus direitos.

Ao se apropriarem desses mecanismos técnicos e instrumentais¹³, vão moldando estratégias de interlocução e pressão sobre alguns setores do poder público. Como exemplo desses diálogos, é possível citar representantes de órgãos ambientais, como IAP e ICMBio se fazem regularmente presentes nos encontros públicos a que são chamados tanto a ouvir os relatos e denúncias e levá-las as suas instituições quanto para dar palestras sobre legislação ambiental ou para informar novidades no andamento dos processos envolvendo as comunidades e a problemática ambiental.

Outro exemplo são assessores e promotores jurídicos do CAOPJDC do MP estadual frequentemente estão presentes nos espaços públicos criados por esses sujeitos políticos, garantindo o cumprimento da lei com a elaboração de laudos e pareceres, frequentemente em conjunto com o DSA/IAP, em casos de denúncias de conflitos envolvendo violação de direitos reconhecidos em lei.

Nesta seção, procurou-se sistematizar os dados etnográficos coletados na oficina de nome “Resgate e troca de experiências em práticas tradicionais: fitoterapia animal no Faxinal Meleiro e sua territorialidade”. Esse tipo de vivência coletiva de troca de experiências intercomunitárias tem se replicado por todo o estado, nas localidades inseridas nos três setores estipulados pela APF, com vistas ao fortalecimento de uma rede estadual com uma pauta

¹³ De que são exemplo os fascículos como materialização do processo de produção da autocartografia situacional que inclui a localização por GPS das comunidades, de suas instituições, dos recursos naturais utilizados, a descrição espacial do seu modo de vida, dados sociográficos, a sistematização das principais demandas, a explicitação dos conflitos, enfim, uma espécie de fotografia da situação das comunidades, a partir da fala deles. Os fascículos produzidos, não só pelos faxinalenses, mas também por outros PCT integrados à Rede Puxirão no Paraná ou em todo o Brasil, em muitos casos servem como um dossiê de denúncias apresentadas ao poder público. Para saber mais detalhes, vide capítulo 2, ou cf. <<http://www.novacartografiasocial.com/>>.

unificada, mas que na interface com o poder público municipal, cada comunidade expõe suas demandas singularizadas, já com o respaldo moral de uma agenda trabalhada e produzida coletivamente, o que justifica e legitima a causa do movimento como um todo.

Serão descritas as atividades da oficina, realizada no dia dois de abril de 2011 pela Rede Puxirão, pela APF e pelos alunos da graduação e da pós graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Foi por meio dos contatos com esse grupo que eu participei da oficina. Eu havia apresentado ao grupo meu interesse em participar das atividades de extensão universitária como voluntária, e fiquei sabendo quando haveria a próxima visita.

No dia, Jorge M., o professor-coordenador do projeto de extensão que subsidiava nossa presença ali, ficou responsável pela abertura, comentou sobre o objetivo do encontro e também coordenou alguns trabalhos. Um segundo professor, Jorge F., de uma universidade do interior do Paraná e orientando do professor Jorge M. no doutorado, ficou responsável pela mediação e animação dos debates sobre práticas e usos de fitoterápicos no tratamento de doenças animais, devido à sua formação anterior em medicina veterinária.

As atividades estavam previstas para acontecer das oito e meia da manhã às seis da tarde, e já estavam programadas a partir de um roteiro feito pelo professor Jorge M., que incluía: abertura com auto apresentação e discussão dos objetivos; dinâmica com dança circular e balões; trabalho em grupos para resgate das práticas; plenária de apresentação dos resultados; almoço; diálogo com os participantes sobre as práticas empíricas observadas em outras comunidades; avaliação; e dinâmica de encerramento.

Duas lideranças locais do setor Quitandinha/Curitiba, Ivan e Amantino, ficaram responsáveis pela organização do evento chamando os moradores da comunidade. Ambos são coordenadores do setor metropolitano e núcleo metropolitano sul da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses. Ivan, que parecia ter mais autoridade no que falava e que usava mais o tempo de fala, estava vestindo a camiseta da APF. Depois fui entender que sua comunidade estava há mais tempo na rede de mobilização, já tendo inclusive feito o processo de auto cartografia e lançado o fascículo, e ele era uma figura de destaque nesse processo. Assinaram a lista de presença trinta e três pessoas, ao todo, sendo a maioria do Faxinal do Salso.

Saímos bem cedo de Curitiba rumo à zona rural do município de Mandirituba. Fomos em três carros e chegamos perto das oito horas. A comunidade fica a cerca de dois a três quilômetros da estrada principal que liga a capital paranaense ao estado do Rio Grande do Sul. As estradinhas são acompanhadas por um gramado verdejante e também por postes de

luz. Depois de percorrer a estradinha de chão, após de alguns morros, o sinal mais evidente de que se está adentrando um faxinal é o mata-burro, atributo que, de acordo com Souza (2008) são capazes de gerar mobilização identitária, como por exemplo, com manutenção estratégica.

Fiquei sabendo o que significava um mata-burro na primeira vez em que estive nesse mesmo faxinal e pude verificar sua recorrência em outros faxinais que visitei, no município de Antonio Olinto, na presença de uma funcionária do MP e de outra funcionária do IAP, para acompanhar um parecer oficial delas sobre um impasse fundiário em favor de uma associação comunitária faxinalense. Nessa ocasião, eu me ofereci de voluntária, para conhecer mais outros casos, e acabei participando da conversa, do levantamento dos detalhes do modo de vida que elas fizeram, da análise do acordo comunitário local, do registro dos testemunhos, da história da construção comunitária das cercas etc.

O mata-burro é uma divisão terrestre feita com toras de madeira enfileiras mas com pequenos vãos, suficientemente afastados para que os animais sejam impedidos de ultrapassar para o outro lado do criador comunitário. Pela reação dos colegas do programa de extensão que estavam no carro comigo, finalmente estávamos chegando ao faxinal onde aconteceria a oficina, afinal, tínhamos passado o mata-burro.

FOTO 1 – Mata-burro na entrada do Faxinal Meleiro (acervo pessoal Otávio Rocha)



Ainda não havia pessoas de outras comunidades lá, apenas os moradores do faxinal onde foi realizada a atividade. Os carros pararam no “centrinho” da comunidade, na estradinha de chão, acima do barracão. O barracão era bem extenso; tinha piso feito de

cimento e estava erguido com paredes de alvenaria, coberto e sustentado por pilares de madeira de lei e telhas; era, ainda, vazado nas laterais. Uma lateral do barracão era rodeada de arame com mais ou menos um metro de altura, com um trançado largo que permitia ver através dele.

Por essas laterais, acima, era possível ver imediatamente uma construção parecida com uma escola municipal rural, mas que com um olhar mais atento percebi que se tratava da sede da associação de moradores; por ali via-se também casas antigas térreas, feitas de madeira cobertas com telhas frouxas e escurecidas (o que mostrava que há muito estavam lá) cercadas de árvores. Na outra lateral, aberta, do nível do barracão para baixo, via-se ao redor de um banhado cheio de lama um largo espaço desnivelado onde ficavam os animais à solta, os porcos com as galinhas, os cavalos, mais distantes, e no horizonte uma vegetação mais escura formada por altas árvores que pra mim são indiferenciáveis, com exceção das altas e velhas araucárias.

O barracão tinha em um extremo os banheiros feminino e masculino e o que eu defini como “churrasqueira”, o espaço onde eles assavam e serviam as carnes. No outro extremo do barracão, ficava a cozinha, que possuía uma janela grande e uma porta, trancados quando não havia eventos. E dentro da cozinha ficavam empilhadas as longas mesas e bancos que eram levadas para o pátio do barracão nos dias de reuniões, onde ficavam a pia, o fogão, o baldão de lixo e os baldes com os restos das comidas que eles jogavam aos porcos e galinhas.

Ao chegar, os moradores que estavam nos esperando já agilizavam o preparo do café, e do chimarrão, se eu não me engano. Do lado de fora, durante as atividades, a todo momento era possível escutar os ruídos de gente esquentando água. Tiramos uma dezena de bancos e algumas mesas e os colocamos no canto próximo da cozinha, na forma de um grande círculo.

Aos poucos alguns poucos faxinalenses iam aparecendo, representantes das quatro comunidades participantes, dos Municípios de Quitandinha e Mandirituba. Aconteceu a reunião de todos, em círculo, depois a auto apresentação de todos nós com o nome, a comunidade de onde vinha, e a função dentro da organização; alguns – que pareciam ser as lideranças - se adiantavam pra falar da importância daquele encontro.

Os faxinalenses presentes eram praticamente os mesmos que conheci na reunião anterior¹⁴. Eram em sua maioria de meia idade, mais de dois terços eram homens, apenas

¹⁴ No encontro anterior, passei o dia mais próxima das mulheres ou esposas, já que desde no começo, na primeira fala de abertura, os homens da liderança deixaram claro que as mulheres (em geral esposas acompanhando seus maridos, pela primeira vez encorajadas a vir para a reunião pois lhes tinham dito que as “alunas da federal” tinham atividades pra elas) poderiam se retirar para a cozinha, pois seriam tratados

alguns não sabiam escrever (como eu pude perceber no final, na hora de escrever seus sonhos para o faxinal), quase todos moravam no faxinal da sua respectiva comunidade, alguns relataram que tinham filhos morando, por conta do trabalho ou do estudo, em Curitiba. Havia apenas um rapaz que devia ter entre dezoito e vinte e três anos; ele me contou que morava em Curitiba e que voltava todo fim de semana, ele é neto de Dona Paulina, moradora de um faxinal vizinho de onde estávamos.

O professor Jorge F., que também já trabalhou na EMATER, iniciou a conversa comentando os propósitos daquela reunião, falando da importância de se “resgatar” as receitas “tradicionais” para as doenças dos animais do faxinal, diante da dificuldade de comprar remédios diretamente das farmácias. O professor ressaltou que resgatar o saber deles era uma alternativa para o criador de animais que não tem dinheiro para comprar remédios caros e discorreu sobre o domínio de grandes grupos industriais no mercado de remédios. Levantou a importância de se resgatar o saber tradicional e também a riqueza de soluções caseiras que é possível obter com aquele tipo de atividade.

A ideia central ou o objetivo da oficina era reafirmar a posição política do movimento como um todo de que a manutenção do criadouro comunitário e da cultura faxinalense são meios de garantir não só a criação de animais independente de empresas de remédios, hormônios e ração animal, mas também garantir as condições de produção de suas sementes crioulas e de seu próprio alimento, de forma independente do controle empresarial sobre sementes e agrotóxicos.

Jorge F. falou de uma outra experiência parecida que teve com seus alunos da UNICENTRO por meio da demanda de faxinalenses de outro município da região que também resultou numa cartilha com tratamentos caseiros, que ele nos mostrou. Ou seja, essa iniciativa não tinha partido desse grupo de quatro faxinais com quem estávamos realizando essa oficina, mas foi proposta a partir de outras experiências. Pesquisando material disponível na internet, vi depois que lideranças dos pesquisadores da cartografia social já haviam feito essa mesma atividade em faxinais do centro-sul do estado do Paraná, quando ainda estavam

assuntos sérios “de política”. Lá, perguntamos para cada uma quais eram as habilidades, receitas ou atividades delas que seriam interessantes de serem compartilhadas numa oficina, por exemplo, como meio produtivo. Elas levantaram de imediato o sabão caseiro (a partir de uma receita que uma pessoa da EMATER lhes havia passado), a costura e o artesanato de roupas de cama. Uma delas, que nesse dia estava vestindo a camiseta da APF e que durante a semana trabalhava em Curitiba (onde dormia de segunda a sexta), contou que é agente promotora e bolsista de um programa de fomento da economia solidária, do governo federal, e que para divulgar e estimular a adesão ao sistema de trocas nos moldes da economia solidária em âmbitos comunitários, ganhava um benefício de aproximadamente trezentos reais. Ela se animou a ajudar nessa parte de estimular a troca de conhecimentos e produtos entre as mulheres do encontro.

na universidade. Esses exemplos ilustram a parceria direta do movimento faxinalense com universidades públicas que têm pesquisas com caráter regional.

Depois da sua fala, o professor nos conduziu par darmos as mãos em círculo e tocou duas ou três músicas, realizando coreografias de danças circulares. Para as danças, havia uma música que parecia com uma quadrilha e me lembro de outra que era música celta com instrumentos típicos. Dançávamos em pares e todos com todos. Em seguida, ele nos explicou a dinâmica seguinte distribuindo alfinetes e dando uma bexiga pra cada um encher e disse que o jogo estava valendo. Na agitação, o impulso de alguns foi tentar estourar as bexigas alheias e proteger a sua. Ao fim, alguns mais ágeis conseguiram manter suas bexigas.

Na explicação do sentido da brincadeira, o professor disse que não tinha proposto que o objetivo fosse estourar a bexiga dos outros, mas que essa era a tendência de todos, prejudicar o próximo. Disse também que era preciso mudar essa atitude na vida em comum e que se todos tivessem poupado o próximo, todos estariam com suas bexigas na mão. Ele abriu para comentários e ouviu o que as pessoas sentiram em relação ao objetivo da dinâmica de grupo. Alguns mencionaram os “contra”, tanto as pessoas que moram dentro dos faxinais que se opõem à insistência em mantê-lo como tal, quanto aqueles que representam os funcionários do município, e o radialista da rádio comunitária que fez ameaças como eles relataram no encontro anterior.

No encontro do dia 12 de março de 2011, uma das lideranças locais leu a ata do encontro anterior e passou para um dos temas principais do encontro: qual medida seria tomada frente à ameaça que o radialista da rádio comunitária fez ao incitar pela transmissão a violência contra os “oportunistas” que “se fazem” de faxinalenses. Foi sugerida, e conduzido pelo assessor jurídico da rede Puxirão presente, a produção de um documento na forma de um abaixo-assinado para registrar, dentre os presentes que estivessem dispostos a fazê-lo, os nomes de quem pudessem testemunhar que tinham ouvido a ameaça pelo rádio. O documento seria encaminhado para a delegacia. Nesse dia relataram também que havia sido desmarcada de última hora a reunião anterior no mesmo barracão, para garantir a prevenção contra as ameaças. “Tarde da noite” do dia da reunião cancelada, haviam soltado tiros com armas de fogo na frente das casas da comunidade.

Diante dessa demonstração de hostilidade dos que se mostravam contra o movimento deles, então, nessa primeira reunião depois do ocorrido, eles falaram que era preciso unir forças e se reunir para se fortalecer frente os antagonistas.

Posteriormente, o professor mostrou o material disponível para começar a oficina de fato: dezenas de canetas, folhas quadradas (de cerca de um metro quadrado cada). Organizamo-nos em grupos mistos (estudantes e faxinalenses) com mais ou menos cinco pessoas e começamos a “trabalhar”. A divisão entre homens e mulheres ficou equilibrada e o critério para junção dos grupos foi casual, baseada na proximidade dos lugares nos bancos. A proposta era que se pensasse em três tópicos: animais, doenças e tratamento e, a partir dessa sequência, ir anotando, com as canetas na folha grande, o que os faxinalenses relatavam, para registrar. Em todos os grupos os “alunos da federal”, como éramos chamados, acabaram encarregados de anotar as “receitas”.

No meu subgrupo, estávamos quase meio a meio entre alunos e faxinalenses: quatro alunos e o casal mais maduro da reunião, Dona Paulina e Seu Isidoro, com em torno dos seus setenta e cinco, oitenta anos, com seu jovem neto. Eu ainda não sabia que estava diante de um agroveterinário honorário. Um colega que cresceu na sua fazenda, no município vizinho, por estar mais familiarizado com os temas “rurais” da oficina, tomou a iniciativa de registrar os relatos.

Dividimos as folhas em três colunas: animal, doença e tratamento. Então, livremente, Seu Isidoro iniciou sua fala, não só contando objetivamente tratamentos que ele conhecia para curar enfermidades dos animais do faxinal, mas também descrevendo as situações que ocorriam. Ele citou situações em que ele era chamado por vizinhos mais distantes para atender algum terneiro com dificuldade de nascer e, com ricos detalhes, explicava todo procedimento. Sua companheira também contribuiu, complementando as variedades de ervas, misturas e receitas que ele mencionava. Para quem estava escrevendo na tabela animal/doença/tratamento, a explicação era desordenada, porque eles iam contando histórias ou descrevendo o procedimentos como tinha acontecido outrora.

A função de anotar os tratamentos foi revezada entre nós, “alunos da federal”. Os animais citados foram vaca, boi, terneiro, bezerro, porco, aves (galinhas, pintinhos, frangos e galos) e cachorro. O animal a que atribuíram a maior variedade de doenças comuns e também a maior variedade de tratamentos foi o cavalo, que parece ser a especialidade de Seu Isidoro, o senhor mais vivido e experiente da oficina, que estava no meu subgrupo.

Frequentemente eu não sabia o nome dos componentes da “receita”, como por exemplo “losna” ou “cinza dequada”, mas, para não interromper a narrativa, escrevia como ouvia e só depois perguntei para o colega que tinha criação de animais. Dentre os tratamentos,

surgiram tratamentos que foram enquadrados no final, pelo professor da agronomia veterinária, como simpatias. No entanto, os faxinalenses citaram mais tratamentos sob o nome de simpatias do que a classificação do professor ao final, e mostraram a convicção de que ambas categorias de tratamento animal teriam a mesma eficácia.

As receitas se baseavam, na grande maioria, em recursos disponíveis no faxinal, como banha de porco, esterco de vaca, folha de pessegueiro, de tupixava, de alho, de eucalipto, pau de raposa, casca de cedro, de cataia, fumo em corda, cravo de defunto, talo de bananeira, erva-mate, erva de Santa Maria, fumaça de sapé de pinheiro verde, raiz de urtigão, de ugreiro, de guanchuba, gosma de babosa, semente araticum, enfim, um repertório de ingredientes de origem animal e vegetal.

O que não ficou claro era, se algum morador precisasse da receita no dia, se os todos ingredientes estariam à pronta mão ou se estava apenas na memória. É possível citar também os “produtos” industrializados”: sal, álcool, vinagre, querosene, creolina (Ver ANEXO A).

Logo depois, cada subgrupo apresentou seus resultados, os quais foram comentados pelo professor veterinário Jorge F. Na FOTO 2, a liderança Ivan e o professor Jorge M. Seguram a tabela construída coletivamente.

Jorge F. perguntou para os presentes se eles conheciam a relação da aplicação da receita com o fim da doença. Mais uma vez, Seu Isidoro ofereceu algumas respostas que o professor qualificou como válidas. Algumas mulheres contaram que aqueles “remédios” não serviam só para animais do faxinal, mas também para enfermidades humanas; uma delas citou alguns procedimentos que de imediato foram reconhecidos por outra mulher, de outra comunidade, que acrescentava algo novo, de acordo como sua avó fazia, por exemplo. E assim foi acontecendo a troca de experiências.

Este professor qualificava as respostas das pessoas que se manifestavam, avaliando sua proximidade com o conhecimento veterinário. Contudo, em alguns casos, quando não via nexos do tratamento mencionado com a medicina veterinária, ele explicava que não havia uma relação causal reconhecida pela medicina convencional, sendo este o critério dos comentários, ao fim da transcrição das receitas.

De maneira geral, os faxinalenses participaram ativamente durante o levantamento e também na apresentação. Durante a atividade, algumas mulheres se retiraram e outra desceu de sua casa para a cozinha, para prepararem o almoço. Outros homens também apareceram e puderam tomar conhecimento do que havia sido levantado nos outros grupos. De acordo com

o que mencionaram, havia tratamentos que alguns não conheciam, apesar de muitos terem se repetido em subgrupos separados.

FOTO 2 – Apresentação dos resultados da coleta de tratamentos (acervo pessoal Otávio Rocha)

ANIMAL	DOENÇA	TRATAMENTO
GALINHA	PESCOÇO QUEBRADO	LIMÃO - ESPORTE SUCO
	CHÃO CHÃO	BEBER - PO DE CAFÉ - ÁGUA
	DIARRÉIA	CASA DE CEDRO
	ROXAGEM	ATAIA
VERME	PESTE DE BOCA	CRECUMA
	BERGUSA	PITANGA
BABOSA	SUJO DE FOLHA	NANHA
	TRONCO BARRIGA	EVITAR PESTE
FILHO	PESTE DE BOCA	SIMPLIA
	BERGUSA	OH DE CASA
GALINHA DEBILITADA	PESTE DE BOCA	ASINHAS GALINHAS
	BERGUSA	ESTÃO CHEIAS DE BOCA
GALINHA DEBILITADA	PESTE DE BOCA	CINZA DE CEBOLA (ÁGUA)
	BERGUSA	FECHAR EM CASA
GALINHA DEBILITADA	PESTE DE BOCA	CABELO DE
	BERGUSA	CEBOLA

Em seguida, eu e alguns colegas começamos a reordenar as mesas e cadeiras em fileiras, para o almoço. Depois eu tomei a iniciativa de ir buscar as panelas, pratos entre outros para a mesa, e reparei que só me acompanharam algumas mulheres faxinalenses. Sentamo-nos, então, espontaneamente, na mesma mesa, mas com o passar do tempo os faxinalenses também vieram até nós. Os alunos e eu nos servimos primeiro e os homens em seguida e aos poucos, as mulheres. As panelas fartas não paravam de chegar. Como na outra oportunidade em que fomos lá, no almoço eles nos ofereceram arroz branco, muita carne de porco na panela e na lata, macarrão, mandioca frita, salada de beterraba, suco aromatizado e refrigerante. A mesa estava farta.

Houve um episódio interessante. Eu e mais uma colega do programa de extensão não comemos carne, fato que foi percebido e polemizado na forma de piadas. Para o morador que

estava ao meu lado, que nos mostrou antes sua criação de porcos e filhotes, a carne de porco era deliciosa e não fazia sentido eu não comer. Chegaram a perguntar o que eu comia então, já que não comia carne. Acredito que mesmo sendo uma comida que eles costumam preparar, não nos servirmos da carne de lata não pareceu causar nenhum desconforto, ao contrário, foi a piada da hora do almoço, na nossa mesa.

Ao fim do almoço, as louças foram levadas até a cozinha pelas mulheres, que também se encarregaram de lavá-las. Os restos dos pratos e das vasilhas foram sendo acumulados numa lata grande que foram oferecidos para os animais (porcos e galinhas) à solta ao redor do barracão, naquele momento. Eles estavam tão perto do barracão, apesar de não passarem do chão de cimento, que era possível observá-los minuciosamente a comer.

Não lembro ao certo se foi nesse momento de intervalo em que todos estavam mais dispersos e à vontade em conversas em pequenos grupos. Eu e uma colega da turma, a que também segue uma dieta sem carnes, subimos até o quintal da casa do marido da senhora que estava liderando a cozinha. O espaço que eles usavam era imediatamente próximo ao barracão. Seu esposo criava porcos e provavelmente foi ele que cedeu a carne servida no almoço.

Como no outro dia em que estivemos no mesmo faxinal, entramos na cobertura onde ficavam os porcos, construído com ripas de madeira. Havia algumas porcas amamentando seus filhotes, separadamente, cada uma em seu cercado, todos deitados sobre palha seca de milho. Em outros agrupamento havia porcos separados por idade ou que já estavam prontos para o abate. A colega tirou fotos e comentamos com o dono dos animais como os filhotes eram “bonitinhos”, o que rendeu algumas piadas entre o grupo da universidade sobre o destino dos porcos, como alimento.

Fomos também a uma casinha de madeira que parecia ser uma oficina que ele nos apresentou. Lá havia ferramentas e materiais para lidar com cavalos (ferraduras, sela de montaria, tiras em couro, argolas de ferros para montar um cabresto). Além de servir para manutenção, pareceu que ele vendia aqueles materiais artesanais.

Nessa área, tanto perto da cobertura do chiqueirinho quanto da oficina, o gramado era seco e erodido, decerto devido à pisada dos animais à solta. Ao redor dessa grande área havia arbustos e atrás árvores mais altas em mata mais fechada, talvez frutíferas. Era visível também um conjunto de cercas que limitavam a andança dos animais para um morro onde havia uma produção ordenada de alguma cultura que não consegui distinguir, mas que era

uma monocultura.

Ao lado dos carros estacionados dos visitantes, passou um senhor com seus cabelos e barba brancos comandando dois cavalos que levavam uma carroça artesanal, com rodas de madeira, cheia de troncos finos e secos de madeira, provavelmente para lenha.

Voltamos então ao barracão, para a formação em círculo, agora para fazer uma espécie de avaliação coletiva da coleta de tratamentos. Ao comentar uns nomes de ingredientes dos tratamentos, fomos em busca de alguns em meio às casas. Saímos então do barracão e fomos em grupo caminhar pelas estradinhas de terra. O simpático casal, Dona Paulina e Seu Isidoro, que estava no meu subgrupo, acabou ficando na mureta da entrada do barracão, pois disseram que a caminhada lhes exigiria esforço.

Seguimos ouvindo um dos moradores daquele faxinal, que foi mostrando aos presente as casas dos “chacreiros” que aos poucos foram comprando as terras da comunidade, cercando o terreno com arames e muros, construindo casas diferenciadas com antenas parabólicas, enfim, as casas novas dos “de fora” se destoavam das casas dos moradores mais antigos.

FOTO 3 – Erva medicinal denominada Erva-de-bicho (acervo pessoal Otávio Rocha)



Ao longo da caminhada em grupo, as faxinalenses mais velhas iam apontando algumas ervas listadas na atividade e, também, frutíferas e outros tipos de vegetação que tinham um valor medicinal para elas. Um aluno da universidade e o outro professor foram registrando em foto e com o nomes que lhes eram informados, numa espécie de inventário fotográfico das

que eram reconhecidas como ervas medicinais

No retorno ao barracão, eles foram convidados a refletir sobre a importância da oficina do dia, momento em que retomaram as dificuldades e os conflitos locais. Citaram os impasses com os que são “contra”, com os chacreiros, com o poder público municipal que não atende às demandas, e mencionaram em tom de denúncia a especulação imobiliária sobre as terras com a chegada dos chacreiros urbanos (os “neo-rurais”). Ao cabo das falas, uma das lideranças fez uma dedicação religiosa e realizou uma reza cristã em roda, com todos dando as mãos.

A partir do que relataram, foi proposto então que pensassem nas suas expectativas sobre o faxinal e seus sonhos para o futuro. Esse momento foi um dos mais silenciosos, pois estavam todos menos falantes, em círculo, com folhas e canetas no centro. Foi pedido que eles escrevessem seus sonhos para o faxinal, mas como alguns não dominavam a escrita, como por exemplo os mais velhos, alguns alunos e eu nos sentamos com essas pessoas em duplas para transcrever. No entanto, a maioria dos sonhos foi escrita a próprio punho.

Nessa ocasião, depois do dia de trabalho em grupo, muitas pessoas falaram em esperança, em seus filhos e no futuro da terra, reclamaram da desatenção do poder público, enfim, foi o momento que, fora do grande círculo, tiveram para falar dos seus anseios individuais com mais liberdade. Como não tinha ficado clara a instrução, os depoimentos eram anotados e somente alguns nomes foram registrados como autoria, de forma que alguns relatos estão sem autoria. Ao final, dezesseis pessoas haviam participado dessa parte da oficina.

A próxima proposta foi a leitura do que tinha sido transcrito. Depois, solenemente, cada faxinalense deitou sua folha de papel ao centro e ficou em silêncio e, com as mãos dadas, já estávamos no fechamento do encontro. O professor Jorge M., que coordena o projeto de extensão, falou algumas palavras sobre a relação da universidade com a rede, salientando que o pessoal da universidade estava presente porque tinham sido solicitados e que esses encontros e atividades só acontecem por meio da demanda deles. Mais algumas pessoas falaram palavras de agradecimento e de satisfação, comentaram que o dia havia sido produtivo e que havia valido muito a pena.

Com abraços entre todos, como se fossem velhos e bons amigos, o encontro se encerrou, e tiramos fotos. Após as fotos, os moradores ofereceram sacolas com frutas e alguns colegas aceitaram. Nós nos dirigimos para os carros, as famílias das outras comunidades

foram entrando em seus carros, e os anfitriões esperaram todos irem. Partimos de volta para Curitiba no fim do dia, já quase anoitecendo, depois de um dia de intensas vivências.

2.3 ANÁLISE DOS SONHOS E METAS PARA O FUTURO

Nesta seção, são apresentados os sonhos e expectativas expressados pelos faxinalenses, e na sequência essas informações são classificadas no QUADRO 1, para facilitar sua visualização e análise. Os sonhos apresentados foram transcritos como se segue:

1. “Coisas que queremos criar. Eu não saio pras reuniões. Quero que meus netos fiquem no faxinal. Um dos netos veio de Curitiba. Eles trabalham lá e vem no sábado, sempre, todo sábado. Da mesma forma que criei meus filhos, eu quero neto desse jeito. Um outro neto trabalha de garçom, mas sempre vem no domingo. O outro trabalha de servente. Quero criar meus netos comigo toda vida, enquanto não casa. Eu estimulo eles. Não quero que se acaba o faxinal. Quando tem reunião, eles vem na reunião. Eu não vou, mas mando eles.” (D. Paulina Colaço Santos)
2. “Reunião de todas as famílias para que seja criada uma associação aonde as pessoas possam fazer grupos de aprendizagem e trocas de ideias e o saber fazer, aonde haja paz e união e não discórdia.”
3. “O meu sonho quanto ao Faxinal seria pode abrir a mente dos que são contra e mostrar a riqueza que eles então acabando e o que será do futuro que iremos deixar para os filhos e netos e outros que virão, que Deus abra a mente deles. Para que não deixe morrer isso que é tão bom e rico pra todos”.
4. “O meu sonho. Que todas as pessoas tivessem igualdade, que não tivesse brigas e continuar os faxinais, sonhos de paz nas famílias que nós sejamos todos iluminados pela luz do Espírito Santo. Que Deus abençoe nós todos”.
5. “O meu sonho é que fique o faxinal porque é uma grande luta dos meu avôs, meus pais que lutaram tanto, e agora uma pessoa sem pensamento quer destruir uma coisa de antigamente e pedimos para todas as seis comunidades sejamos, todos juntos, que com deus ao nosso lado venceremos e pedimos apoio para o poder público.” (Paulo)
6. “Viver num mundo de faxinais, no campo e na cidade. Que as cidades do mundo sejam mais faxinal, e menos barbárie!”

7. “Mais pessoas conheçam o faxinal e os faxinalenses para entendê-los e ajudá-los”.
8. “Sonho pra faxinal e faxinalense. Que sejamos reconhecidos pelos órgãos públicos: municipal, estadual e federal. Que haja política pública p/ nós faxinalense no Estado do PR.” (Ivan)
9. “Meu sonho do faxinal é que seja melhor cada vez mais, não só para os faxinalenses mais para todos que aqui vive. E que possamos juntos construir um meio ambiente melhor. Com os animais livres, água a vontade, comida sem veneno e ar puro.”
10. “O meu sonho, 80 anos para trás: eu quero o faxinal formado como foi antigamente o meu conhecimento. Quem está desrespeitando venham ver a nossa reunião, para eles que são contra, limpem a memória. Quem venham conhecer o passado do faxinal. Bastante criação e fartura de alimento. È um abraço que peço de amor com muito respeito” (Sr. Isidoro).
11. “Resgatar nossos direitos”.
12. “O meu sonho é ver todos unidos vivendo em paz, conforme Deus nos ensinou, amar uns aos outros e tudo que tem vida”.
13. “Que pudéssemos dar continuidade nesse modo de vida que, mesmo considerado por muitos como um atraso de vida, quem aqui gosta muito dessa maneira de viver. Que as trocas de experiências venha a fortalecer nosso grupo. Que os conhecimentos adquiridos nos encontros nos motivem para nossa luta em defesa do faxinal”.
14. “Ampliação de território, reconhecimento pelos poderes públicos, mais investimento na educação, mais valorização dos recursos e práticas naturais, valorização dos animais na comercialização, mais recursos para animais de qualidade, mais reconhecimento nos nossos direitos faxinalenses”.
15. “Que em primeiro lugar a gente possa permanecer na comunidade, conquistando os direitos amparados em leis, inclusive sendo reconhecidos como comunidade tradicional, que haja política pública específica em prol da causa faxinalense, que assim como há a parceria com a UFPR, que haja outros órgãos governamentais”.
16. “Que o faxinal continue cada dia melhor, que a criação tenha liberdade de andar, que o faxinal continue existindo”.

QUADRO 1 – Análise dos sonhos e expectativas

SONHOS/METAS	FIM DOS CONFLITOS INTERNOS E FORTALECIMENTO DA AÇÃO COLETIVA
	• igualdade para todas as pessoas, fim das brigas, sonhos de paz nas famílias • que as seis comunidades se unam • respeito, paz, união, amor • fazer associação, grupos de aprendizagem e trocas de ideias e o saber fazer • criar associação • todos unidos em paz
	REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO ESPAÇO DO FAXINAL E A CONTINUIDADE NO FUTURO
	• mostrar a riqueza • que a criação tenha liberdade de andar, que o faxinal continue existindo • ampliação do território, mais investimento na educação, mais valorização dos recursos e práticas naturais, valorização dos animais na comercialização, mais recursos para animais de qualidade • não deixar morrer isso que é tão rico e bom para todos • construir meio ambiente melhor • continuidade do faxinal • permanência dos netos no faxinal, como foi com os filhos • Viver num mundo de faxinais, no campo e na cidade; que as cidades sejam menos barbárie e mais faxinal • Faxinal formado como antigamente • Continuidade ao modo de vida
	INTERFACE EXTERNA E POSICIONAMENTO POLÍTICO FRENTE AOS QUE SÃO “CONTRA”
	• abrir a mente dos que são contra; • que mais pessoas conheçam o faxinal e os faxinalenses para entendê-los e ajudá-los • resgatar os direitos • poder permanecer na comunidade, conquistando os direitos amparados em leis, inclusive sendo reconhecidos como comunidade tradicional, que haja política pública específica em prol da causa faxinalense, que assim como há a parceria com a UFPR, que haja outros órgãos governamentais • Reconhecimento pelos órgãos públicos municipais, estaduais e federais; políticas públicas para os faxinalenses no estado do Paraná mais reconhecimento dos direitos faxinalenses pelos poderes públicos

ATORES	• Faxinalenses (família, filhos, netos, pais, avós, comunidade) • todos que aqui vivem, todos juntos • os que são contra, uma pessoa sem pensamento, quem está desrespeitando, muitos que consideram o modo de vida um atraso • poder público municipal, estadual, federal; órgãos governamentais • UFPR • “outros”
LUGAR	• Faxinal • “[...] isso que é tão bom e rico pra todos” • território, recursos naturais • cidades do mundo = barbárie • Estado do Paraná • liberdade de andar da criação • meio ambiente melhor, com animais livres, água à vontade, comida sem veneno • riqueza • faxinal formado como antigamente • coisa de antigamente • o passado do faxinal com bastante criação e fartura de alimento
CONFLITOS/ IMPEDIMENTOS	• Desrespeito • discórdia • uma pessoa sem pensamento quer destruir coisa de antigamente • netos moram e trabalham em Curitiba • os que são contra estão acabando com a riqueza • “[...] o que será do futuro que iremos deixar para os filhos e netos e outros que virão” • muitos consideram atraso de vida • brigas • barbárie • as pessoas não conhecem e não entendem • a criação não pode andar livre
ESTRATÉGIAS	• Estímulo aos netos para irem às reuniões quando tem • reunião de todas as famílias • união entre as comunidades • Apoio do poder público • Trocas de experiências para fortalecer o grupo para lutar em defesa do faxinal • que as pessoas conheçam o faxinal e os faxinalenses para ajudá-los e entendê-los • quem desrespeita deve conhecer o passado do faxinal • reuniões • parceria com UFPR e outros órgãos governamentais

JUSTIFICATIVAS	• “É uma luta dos meus avós, meus pais que lutaram tanto” • faxinal é bom e rico para todos • os faxinalenses gostam muito dessa maneira de viver • memória: o passado do faxinal tinha bastante criação e fartura de alimento
----------------	---

Como já dito, o momento de construir os sonhos, individualmente num primeiro momento e depois compartilhá-los na roda, foi quando, depois de todo o movimento em grupo (o trabalho coletivo na cozinha, a conversa sobre a criação na comunidade, a roda de mate, o almoço na mesa comprida), cada um pôde assentar seus pensamentos concentrando-se no propósito daquela reunião, sem esquecer que o que seria lido em voz alta seria ouvido por outros faxinalenses que estivessem na roda, representando a comunidade vizinha.

Entendo que os sonhos registrados foram uma espécie de síntese tanto do que foi realizado no dia, quanto da maneira como cada um sentia a realidade da qual fazia parte, no contexto do faxinal e da vida comunitária no faxinal. Sentimentos provocados não somente pela situação de estarem juntos ali, em roda, cada um escutando o outro, independente da idade, do gênero ou da posição política, mas também pela finalidade do encontro que apesar de não ter sido explicitada era o que mobilizou a presença deles ali: pensar no futuro do faxinal. Não foi a toa, portanto, que essa reflexão simples e aparentemente despretensiosa foi proposta.

Ainda que as falas fizessem clara referência aos conflitos que estavam ocorrendo dentro das respectivas comunidades, não foi possível localizar uma intenção em diferenciar as causas locais, das comunidades a que pertenciam, das causas comuns dos que estavam em outras comunidades. Era como se houvesse uma unidade no sentimento de grupo que tornava a causa deles comum a outros faxinalenses, sobretudo nas posições das lideranças locais que já tinham um contato bem estabelecido com os outros níveis da organização do movimento.

Os depoimentos não são tão longos, mas possuem conteúdos densos e ricos relacionando elementos que dizem respeito a aspectos específicos, como a imagem que eles têm do faxinal, os atores sociais presentes, o papel que eles esperam do poder público, enfim, esses elementos dos sonhos para o futuro registrados foram simplificada e organizados em três grupos: fim dos conflitos internos e fortalecimento da ação coletiva; reorganização produtiva do espaço do faxinal e a continuidade no futuro; e interface externa e posicionamento político frente aos que são “contra”.

No que eu agrupei sob o nome de sonhos para “fim dos conflitos internos e fortalecimento da ação coletiva”, ficou evidente em algumas falas o desejo de que haja mais união, fim das brigas e repeito entre as pessoas, tanto entre os faxinalenses quanto aos que não pertencem à comunidade, e que esse estado de “paz” só será possível se o grupo realizar reuniões.

Já os elementos que podem ser entendidos como sonhos de “reorganização produtiva do espaço do faxinal e a continuidade no futuro” se referem à materialidade do modo de vida que eles esperam reproduzir, como parte fundamental do cotidiano: a riqueza, a criação, o território, o meio ambiente, enfim, aspectos práticos da vida que ganham um sentido socioambiental e que constituem o faxinal como tal, como aquilo de que eles dependem para manter sua maneira de viver. A valorização de aspectos naturais, água a vontade, comida sem veneno e ar puro e também a ideia de se ter animais livres mostra como ao faxinal é atribuído um valor ecológico, além da importância do uso como base para o modo de vida.

No entanto, pode-se observar que eles não acreditam que a continuidade do faxinal ou seus sonhos para o futuro possam ser realizados só com o esforço das próprias comunidades, pois eles compreendem que interagem com outros atores sociais a partir de posicionamentos políticos. Não foram nomeadas pessoas ou instituições que são “contra” o faxinal, mas essa figura abstrata aparece em algumas falas em que o problema parece ser o desconhecimento da realidade, como no desejo de “abrir a mente dos que são contra” ou de que “mais pessoas conheçam o faxinal e os faxinalenses para entendê-los e ajudá-los”. Essas partes foram agrupadas no que eu chamei de “sonhos para interface externa e posicionamento político frente aos que são 'contra'”.

Em relação ao poder público, eles esperam apoio e mediação como caminho para o reconhecimento e visibilidade da realidade deles. Eles desejam ser “reconhecidos como comunidade tradicional”, e ter “política pública para faxinalenses no estado do Paraná”, “direitos amparados em leis”, ou seja, as expectativas para o futuro passam pela relação que eles mantêm com o poder público municipal, estadual e federal.

Os depoimentos escritos durante a atividade não podem ser descontextualizados da situação criada para a oficina. Apesar de os depoimentos sobre os sonhos e expectativas para o futuro do faxinal não conterem o nome dos autores, eu me recordo dos momentos em que alguns sonhos foram lidos por seus respectivos autores, ou, no caso em que nós “pesquisadores” transcrevemos as falas, estas foram lidas por “nós” em nome de seus

“sonhadores”.

É marcante a distinção de gênero entre, de um lado, os conteúdos textuais das lideranças ou dos indivíduos que estão inseridos no movimento estadual ou em outras redes políticas correlatas há mais tempo e, de outro lado, os conteúdos textuais daqueles que frequentam somente as reuniões locais, regular ou esporadicamente.

O aspecto da diferenciação de gênero reflete os papéis na vida pública/política e da vida doméstica/comunitária que homens e mulheres respectivamente pareciam assumir de forma típico-ideal: os homens, de maneira geral, relataram a expectativa de lograr ter suas demandas organizadas em agendas constituídas dentro do movimento atendidas por meio de diálogos com agentes governamentais para que suas atividades cotidianas pudessem ser garantidas, ou seja, anseios de ordem política e econômica; por seu turno, as mulheres, grosso modo, exprimiram o desejo de paz, união, amor e fim das brigas entre as famílias e “todos que ali vivem”, demonstrando preocupações que fazem referência à vida intracomunitária como representação de uma grande família (as menções a filhos, netos, pais e avós eram feitas pelas mulheres).

A exceção seria a faxinalense, que é também promotora comunitária da economia solidária, cujas falas demonstraram que ela circulava não só nas oficinas de costura, de receitas de sabão caseiro e de habilidades reservadas às mulheres donas de casa, como também circulava em outras redes políticas além das reuniões com lideranças faxinalenses.

Com efeito, não é possível dizer que a distinção entre as duas ordens de preocupações foi evidenciada apenas pela análise dos depoimentos sobre os sonhos para o futuro. A divisão de tarefas (entre os afazeres domésticos e o cuidado com a família dentro da comunidade e a ocupação com as demandas políticas da comunidade na vida pública e também com as atividades produtivas mais significativas) ficou acentuadamente clara no decorrer do dia, durante a realização da oficina, isto é, o mundo político é preponderantemente masculino.

Um momento que podemos citar como exemplo foi a troca de receitas de remédios caseiros com as ervas do “quintal”, momento em que predominou a voz das mulheres presentes. É possível citar também que enquanto as mulheres cuidavam do almoço e da mesa entre a cozinha e o pátio do barracão, os homens tomavam um mate do lado de fora, enquanto falavam da vida política, da criação, dos “contra”.

Um outro ponto interessante a se observar a partir dos depoimentos escritos está relacionado aos atores sociais que foram citados: dentre eles mesmos, “faxinalenses”, eles

mencionaram a família como elemento central, representada por seus filhos e netos, pais e avós. Surgiu também a ideia de separação entre dentro e fora da comunidade, quando duas pessoas mencionaram a aspiração de união entre “todos que aqui vivem” e “todos juntos”.

Essa dicotomia entre faxinalenses e os que eles consideram seus antagonistas fica clara quando alguns mencionaram “os que são contra”, “uma pessoa sem pensamento”, “muitos que consideram o modo de vida um atraso” ou ainda se referindo a “quem está desrespeitando”. Foram mencionados também, mas não na categoria que pode ser entendida como “antagonistas”, a UFPR e o poder público (municipal, estadual, federal, órgãos governamentais).

Uma outra chave de entendimento escolhida devido à regularidade com que aparecia diz respeito às menções a um lugar, um lugar do presente, do passado e do futuro. Quando os sujeitos se referiam ao faxinal do presente, surgiram expressões que eles usavam como equivalentes, como: “isso que é bom e rico para todos”, “território”, “recursos naturais”, “riqueza” ou inclusive uma noção oposta a de “cidades do mundo” plenas de “barbárie”. Já as referências ao lugar do passado apareciam nas expressões “coisa de antigamente”, “faxinal formado como antigamente” e a ideia do passado do faxinal com bastante criação e fartura de alimento. O lugar “faxinal” para o futuro foi citado como a possibilidade de um “meio ambiente melhor, com animais livres, água à vontade, comida sem veneno” e também o desejo de “que o faxinal continue cada dia melhor/continue existindo” e “que a criação tenha liberdade de andar”.

Um terceiro agrupamento foi feito a partir da noção de conflito ou impedimentos. Foi generalizada e recorrente, não só nessa parte de contar seus sonhos, mas durante a oficina, o sentimento da existência de conflito. Apareceram nos relatos as palavras discórdia, brigas, barbárie, associadas a empecilhos para a realização de seus sonhos para o futuro dos faxinais.

Esses impedimentos eram personificados na figura de “uma pessoa sem pensamento [que] quer destruir coisa de antigamente” ou “quem está desrespeitando [o faxinal]”, dos “que são contra estão acabando com a riqueza”, dos muitos consideram “atraso de vida” ou também na figura das pessoas que não conhecem, não entendem e por isso não ajudam o faxinal. No caso de Dona Paulina, ela me disse (fui eu que colhi e transcrevi seu depoimento) que apesar de ela não sair para as reuniões ela manda seus netos que, mesmo trabalhando e morando na capital, voltam para a casa da avó e segue as reuniões.

Frente aos elementos de impedimentos e conflitos presentes nos relatos, algumas

formas ou estratégias foram mencionadas, como “reunião de todas as famílias”, união da comunidade, apoio do poder público, trocas de experiências para fortalecer o grupo para lutar em defesa do faxinal, parceria com UFPR e outros órgãos governamentais.

Estão implícitos os argumentos que denotam a importância que eles atribuem ao faxinal, ou que de certa forma constituem as justificativas dos sonhos: “É uma luta dos meus avós, meus pais que lutaram tanto”, “faxinal é bom e rico para todos” ou mesmo que os faxinalenses gostam muito dessa maneira de viver. Já o argumento de Seu Isidoro chamou atenção, pois se baseia na memória: ele afirma que o passado do faxinal tinha bastante criação e fartura de alimento.

A defesa de um lugar e de um modo de vida é construída a partir da autoestima e da valorização de elementos que compõem a cotidianidade. O que vai preenchendo aquele grupo político são os valores e demandas, tudo aquilo que é comum e que pode ser compartilhado como prioridades, e não atributos particulares. Com efeito, as atividades são coletivas, justamente porque eles pleiteiam direitos coletivos, e não individuais, ao longo do processo coletivo que vai capacitando o grupo a se organizar como tal e vai simultaneamente redefinindo atores sociais e reestruturando o mundo social, dialeticamente.

Essas atividades não estão suspensas, mas sim contextualizadas socialmente, acontecem *entre* faxinalenses *em* um faxinal, aspectos que guardam uma importância para a finalidade das atividades e que vão sendo constantemente ressignificados. Esse processo contínuo de reordenamento cultural pode ser ilustrado pelo que foi relatado sobre a oficina, como por exemplo no momento de troca de receitas, em que as experiências de outrora foram oralmente revividas num novo contexto, específico, que trouxe novo sentido para aquelas receitas, justamente por estas terem sido trocadas com a finalidade de serem registradas e divulgadas. Se antes esses saberes orais e empíricos estavam rotinizados ou mesmo à beira do esquecimento, agora essas práticas são reconstituídas com autoestima, e merecem ser compartilhadas.

Finalmente, delineados os atores, a arena de atuação e o adversário, esse conjunto de elementos mobilizados para evidenciar o conflito permite a elaboração de um projeto para o futuro baseado nos seus sonhos para seus netos no faxinal. Mais do que isso, dá novo sentido para ação coletiva no intuito da realização desses sonhos e aspirações, na medida que o conflito só pode ser amenizado por meio da reconstituição da identidade coletiva acionada no mundo político.

Vale lembrar que o foco aqui foi identificar mecanismos sociais presentes na organização política a partir da qual emergem atores coletivos. Entende-se que a pertinência da descrição dessa vivência para a pesquisa se localiza no entendimento de que essas demandas foram construídas circunstancialmente nas interações entre os diversos atores sociais. Procura-se ilustrar, com esse detalhamento, como o envolvimento acontece em âmbito local, com a participação de um pequeno número de comunidades, neste caso cinco, para que, dessa mobilização, as lideranças locais se sintam motivadas para representar sua região e seu setor e mesmo participar do movimento em âmbito estadual.

Diante dessas reflexões iniciais, esse capítulo se encerra ressaltando que essa vivência é só um recorte ou uma fotografia dentro de todo o contexto da luta desses grupos no estado paranaense. Contudo, acredita-se que essa vivência pode exemplificar em certa medida processos que estão ocorrendo em outras escalas sociais e permite refletir sobre o caráter relacional e contrastivo da identidade faxinalense, que vai sendo assim reificada e instrumentalizada no decorrer da luta política, inscrita em demandas traduzidas em lei.

2.4 PRÁTICAS TRADUZIDAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS LEIS RELACIONADAS AO FAXINAL E AOS FAXINALENSES

Levando-se em conta que a discussão dos direitos dos povos faxinalenses no estado do Paraná vem na esteira da intersecção entre o debate dos PCT e questão ambiental, serão apresentadas a seguir os dispositivos jurídicos que validam os direitos dos povos faxinalenses, acompanhados da evolução dos principais dispositivos¹⁵ que aproximam a regulamentação do meio ambiente e seus direitos.

Como aponta Almeida (2009, p. 5) as conquistas dos faxinalenses podem ser traduzidas, de modo resumido, pelo atendimento de reivindicações convertidas em leis estaduais e leis municipais. São elas e as interações sociais derivadas que tem inspirado trabalhos de pesquisa, mapeamentos, censos, cadastros e alianças com outros povos e comunidades tradicionais que publicizaram as tensões sociais e os conflitos que caracterizam os povos dos faxinais. Em outras palavras, é o limite destas relações sociais que tem definido este povo e não o conteúdo da condição de faxinalense, ideia fundamental para a discussão da presente pesquisa.

¹⁵ A principal fonte bibliográfica utilizada nessa seção foi o capítulo “Levantamento de fontes documentais e arquivista” do livro Terras de Faxinais (2009).

Na medida em que os agentes sociais que vivem e trabalham nos chamados faxinais utilizam a identidade de faxinalense para se autodefinir ou para categorizar-se a si mesmo e a outros com fins de interação, formam movimentos no sentido político organizativo. Através desta formação, que recebe a designação de Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, desde setembro de 2005, é que tem ocorrido a interlocução política com os aparatos de poder. A capacidade mobilizatória dos faxinalenses tem como uma de suas maiores conquistas a lei n. 15.673 de 13 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o reconhecimento dos faxinais e sua territorialidade pelo estado do Paraná (ALMEIDA, 2009, p. 5).

Ora, desde a organização da APF e também da criação da Rede Puxirão, muita coisa mudou no que se refere ao reconhecimento jurídico formal dos faxinalenses. A seguir, serão elencados alguns marcos legais que foram aos poucos transformando, pelo menos na esfera do direito, a percepção do Estado sobre eles. Como vimos, diante de conflitos iminentes com aqueles que se posicionam politicamente contra seu modo de vida e sua territorialidade, é ao poder público, na figura do MP, que eles muitas vezes se direcionam. Mas não é só em momentos de tensão e ameaças abertas que eles recorrem ao poder formal. A existência nessa esfera da vida, permite (e somente em algumas vezes garantem efetivamente) o acesso a benefícios e direitos específicos garantidos em lei.

No âmbito do Governo do Estado do Paraná, o termo Sistema Faxinal foi definido de acordo com o decreto nº 3.446/97, que em seu artigo 1º e no parágrafo 1º define como sendo:

O sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo das terras para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto - manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas (PARANÁ, 1997).

O decreto reconhece e caracteriza a existência do modo de produção denominado “Sistema Faxinal”, buscando criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes, a manutenção do seu patrimônio cultural e preservação dos recursos ambientais.

Roberto relata que nas décadas de 80 e 90 os faxinais apareceram novamente no cenário político e acadêmico. Entretanto, antes do surgimento do movimento social, os

faxinais eram considerados enquanto um sistema, um modo de produção, que não privilegiava nem a tradicionalidade de ocupação da terra e nem a existência social dos povos que ali se encontravam. O principal exemplo é o decreto estadual 3477/97 que instaura os faxinais como área especial de uso regulamentado – ARESUR e utiliza a denominação de “sistema faxinal” como caracterização de uma forma de produção.

Através do mesmo decreto estadual nº 3.446/97 é criada a ARESUR (Área Especial De Uso Regulamentado), uma modalidade de unidade de conservação criada especificamente para o sistema faxinal. Por ser estadual, vale apenas para as áreas que se encontram dentro do Estado do Paraná, assim, não pode englobar dentro das áreas nenhum outro modo de produção ou forma de ações que diferenciem do jeito de ser dos faxinalenses. Criadouros enquadrados como tal tem garantido um registro no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) desde que caracterizado o uso coletivo da terra para produção animal, a produção agrícola de policultura alimentar e a conservação ambiental, característica dos povos faxinalenses.

O governo do estado do Paraná repassa mensalmente aos municípios que tem faxinais cadastrados como ARESUR o chamado ICMS Ecológico, que é um valor destinado ao município como compensação ou estímulo a serviços para a conservação socioambiental. Esse valor é calculado com base no tamanho das áreas em que há manejo sustentável. Este Benefício foi instituído pelo governo do paraná pela lei complementar 59/91, mas foi dinamizado recentemente com as novas relações que a APF procura estabelecer com as prefeituras municipais (JUNIOR, SOUZA, 2009).

É a própria comunidade faxinalense, devidamente autorreconhecida e através de seus acordos comunitários, quem regulamenta o uso dessas áreas. O reconhecimento dos faxinais acontece por meio de avaliações de caso em caso. Aqui cabe a diferenciação entre Faxinal e ARESUR: nem todos os faxinais são reconhecidos como ARESUR. A realidade é que atualmente grande parte dos faxinais ainda não foi reconhecida por este decreto, como é o caso dos faxinais do município de Mandirituba, de que tratamos no início do texto.

Uma década após o decreto estadual que criou a ARESUR, os faxinais retornam a pauta por meio da promulgação da Lei estadual 15.673, art. 2º, parágrafo único:

Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação

ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural (PARANÁ, 2007).

Almeida (2009, p. 5) escreve que mediante tal dispositivo, que assegura o controle coletivo de fontes d'água, portões, mata-burros, pastagens comuns e roçados, as condições de possibilidade de emergência dos faxinais foram consideravelmente ampliadas.

Junior e Souza (2009) afirmam que este dispositivo percorreu um percurso diferente do decreto, uma vez que sua proposição e encaminhamento tiveram origem na demanda da APF, isto é, do movimento social que organiza as reivindicações das comunidades faxinalenses. A mesma lei ainda trata da proteção que o estado do Paraná deve garantir aos denominados “acordos comunitários” de uso dos recursos naturais pelo grupo social (SOUZA, 2009). Afirmam ainda que a preocupação central do grupo com esta proposição foi a obtenção de reconhecimento jurídico formal, comprovada pela declaração de autorreconhecimento como faxinalenses atestada pelo órgão estadual que trata de assuntos fundiários, ITCG¹⁶, mediante solicitação dos faxinalenses. Existem também as portarias, do ITCG nº 23/2010, que trata da certidão de autorreconhecimento da identidade faxinalense e do IAP nº 34/2011 que trata da fiscalização em terras de faxinais.

De acordo com o livro institucional Terras e Cidadania (PARANÁ, 2008), o ITCG reconhece como legítimas essas reivindicações e, como no caso dos quilombolas, assume a responsabilidade de promover ações que valorizem essas comunidades, incumbindo-se de fazer sua parte na promoção das políticas públicas que lhes são devidas. A outorga de título, a que por direito fazem jus, é também pré-condição para a manutenção e conservação do sistema faxinal (PARANÁ, 2008, p. 22-23)

Ainda que vinculada à legitimação pelo poder público por meio da certidão de autorreconhecimento, a autodeterminação como faxinalense cabe ao próprio grupo social. A Comunidade de Faxinal do Salso, que desde julho de 2008 já havia feito o requerimento, foi a primeira a obter Certidão de Autorreconhecimento.

¹⁶ De acordo com o livro Terras e Cidadania, do ITCG (PARANÁ, 2008), o ZEE paraná, no processo de sua construção e implementação, assume o compromisso de “respeitar os princípios da agenda 21 de precaução, participação com envolvimento e de gestão compartilhada, executando ações integradas com os projetos de agenda 21 local, coordenados pelo fórum permanente da agenda 21 paraná, incentivando e fortalecendo o reordenamento do território na ótica do desenvolvimento sustentável” (p. 48). O objetivo geral do ZEE Paraná (PARANÁ, 2008, p. 49-50) é subsidiar os processos de planejamento, norteados pelos princípios do desenvolvimento sustentável, visando à implementação de políticas públicas integradas de planejamento regional e de reordenamento territorial, tendo a bacia hidrográfica como unidade básica de planejamento. Um dos seus objetivos específicos é identificar povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, faxinais e caiçaras), as áreas por eles ocupadas e as dinâmicas produtivas, culturais e ambientais, utilizando a metodologia de cartografia social.

Teoricamente, para ser faxinalense bastaria que o grupo se identificasse como faxinalense e que as demais pessoas da comunidade também reconheçam-no como faxinalense (conforme determina a convenção 169 da organização internacional do trabalho, válida no Brasil graças ao decreto 5.051/2004, artigos 215 e 216 da constituição federal, artigos 190 e 191 da constituição do estado do paraná e lei estadual n  15.673/2007).

Com efeito, a lei estadual 15.673 confirma em âmbito estadual proposições presentes em algumas normas nacionais e internacionais, ao reconhecer os povos faxinalenses, com seus acordos comunitários, como comunidades tradicionais. Mas, mais do que isso, para que a lei se faça valer empiricamente,   necessário vontade política do governo local, municipal e estadual, cuja burocracia muitas vezes é permeada por problemas de recursos humanos e econ micos bem como conflitos de interesses n  s  internos mas sobretudo na interface com a sociedade civil. Essa morosidade no processo do cumprimento da lei pode ser observada a partir do relato dos faxinalenses de Mandirituba, na sua “carta aberta de repúdio”.

2.4.1 Atores sociais dos órgãos ambientais: algumas aproximações às noções socioambientais

Claudia Sonda e Margit Hauer, que trabalham respectivamente no ITCG e no DSA/IAP –  rg os em constante diálogo com a rede de PCT no estado do Paraná, tem pontos de vista semelhantes no que se refere aos conflitos ambientais envolvendo as comunidades tradicionais, considerando estas últimas como importantes atores na conservação. Ambas partem de uma perspectiva socioambientalista, de que essas comunidades podem contribuir com o projeto de conservação da natureza.

Claudia Sonda (SONDA, 2010), ex-superintendente do INCRA e atualmente diretora do ITCG, fez uma apresentação no Seminário “Comunidades Tradicionais na sua dimensão socioambiental” em 2010, na presença de comunidades tradicionais, inclusive faxinalenses¹⁷ e

¹⁷ Entre algumas reivindicações os faxinalenses apontaram no relatório final ao término do seminário: necessidade de medidas, socioambientais operativas que contemplem a conservação da natureza em associação efetiva com direitos territoriais das comunidades tradicionais, efetivação urgente pelo IAP do procedimento operacional padrão (POP); instituição por parte do IAP de uma equipe exclusivamente responsável por acompanhar os faxinais no PR; formalização e elevação no IAP da condição de departamento para diretoria socioambiental; intermediação, por parte do IAP, na negociação do decreto estadual que regulamenta a Lei 15.673/2007; dificuldade e morosidade no procedimento de reconhecimento das ARESUR junto ao IAP; aceleração da execução dos convênios protocolados pelas comunidades faxinalenses no IAP e na SEMA; as ARESUR, quando n  há organização comunitária, pode gerar conflitos e n  assegurar preservação da cultura; trabalhar para mais acordos comunitários e organização, para que o município repasse os recursos do ICMS para ações em benefícios da comunidade; verificar a possibilidade de criação de leis municipais para destinação dos recursos do ICMS ecológico; necessidade de criação dos Conselhos das ARESUR; realização por parte do IAP e do ITCG dos laudos

autoridades governamentais. Segundo ela, atualmente a cobertura florestal do estado não é superior a 10%, e está dispersa e mal distribuída nas terras com relevo acidentado e nas terras marginais ocupadas pelos povos tradicionais. Ela diz ainda que a concentração de terra coincide com a concentração de florestas, como no caso de Guaraqueçaba que detém 81% da terra e 91% das florestas. Via de regra os povos tradicionais e/ou a agricultura camponesa estão sempre na ilegalidade porque restou-lhes as terras marginais – morros, solos pedregosos, áreas inundáveis, APP e/ou UC;

Em sua análise, (SONDA, 2010) no que se refere a conflitos socioambientais, a legislação homogênea incide sobre realidades heterogêneas ou plurais, tendo como consequência o acirramento das desigualdades sociais no campo. Para ela, ocorre que as normas vêm sendo interpretadas sem o devido conhecimento das realidades sociais, econômicas, culturais, ambientais locais, pois há uma dificuldade em interpretar o que a norma não prevê, mas que por outro lado a realidade evidencia.

Sonda acredita que é necessária a capacitação massiva dos servidores públicos especialmente os que atuam na questão socioambiental, bem como a atuação do poder público de forma integrada e com as organizações dos povos tradicionais, para romper o isolamento. Como a terra e a floresta estão concentradas, deve-se focar a atuação dos órgãos ambientais para onde está a floresta. Aponta ainda a necessidade de definir as terras ocupadas pelos povos tradicionais e pela agricultura camponesa como espaços de excepcionalidade da legislação ambiental, de modo a tratar diferente o que é diferente, e de interpretar a lei incluindo as dimensões cultural e social.

Nesse sentido, seu argumento de que é preciso “dar visibilidade às existências contra hegemônicas por meio de políticas públicas que as reconheçam e as fortaleçam” expressa sua posição institucional e se assemelha ao de Hauer, para quem “é necessário esclarecer sobre costumes e tradições que permeiam a vida das populações faxinalenses, evitando a interpretação convencional do Código Florestal, que em nenhum momento levou em conta as particularidades do modo diferenciado de vida das comunidades tradicionais”, como escreveu em seu artigo sobre a singularidade dos faxinais (HAUER, 2011).

A chefe do Departamento Socioambiental do IAP (2011) acredita que “enquanto não forem consolidados programas de apoio ao uso socioambientalmente sustentável de espécies nativas, a insegurança do agricultor familiar com relação a práticas de manejo florestal

ambientais, antropológicos, sociais, econômicos, fitoterápicos, fundiário visando a defesa coletiva das identidades dos faxinais; entre outros (DOCUMENTO FINAL..., 2010, p. 4-5).

permanecerá. Dificilmente haverá atendimento às necessidades dos agricultores” e que “poderão permanecer ameaçados de extinção os ecossistemas e seus componentes, devido às dificuldades de construção das parcerias necessárias para um projeto de conservação dos recursos ambientais”.

Em seu artigo apresentado no I Simpósio de Pesquisadores de Faxinais, ela escreveu que por toda a região da Floresta da Araucária do Paraná, até as décadas de 1960 e 70, predominava uma forma tradicional de utilização da terra baseada no Criador Comunitário e na agricultura de pequena escala, praticada externamente ao Criador. Nos dias de hoje, obrigam-se os desiguais a igualmente contribuir para uma conservação e recuperação ambiental, embora o próprio Estado tenha tolerado (e, por vezes, fomentado) ao longo de décadas o descumprimento da legislação por parte dos grandes detentores de florestas.

Em seu texto, observa ainda que, a despeito da desconsideração de necessidades e histórias singulares e da falta de projetos de desenvolvimento socioambientalmente sustentável, o aparato de fiscalização age exigindo o reordenamento dos agroecossistemas (HAUER, 2009). Sobretudo, analisa que “não há consideração acerca da contribuição de sistemas agrícolas desenvolvidos pelas comunidades tradicionais para a conservação e resgate de nossa sociobiodiversidade”.

Ela defende que haja apoio à viabilização da comercialização da criação crioula como opção fundamental de complementação de renda, bem como para viabilizar para a sociedade uma opção de alimentos mais saudáveis. Posto que a característica principal desse estilo de criação é a dispensa de produtos químicos nocivos à saúde humana e animal e contaminantes do meio ambiente. Por outro lado, ela indica que hoje se vive o contrassenso de se ter no mercado produtos altamente contaminados por hormônios e antibióticos, porém aprovados e liberados pelas instituições de controle sanitário, como produtos saudáveis.

Para ela, o fecho (isolamento acima dos limites acordados) descaracteriza o criadouro comunitário, limitando sua área e provocando, como consequência, maior pressão sobre os recursos remanescentes, especialmente sobre a regeneração da floresta. O descumprimento do acordo se configura como uma infração ambiental. Esse tipo de situação, segundo ela, corrobora a relação entre conservação do faxinal e conservação ambiental.

Hauer escreve que diante do embate entre favoráveis e contrários ao sistema faxinalense, a Força Verde, muitas vezes, tem procurado atender a ambos os lados, o que tem gerado uma exacerbação destes conflitos. Como resultado, até o presente momento, é baixa a

resposta que tem sido obtida pelas vias normais de notificação, autuação e embargo das atividades que ameaçam os territórios faxinalenses.

Em seu argumento, a interpretação trivial do Código Florestal pelos órgãos ambientais prevê o isolamento da APP e RL. Tal interpretação decorre do Código Florestal ter sido criado tendo por base as consequências da modernização da agricultura. Esse modelo de agricultura, que passou a se instalar no país, desde seu processo de colonização pelos imigrantes europeus pressupunha o desmatamento de 100% do imóvel e sua conversão em agricultura.

O Código Florestal (BRASIL, 1965) passou a estabelecer um mínimo de 20% de remanescentes florestais. A então “Reserva Florestal Legal” não tinha como objetivo principal a conservação ambiental, mas a manutenção dos estoques de madeira e de lenha para o consumo nas propriedades rurais. A partir da Medida Provisória 2166, de 2001, a conservação da biodiversidade ganhou destaque, de modo que a conservação mínima deve ocorrer sobre os remanescentes dos ecossistemas sejam florestais ou não, adotando-se a denominação de Reserva Legal.

Tem-se, portanto, um conflito entre o que se verifica como resultado de modelos de ocupação do solo, mais ou menos envolvidos com a proteção dos recursos ambientais (solos, água, biodiversidade) e normas instituídas.

Nesse contexto ocorrem as polêmicas e dicotomias entre os setores ambientalistas e agrícolas, incluindo os faxinalenses e camponeses tradicionais, ao mesmo tempo em que o Estado não tem logrado soluções viáveis. Os atores ambientalistas impõem o cumprimento da lei, logo, a proteção das áreas de preservação, mediante sua exclusão do processo produtivo. O entendimento desse setor da sociedade é a não prevaricação dos representantes dos órgãos ambientais, aliada à justificativa de que a origem do dilema não provém da atuação da ação ambientalista em si, tendo em vista que se trata de um problema de estrutura fundiária, e que não cabe ao órgão ambiental resolvê-la.

Não obstante, com relação à área mínima de conservação dos remanescentes, ela afirma que se percebe no faxinal um comportamento oposto ao da modernização da agricultura. Geralmente, as áreas dentro do faxinal, ou seja, as áreas que possuem florestas, são maiores que as áreas de lavoura. No caso de adoção do sistema tradicional de reserva legal e de proteção das áreas de preservação permanente (APP), adotado pelo órgão ambiental estadual haveria necessidade de cercar e isolar a Reserva Legal e as APP - sendo permitido

um corredor para dessedentação dos animais. Também predomina o padrão de isolamento da RL, impedindo o acesso a animais domésticos.

No texto de Hauer, de acordo com a lógica do faxinal, cercar as APP e as RL corresponderia a implantar fechos, reduzir território. Tal atitude confrontaria todo o trabalho de proteção dos faxinais que vem sendo desenvolvido. Deste modo surge o seguinte problema: já é garantido por lei que um cidadão que constrói fechos (isola suas áreas) pode ser autuado por alterar o aspecto paisagístico e cultural de um faxinal; frente a isso, seria contraditório que as mesmas autoridades ambientais obrigassem os faxinalenses a construir fechos, isolando APP e RL dentro de seu sistema.

Hauer defende que a questão das APP e das RL não pode ser analisada somente sob o prisma do Código Florestal, devendo ser consideradas as situações dos agricultores que, reconhecidamente, dependem da produção dos seus estabelecimentos, bem como devem ser considerados os direitos e costumes dos PCT. Por meio desse dispositivos, propõe-se institucionalmente um tratamento diferenciado a um público diferenciado, reconhecido como “comunidades tradicionais” pelo Decreto Federal 6040/2007, respeitando-se suas singularidades e, sobretudo, respeitando-se a Constituição Brasileira e Acordos Internacionais como a Convenção da Diversidade de Biológica, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Em 2009, o IAP, a APF e seus parceiros, compreendendo a necessidade de instrumentos específicos para a fiscalização ambiental dos faxinais, criaram o Procedimento Operacional Padrão (POP Faxinalense), para fins de identificação e padronização (segundo o POP) de diversas formas de danos praticados contra os criadouros comunitários

Ela problematiza a situação recorrente em meio à agricultura camponesa: de um lado, agricultores com poucos recursos e, de outro, o Poder Público (órgãos ambientais e de extensão rural) com pouca capacidade de promover alternativas de desenvolvimento sustentável, por falta de estrutura, principalmente, falta de recursos humanos. Ela aponta o problema de uma falsa dicotomia entre meio ambiente e desenvolvimento.

Na entrevista realizada com Margit Hauer em 22 de junho, sobre a atual situação de andamento do processo de ARESUR dos faxinais de Mandirituba, ele informou que “em Mandirituba, a ARESUR está em estado de espera, suspensa, mas há grande possibilidade e vontade política de instituí-la. Acrescentou que “vai haver o reconhecimento da UC, mas faltam estudos do IAP e consulta pública para virar ARESUR”. Ela relatou que a prefeitura de

Mandirituba não quer fortalecer o processo de ARESUR, pois prefere não se indispor contra os residentes mais capitalizados, receia perder o poder de barganha. O presidente dos trabalhadores rurais está lá há vinte anos no poder local. Quando perguntada sobre o benefício do ICMS Ecológico, ela disse que a prefeitura não tem interesse em arrecadar ICMS ecológico, ou seja, o impasse político envolve atores que de forma simplificada são a favor e contra a ARESUR. Quanto à indenização e ao repasse do município, ela deixou claro que a aplicação deve passar pela negociação das comunidades.

Sabendo da realização de oficina para produção de uma cartilha com diversas receitas caseiras para os animais do faxinal, Hauer disse que a ARESUR pode propiciar projetos para trabalhar melhor os fitoterápicos a partir do saber oral e empírico, sendo uma garantia da sua manutenção, pode dar apoio técnico e financeiro para que essas plantas não se acabem. Por meio da valorização do saber e sua divulgação e publicização ela acredita que a oficina pode ser vista como a consolidação da luta política. Comentou que hoje muitas pessoas reconhecem os fitoterápicos e reconheceu a importância de validar esse conhecimento, sistematizado e registrado na cartilha desde as memórias, perante outra comunidade, como por exemplo, a acadêmica.

Ela contou na entrevista que o IAP quer fazer o termo de referência para poder contratar serviços e realizar levantamento detalhado dos faxinais, mas segundo ela um levantamento “neutro”. Ela explicou que “não pode usar a cartografia social porque já tem viés, vai desagradar os contra e também é superficial (no que se refere ao propósito do documento). Ela contou um pouco sobre o Planejamento do IAP em realizar um diagnóstico e plano de desenvolvimento, por meio da avaliação das habilidades e vontades locais, cruzando com as possibilidades de mercado. Em síntese, sua posição mostrou-se claramente a favor da ARESUR no Paraná. Ela chegou a dizer ao final da entrevista que a inclusão da ARESUR no SNUC como UC típica do Paraná (no futuro) significa a legitimação do papel deles como conservacionistas.

Em resumo, alguns importantes passos no sentido da formalização do reconhecimento das modalidades de uso e de territorialidade faxinalenses já foram dados, intensificados sobretudo na esteira da legislação ambiental estadual por meio da interface entre atores sociais que representam órgãos ambientais e as lideranças do movimento faxinalense. Essa interface, que tem implicações para a efetivação de políticas públicas, traduz duas posições distintas, que não se pode perder em mente: o intuito de compatibilizar os princípios de conservação da

biodiversidade com o uso sustentável dos recursos naturais.

A despeito do esforço de adaptar a legislação ambiental em âmbito estadual à realidade do uso desses recursos pelos PCT, mesmo diante das resistências políticas e impedimentos burocráticos, esse intuito ainda segue um objetivo que prevalece sobre todos os outros, tendo em vista que os outros apenas a ele se subordinam, o qual seja o objetivo maior de garantir as áreas de preservação.

Deste modo, a luta faxinalense de fato conquistou grandes passos no sentido do reconhecimento à singularidade de seu sistema socioambiental, no entanto, no que depende de decisões locais, na instância municipal, diversas comunidades que ainda estão em processo recente de formação político organizativa experimentam o caminho lento de construção de diálogo com os agentes sociais que representam os governos locais.

3 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E POLÍTICAS AMBIENTAIS: REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE DE AGENTES DA CONSERVAÇÃO

3.1 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS A PARTIR DA ANTROPOLOGIA E DO DIREITO

Recentemente, as discussões antropológicas passaram a incorporar as populações tradicionais como um tipo cultural cuja categoria e autodefinição se devem não somente a sua mobilização social e política, mas também a circunstâncias históricas em que a razão instrumental do Estado amplia sua plataforma jurídica para dialogar com razões históricas (LITTLE, 2002).

Essa discussão teórica se torna relevante para a presente pesquisa na medida em que o argumento central aqui é que o surgimento de movimentos de resistência e busca pelo reconhecimento político situacional dos faxinalenses vem sendo conjugado com ou mesmo incentivado por circunstâncias políticas inscritas num contexto mais amplo de debates que conjugam a inclusão social com a questão ambiental, e que tem desdobramentos em âmbito local e global.

Acredita-se que a conjuntura de politização do meio ambiente pode favorecer abordagens de conflitos ambientais iluminadas pela perspectiva do ecologismo do sul ou ecologismo dos pobres (ALIER, 2007), uma vertente do ambientalismo menos mercadológica e profissional, e mais combativa e contestatória frente a desigualdade no acesso e na apropriação aos recursos naturais (ACSELRAD, 2010b). O direcionamento do discurso para a questão ambiental, ou ecologismo dos pobres, logra inserir PCT em diálogos profícuos com atores do Estado visando a consolidação de direitos.

Com vistas a esclarecer alguns pontos teóricos acerca desse debate, a seguir, serão apresentadas posições de autores contemporâneos da Antropologia, na sua interface com o Direito, para pensar esse argumento.

De início, apresenta-se a abordagem antropológica de Manuela Carneiro da Cunha e de seu marido, Mauro Almeida, do debate acerca de PCT. Eles afirmam (1991) que não há uma definição absoluta e definitiva para “populações tradicionais” nem mesmo nas ciências sociais, pois constitui um termo controverso devido à limitação teórica. Eles esboçam assim uma definição ampla ao afirmarem que tal categoria de populações tradicionais é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a um pacto que consiste em comprometerem-se com

práticas sustentáveis para adquirir em troca benefícios, dentre os quais se destacam os direitos territoriais.

Para ambos, essa discussão sobre o envolvimento das populações tradicionais nos planos de conservação ambiental traz a tona um pressuposto, o de que essas populações vivem nesses territórios, possuem direitos à terra e a seus recursos, e também têm interesse na conservação dos recursos naturais. Os recursos naturais são relevantes para garantir sua sobrevivência e legitimidade, além do fato de que o envolvimento das populações tradicionais nos planos de conservação ambiental amplia o empenho pra preservar essas áreas. Tanto política quanto economicamente é mais prudente reconhecer populações tradicionais como guardiões de ambientes, como no caso dos seringueiros que são populações tradicionais que marcaram definitivamente o cenário público envolvendo esse debate, ao invés de estender a burocracia para esse tipo de fiscalização da floresta.

Buscam os dois autores chegar a uma definição legal do que são populações tradicionais. Sugerem que, no Brasil, “populações tradicionais” é um termo mais abrangente que o de grupos indígenas, sendo a reivindicação por terra no caso dos indígenas fundamentada historicamente e, no caso das populações tradicionais essa reivindicação fundamentada por um pacto com a sociedade mais ampla, pacto baseado no passado de conservação, que asseguraria o futuro da conservação. Assim, inseridas na categoria de populações tradicionais estão sujeitos políticos que aceitam o compromisso pactual de manter práticas sustentáveis de desenvolvimento asseguradas por meios democráticos da vida social e política. Dessa forma, participam da categoria “populações tradicionais” grupos que têm organização local e lideranças legítimas, associam-se a tradições de uso sustentável de recursos naturais no passado, aderem ao uso de técnicas de baixo impacto ambiental no futuro num território especificado, pelo comprometimento, como no exemplo da criação de reservas extrativistas.

As necessidades induzidas, a proximidade inevitável com a economia de mercado, a demanda por valores de existência das paisagens culturais e da biodiversidade conduzem a mudanças culturais no sentido de maior exploração dos recursos naturais, não necessariamente predatória, devido a certas condições estruturais da cultura. Em contrapartida, há cobrança pela manutenção, por essas populações tradicionais, de ambientes naturais na sua biodiversidade, de forma que se cobra a autodeterminação e comprometimento, como dito anteriormente, dessas populações como parceiros para o

estabelecimento de áreas de preservação.

Segundo eles, a ideia de que as populações tradicionais devam necessariamente ser conservacionistas advém de uma essencialização das relações entre populações tradicionais e natureza colocando os primeiros como conservacionistas naturais. No entanto, pode haver populações não-conservacionistas que seguem regras culturais ou pactos para o uso sustentável de seus recursos naturais, limitando o desperdício. Essas práticas podem preservar e ampliar a biodiversidade.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida, reconhecer que as populações tradicionais têm a capacidade para fazer produtos que podem concorrer no mercado é a consequência natural de desessencializar a sua relação com o ambiente. Ainda que preservem as florestas tropicais e outras paisagens e outros habitats, o fato de entrarem no mercado não as subtrai das prerrogativas que as fazem tradicionais, mesmo admitindo que o contato com novos grupos humanos que empreendem outros usos dos recursos naturais pode vir a modificar os velhos costumes e valores tradicionalmente baseados na reciprocidade. (CARNEIRO DA CUNHA & ALMEIDA, 1999, p. 3). Esse quadro significa admitir que as populações tradicionais atravessam mudanças culturais.

Em uma entrevista cedida para o Instituto Sociedade, População e Natureza (2008), a antropóloga conta que os direitos que se reconhecem hoje a povos tradicionais em geral se fundamentam nos serviços ambientais que eles prestam. A visibilidade ou invisibilidade de populações depende muito do Estado e do mercado. Ela conta que até recentemente, o que estes viam era só a “produção” de bens, que se media no PIB e se computava nos censos: “Serviços e desserviços ambientais eram apenas apenas o que os economistas chamam de “externalidades”, efeitos colaterais, bons ou ruins, mas que não são computados e que não têm preço”.

Por outro lado, está se criando hoje em dia, ela acredita, um mercado do que eram as antigas externalidades, por exemplo o da emissão de carbono. Isso tem o efeito de as tornar visíveis. Poluir agora tem preço. Despoluir também. Assim, todos os povos tradicionais, na medida em que têm de firmar um pacto (implícito ou explícito) sobre a forma futura de uso de seu território, são sempre neo-tradicionais.

Se antes, a partir do movimento dos seringueiros, se construiu um conceito para adequar à realidade desejada, agora a realidade se adequou ao conceito: o que define hoje quem é tradicional além da autodeterminação é a disposição de usar os recursos naturais de

forma sustentável, como condição para poderem perpetuar um modo de vida. Ao se deslocar o eixo de análise do critério da produtividade para o do manejo sustentado dos recursos naturais, evidenciou a positividade relativa dos modelos de exploração dos recursos naturais tradicionais. A questão dos direitos das populações tradicionais no Brasil ancora-se historicamente na visão ambientalista, mas evoluiu para abranger também duas outras dimensões cruciais: a dimensão cultural e a dimensão da inclusão social.

Por esse viés argumentativo sobre um aspecto mais aberto e flexível da definição de comunidades tradicionais, estes antropólogos sugerem diversas maneiras e razões para se remunerar as populações tradicionais pelos serviços que prestam, encorajando através de mercados comportamentos coletivamente racionais, recompensando produtos das economias das populações plural e igualitariamente, tal qual a biodiversidade.

Em relação aos incentivos às populações tradicionais, há uma posição interessante dos autores (CUNHA, ALMEIDA, 2001, p. 8), de que, se o mercado não conseguir consolidar instituições e valores democráticos que permitam a ação coletiva de fato, que sejam efetivados então pela intervenção do Estado, através serviços de conservação, investimento no desenvolvimento de produtos para novos mercados, pagamento de renda ambiental mínima como estímulo para grupos que mantêm compromisso com o ambiente natural e que, por consequência, participam da produção da biodiversidade. Deste modo, vê-se que os autores se preocupam com as condições da inevitável formalização de direitos das populações tradicionais, passando antes por uma definição do que seriam tais sociedades e o reconhecimento legal dessa definição.

As reflexões de Paul Little (2002) inseridas na antropologia da territorialidade também são relevantes para a presente pesquisa. Para ele, a imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária. Até recentemente, a diversidade fundiária do Brasil foi pouco conhecida no país e, mais ainda, pouco reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro. Ao incluir os diversos grupos não-camponeses na problemática fundiária, a questão fundiária no Brasil vai além do tema de redistribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial.

Essa mudança de enfoque não surge de um mero interesse acadêmico, mas radica também em mudanças no cenário político do país ocorridas nos últimos vinte anos. Nesse

tempo, esse novo modelo de reforma agrária ganhou muita força e se consolidou no Brasil, a exemplo do processo de reconhecimento de faxinais como ARESUR, regime fundiário atrelado a objetivos de conservação específico do estado do Paraná. O interesse de Paul Little é mostrar como este novo olhar analítico pode detectar semelhanças importantes entre esses diversos grupos e vincular essas semelhanças a suas reivindicações e lutas fundiárias e descobrir possíveis eixos de articulação social e política no contexto jurídico maior do Estado-nação brasileiro.

A renovação da teoria de territorialidade¹⁸ na antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado.

O antropólogo explica que os “processos de territorialização” surgem em “contextos intersocietários” de conflito, de modo que a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais. Resumindo, Little sugere que o território de um grupo social determinado, incluindo as condutas territoriais que o sustentam, pode mudar ao longo do tempo dependendo das forças históricas que exercem pressão sobre ele.

Little considera que há múltiplos “territórios sociais” no seio do território do Estado brasileiro que estão em constante confronto com o desenvolvimentismo, o preservacionismo, o socioambientalismo e o Estado tecnocrático, na contemporaneidade. Seu artigo trata da polêmica em torno do conceito de PCT, à luz desses pontos. Frente a novas pressões fundiárias, os povos tradicionais se sentiram obrigados a elaborar novas estratégias territoriais para defender suas áreas. Isto, por sua vez, deu lugar ao atual momento de territorializações

¹⁸ Nesse texto Little define territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, Little lança mão do conceito de cosmografia, definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

em curso. O alvo central desse momento consiste em forçar o Estado brasileiro a admitir a existência de distintas formas de expressão territorial – incluindo distintos regimes de propriedade – dentro do marco legal único do Estado, atendendo às necessidades desses grupos.

As novas condutas territoriais por parte dos PCT criaram um espaço político próprio, na qual a luta por novas categorias territoriais virou um dos campos privilegiados de disputa. Uns dos principais resultados desse momento tem sido a criação ou consolidação de categorias fundiárias do Estado. Devido à grande diversidade de formas territoriais desses povos, houve a necessidade de ajustar as categorias às realidades empíricas e históricas do campo, em vez enquadrá-las nas normas existentes da lei brasileira.

O autor observa que o conceito jurídico de reconhecimento fundiário estabelecido pelo Estado tende a se confundir com os conceitos político e etnográfico, os três formando parte de um mesmo processo de constituição e resistência dessas comunidades. Se as categorias territoriais utilizadas pelo Estado tiveram e têm finalidades de controle social dessas populações, a luta em torno das categorias jurídicas territoriais tornou-se uma luta de mão dupla, já que as categorias utilizadas para a dominação política também podem servir para a reafirmação social e territorial, processo em que passam a agir como fonte de novas identidades socioculturais. É, portanto, sempre difícil traçar a linha entre a força interna da territorialidade que é latente em cada grupo e as exigências externas que “obrigam” que essa conduta territorial seja implementada.

Assim, a historicidade desses territórios é complementada pela historicidade dos conceitos que são utilizados para entendê-los e enquadrá-los. O processo de criação de conceitos territoriais é, por um lado, uma atividade acadêmica centrada na descrição das territorialidades existentes e, por outro, uma atividade política utilizada para o reconhecimento legal do que existe socialmente. Dessa forma, surge uma espécie de convergência entre essas criações sociais, feitas simultaneamente de imaginação sociológica, criações jurídicas, vontade política e desejos.

Little relata que o crescimento e a consolidação do movimento ambientalista foram outros fatores que modificaram a dinâmica territorial no Brasil nos últimos trinta anos, tendo seu impacto maior na região amazônica. Os povos tradicionais não estavam alheios a este processo e a ele rapidamente se incorporaram, o que transformou de forma fundamental suas lutas territoriais. Nesse sentido, ele acrescenta que constam ações como o estabelecimento de

associações locais, a emergência de movimentos sociais regionais e nacionais que promoveram seus interesses, sua articulação política com ONGs que possuíam interesses ou estratégias afins e a subsequente colaboração conjunta em campanhas e outras atividades políticas.

Paralelamente, a consagração do conceito de desenvolvimento sustentável como elemento de um suposto novo paradigma de desenvolvimento criou possibilidades para novas alianças. Na busca por uma alternativa viável de desenvolvimento sustentável, os povos tradicionais foram considerados pelos ambientalistas como parceiros com muitas afinidades, devido a suas práticas históricas de adaptação. Segundo ele, a dimensão ambientalista dos territórios sociais se expressa na sustentabilidade ecológica da ocupação por parte desses povos durante longos períodos de tempo, baseada nas formas de exploração pouco depredadoras de seus respectivos ecossistemas.

Little considera essa sustentabilidade como um elemento chave no estabelecimento de novas parcerias entre alguns desses grupos sociais e setores do movimento ambientalista, por conduzir à implementação de formas de cogestão de território, em que o governo, principalmente seus órgãos ambientais, e um grupo social determinado entram em parceria na proteção e uso de uma área geográfica específica.

Cabe ressaltar uma diferenciação fundamental para os propósitos dessa pesquisa, que este antropólogo deixa clara. O reconhecimento dos territórios sociais torna-se uma preocupação comum a ambientalistas e grupos sociais, porém por motivos diferentes: no primeiro caso, como mecanismo para garantir a conservação da biodiversidade; no segundo, por sua importância para a sobrevivência dos grupos enquanto tais.

Mesmo reconhecendo a importância do movimento ambientalista e as mudanças que provocou no quadro fundiário do Brasil, Little interpreta que a razão instrumental do Estado, com sua noção de soberania exclusiva, ainda é muito expressiva nos primeiros momentos do século XXI, no Brasil, e ilustra que esta força pode ser vista nas novas tentativas do Estado de exercer controle efetivo sobre o território nacional¹⁹.

¹⁹ Little (2002, p. 19) exemplifica a forte presença dessa razão instrumental nas iniciativas de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que foi criado sob a supervisão da Secretaria de Assuntos Estratégicos para depois passar pelo Ministério do Meio Ambiente. Neste caso, existe a meta de zonear todo o território nacional em função de seus usos mais “apropriados” em termos técnicos. Houve muitos problemas na implementação do ZEE devido à falta de consideração de assuntos sociais e políticos. O fato básico que permeia esses problemas, segundo ele, é que os diversos grupos sociais têm interesses, finalidades, histórias e também territorialidades diferentes e, muitas vezes, divergentes, que não podem ser equacionados apelando à técnica. A vigilância e o ordenamento territorial são tratados pelo Estado como questão militar, de segurança, e não como uma questão de sobrevivência dos povos que ocupam esses biomas. Tratam-se de políticas de

Por outro lado, quando a questão territorial do país é vista da ótica dos povos tradicionais, o ordenamento territorial vira uma prática cotidiana desses grupos, dado que eles sempre estavam “vigando” e “ordenando” seus territórios desde o “chão”, com base nos seus interesses. Nesse marco, inovações nas formas de gestão do território têm mais possibilidades de reconciliar visões de cima com visões de baixo do que formas centralizadoras e homogeneizadoras de ordenamento territorial.

No que se refere às demandas dos PCT, a questão territorial não se deixa levar pela lógica estatista do mundo moderno, mas reclama por outra lógica, que respeite a diferença e o exercício pleno dos seus direitos. Para esses grupos, que mantiveram seus territórios sociais durante longo tempo sem o apoio do governo (ou apesar dele), essa resistência se deve ao fato de que a problemática do ordenamento territorial é uma questão de defesa de seus territórios históricos. Em um plano ainda mais amplo, o que está em jogo é a capacidade do Estado brasileiro lidar com novas exigências de pluralismo levantadas por membros da sociedade nacional, não só na esfera territorial, mas nos âmbitos legal, étnico e social também.

Na luta para conquistar seus direitos territoriais frente ao Estado, os distintos grupos sociais localizados em regiões dispersas no país formam redes que lhes articulam politicamente, para assegurar seus direitos territoriais dentro do campo das políticas públicas territoriais, o que transforma sua luta local numa luta de caráter nacional. Esse panorama de articulação dos movimentos em rede levou o autor a acreditar que a força da razão histórica está criando espaços dentro da mesma razão instrumental do Estado, permitindo o reconhecimento, mesmo que parcial, de outros territórios que anteriormente ficaram fora de sua lógica.

No Brasil contemporâneo, a questão dos direitos dos povos tradicionais passa pelo reconhecimento das respectivas leis consuetudinárias que esses povos mantêm, particularmente no que se refere a seus regimes de propriedade. Essa situação conduz ao reconhecimento da noção de “pluralismo legal”, conceito que vem sendo trabalhado tanto dentro da antropologia quanto no âmbito do direito.

Sobre a sociogênese do conceito de povos tradicionais, em sínteses, Little nos diz que este implica em subsequentes usos políticos e sociais. No contexto das fronteiras em expansão, o conceito surgiu para englobar um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente à usurpação por parte do Estado-nação e outros grupos sociais

ordenamento territorial de caráter centralizador e autoritário fundamentadas na razão instrumental do Estado e na exclusividade do Estado em tomar decisões sobre essas políticas.

vinculados a este.

Em um primeiro contexto ambientalista, o conceito surgiu a partir da necessidade dos preservacionistas em lidar com todos os grupos sociais residentes ou usuários das unidades de conservação de proteção integral, entendidos aqui como obstáculos para a implementação plena das metas dessas unidades. Em outro contexto ambientalista, distinto do primeiro, o conceito dos povos tradicionais serviu como forma de aproximação entre socioambientalistas e os distintos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, assim gerando formas de cogestão de território²⁰.

Finalmente, o conceito surgiu no contexto dos debates sobre autonomia territorial, exemplificado pela Convenção 169 da OIT, onde cumpriu uma função central nos debates nacionais em torno do respeito aos direitos dos povos. O termo tem sido incorporado recentemente em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como a Constituição de 1988 e a Lei do SNUC (BRASIL, 2000), os quais refletem essa ressemantização do termo e demonstram sua atual dimensão política.

Little resume que o conceito de povos tradicionais procura encontrar semelhanças importantes dentro da diversidade fundiária do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil, passando a ter assim tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, de tal modo que as duas dimensões são quase inseparáveis.

Do ponto de vista do reconhecimento jurídico formal dos PCT pelo Estado, se faz necessário incluir essa discussão em interface com o direito. Para o advogado e pesquisador do PNCS Shiraishi, no livro “Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil” (2007), o termo “tradicional” adquiriu atualmente o sentido de reivindicação de grupos sociais e povos face ao poder do Estado e enquanto direito manifesto através de uma diversidade de formas de autodefinição coletiva.

²⁰ O caso notável que abriu precedentes foi a organização dos seringueiros amazônicos, como nos conta Little: “No primeiro momento da emergência política de povos da floresta, o movimento que tomou a liderança política dos grupos extrativistas dispersos foi o dos seringueiros da Amazônia brasileira. Devido a uma série de alianças políticas, particularmente com grupos ambientalistas internacionais, e a liderança singular de Chico Mendes, os seringueiros construíram um novo espaço político e, no processo, tornaram-se novos atores sociais no cenário nacional. A partir da realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, em Brasília, suas reivindicações territoriais resultaram na formulação de políticas públicas territoriais e no apoio de diversos setores da sociedade civil internacional, culminando em duas conquistas importantes: o estabelecimento dos Projetos de Assentamento Extrativista dentro da política de reforma agrária (INCRA), em 1987, e a criação da modalidade das Reservas Extrativistas dentro da política ambiental do país (IBAMA), em 1989 (IEA 1993). Estas duas modalidades territoriais forneceram um reconhecimento formal por parte do Estado da territorialidade dos extrativistas, constituindo uma demonstração da transformação de uma realidade consuetudinária, mediante uma luta política, em realidade legal” (LITTLE, 2002, p. 18).

Assiste-se, em decorrência, a uma redefinição dos significados de categorias antes referidas às “comunidades locais”, tais como “primitivo” e “natureza”. O termo “primitivo” e suas inúmeras derivações, que designavam principalmente sujeitos “biologizados”, tem sido deslocados pelo advento de sujeitos coletivos, organizados em movimentos sociais. O termo “natureza” tornou-se parte tanto do discurso, quanto dos atos desses sujeitos sociais, designados concretamente como quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, geraizeiros e piaçabeiros dentre outros.

Desta maneira, a noção de “natureza” passou a ser recolocada por meio de um intenso processo de mobilização, compreendendo diversas práticas de preservação dos recursos naturais apoiadas em uma consciência ambiental aguda, e pela oposição manifesta dos movimentos sociais a interesses de empreendimentos econômicos predatórios. Tais práticas expressam antagonismos característicos da noção de “ambientalização” dos conflitos sociais.

Shiraishi escreve ainda que os novos significados de “natureza” têm se tornado expressões indissociáveis do discurso e das práticas dos movimentos sociais principalmente em sua relação com os aparatos de Estado. Expressões como “desenvolvimento local sustentável” e “participação comunitária” são recorrentes e passam a funcionar como formas adjetivadas seja no discurso das entidades multilaterais, seja naquele dos aparatos governamentais.

Em contrapartida a expressão “conflitos socioambientais” ganha corpo nas agendas oficiais, que paulatinamente vão incorporando uma nova linguagem característica das formas renovadas de reivindicação dos movimentos sociais (SHIRAISHI, 2007, p. 11-12). Shiraishi (2007, p. 27-28) acrescenta que vários países da América Latina têm alterado seus dispositivos jurídicos constitucionais e infraconstitucionais no sentido de reconhecer o caráter “pluricultural” e “multiétnico” de suas sociedades. Inclusive o Brasil, como evidência da sintonia entre os sistemas jurídicos internacional e pátrio, tem orientado sua política, em acordo com os diversos dispositivos jurídicos internacionais que objetivam reconhecer e promover as diferenças culturais existentes nos países. O processo de reconhecimento do caráter plural e multiétnico das sociedades têm favorecido a constituição de um campo jurídico do “direito étnico” e, portanto, de uma forma própria de refletir o direito.

Shiraishi argumenta que é preciso que o aplicador do direito compreenda o ambiente no qual se faz uso da norma e a atenção que o grupo ou as pessoas lhe conferem. A inversão

da ordem de se pensar o direito a partir da situação vivenciada pelos povos e comunidades tradicionais leva a uma ruptura com os esquemas jurídicos pré-concebidos. Tal movimento que se verifica no interior do direito, decorre de profundas transformações na órbita nacional e internacional. Decorre também, do fato de o direito não ter conseguido responder de forma plena e satisfatória às demandas e reivindicações oriundas dos grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva organizados em movimentos sociais. Em outras palavras, o “desrespeito” às diferenças existentes entre os distintos sujeitos e grupos sociais, materializado numa política de universalização vem provocando um aprofundamento dos problemas (SHIRAISHI, 2007).

3.2 ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E OS PCT

Nesta seção, será contextualizada historicamente, de forma sucinta, a internalização da questão ambiental pelo Estado brasileiro, evidenciando a importância da interferência do ambientalismo na sua institucionalização. Buscou-se mostrar também como a regulação do Estado sobre o meio ambiente, na forma de sua política específica principal, a criação unidades de conservação da natureza, foi afetada pelo debate sobre a ocupação humana em áreas de preservação, o que desencadeou uma preocupação progressiva em incorporar formalmente as PCT como agentes da conservação, resultado do fortalecimento e da influência da corrente socioambientalista sobre a problemática ambiental.

A socióloga Cristina Teixeira (2004), na sua análise das políticas ambientais no Brasil, avalia que a institucionalização da conservação ambiental no Brasil acompanha, de maneira complexa, diversas mudanças, tanto no meio ambiente a ser conservado, quanto nas organizações sociais locais ou globais, nas instituições voltadas ao meio ambiente, na conjuntura política do país, nas políticas ambientais nacionais e internacionais, nas diretrizes internacionais sobre meio ambiente, quanto nos movimentos ambientais.

Alonso e Costa (2002) escrevem que no momento histórico em que a questão ambiental emerge no Brasil três agentes se constituíram. De um lado, esse momento favorece principalmente a forma de mobilização "movimento social". Eles explicam que a ditadura promoveu essa forma de mobilização ao limitar os recursos institucionais tradicionais, inclusive os partidos. Com a redemocratização, ocorrem mudanças. A ênfase da "Agenda 21",

documento resultante da Rio-92, em arenas locais e transnacionais e em espaços públicos não-estatais, como fóruns para discussão da questão ambiental, leva à escolha de ONGs como estruturas de mobilização ideais (ALONSO, COSTA, 2002; FERREIRA, 1999), já que capazes de transitar nos dois níveis.

Deste modo, o movimento social ambientalista é o primeiro protagonista do conflito ambiental, surgindo como parte de uma série de movimentos sociais populares, reivindicando uma cesta de demandas - reformas sociais e expansão da participação política, sobretudo. Teve na esfera política da sociedade civil um lugar importante de atuação.

De outro lado, o acesso ao conhecimento técnico, indispensável ao debate sobre temas ambientais, dá relevância a dois outros agentes. A estrutura burocrático legal dos anos 90 produz uma judicialização da questão, que transforma os membros do ministério público em participantes automáticos. Por sua parte, a cientificidade envolvida na definição dos "riscos ambientais" abre espaço para peritos, cientistas tanto naturais, como os biólogos, quanto sociais, como os antropólogos (ACSELRAD, 2004, 2010a, 2010b; ALONSO, COSTA, 2002).

A estrutura de oportunidades políticas que permite a constituição da pauta ambientalista no Brasil se organiza, então, a partir do próprio processo político de redemocratização. Esse processo gerou importantes mudanças no cenário político brasileiro que criaram um espaço público permeável a demandas ambientalistas, tendo em vista que a nova ordem constitucional produziu o arcabouço jurídico institucional que regulamenta a questão ambiental no país.

Outra dimensão importante para a configuração de uma agenda ambiental brasileira é constituída pelas mudanças no cenário internacional, com a crescente generalização de um discurso em favor da preservação ambiental. Lima (2010) afirma que algumas iniciativas internacionais de expansão do debate ambiental impulsionaram decisivamente o surgimento de um sistema governamental ambiental com a consequente criação de secretarias, ministérios, institutos, conselhos e leis ambientais que constituíram o germe de uma gestão e políticas ambientais no país.

A série de conferências da ONU acerca de questões sociais e, particularmente, a Rio-92 ilustram como o contexto político internacional vem condicionando a problemática no Brasil (ALONSO, COSTA, 2002). Ele enfatiza que foi significativa a influência das Conferências Internacionais de Meio Ambiente, organizadas pela ONU, com participação dos governos dos países centrais e periféricos, da comunidade científica, de organizações não-

governamentais e de certos setores empresariais sobre o processo de institucionalização da questão ambiental no Brasil (LIMA, 2010; ALONSO, COSTA, 2002).

De acordo com Acselrad (2004, 2010a), a reordenação contemporânea dos mecanismos de regulação dos recursos naturais, em âmbito mundial, coloca em evidência a rede intrincada de processos socioecológicos e políticos que tem o “meio ambiente” no centro dos conflitos sociais. Ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de “conflitos ambientais”(ACSELRAD, 2004, 2010a, 2010b).

Em sua leitura crítica sobre os conflitos ambientais, ele escreve que a ecologia científica, o Estado e os demais agentes sociais são integrantes de uma luta classificatória pela representação legítima do “meio ambiente” e pela distribuição de poder sobre os recursos territorializados, que caracteriza os conflitos ambientais atuais. Acselrad enfatiza a maneira pela qual o Estado se insere na luta pela apropriação simbólica da “natureza”: por meio da cientificação das políticas ambientais e da despolitização das lutas sociais envolvendo o meio ambiente.

Nesse contexto de disputas materiais e simbólicas em torno do tema ambiental, um dos grandes desafios da sua institucionalização parece ser então o de estimular políticas sociais sustentáveis e também o de expandir a possibilidade de participação social efetiva no processo decisório acerca das modalidades de uso e manejo de bens naturais para o setores sociais menos politizados (JACOBI, 2005).

Em seu texto sobre governança interativa, Frey (2004) defende que a preocupação com a questão da participação social não está mais restrita à literatura que tradicionalmente estuda os movimentos sociais e os emergentes processos e dinâmicas societais, nem aos estudos que investigam os efeitos democratizantes das novas formas de participação. Cada vez mais, a participação é objeto de análise da literatura sobre gestão e administração pública, e sua relevância para o desempenho administrativo entra como variável central na avaliação das experiências participativas, tendo em vista que os próprios governos assumem um papel propulsor na ampliação da participação pública.

Segundo ele, os governos, carecendo de legitimidade democrática, têm buscado se abrir para a sociedade civil, criando novas formas de articulação sociopolítica, como o orçamento participativo, conselhos gestores ou participação comunitária, visando a conciliar o

objetivo da legitimidade democrática com o aumento da eficiência.

Em sua análise teórica, é evidenciada a transformação conceitual por que passa o termo governança, assumindo então novas tendências de uma gestão compartilhada e interinstitucional que envolve o setor público, o setor produtivo e o terceiro setor. Conforme a concepção da “governança interativa”, os gestores públicos deveriam não apenas se preocupar com a solução de problemas específicos, mas também com o desafio de “governar interações”.

O fomento da participação torna-se assim uma tarefa fundamental do governo. Nesse sentido, pensar governança implica a necessidade de criar condições favoráveis para que as interações entre os diversos atores sociais, imprescindíveis para lidar com a diversidade e a complexidade das sociedades contemporâneas, possam acontecer, e pontes de entendimento possam ser construídas. Isto significa que os governos precisam se preocupar, simultaneamente, com as instituições e estruturas de participação, e com os princípios normativos que norteiam a dimensão intencional da governança (FREY, 2004).

Por sua vez, há também a noção de governança adotada por Jacobi (2005), centrada sobre a noção de poder social que media as relações entre Estado e sociedade civil, como espaço de construção de alianças e cooperação, mas também permeado por conflitos que decorrem do impacto das assimetrias sociais e seus efeitos no meio ambiente, e das formas de resistência, organização e participação dos diversos atores envolvidos. Para este autor, esta noção transcende, portanto, uma abordagem mais técnico-institucional, e se insere no plano das relações de poder e do fortalecimento de práticas de controle social e constituição de públicos participativos.

Guivant (2002) também considera as relações de poder como um fator determinante nas estratégias de participação de grupos de interesses na gestão ambiental. As estratégias participativas devem, segundo ela, ser balizadas pelas diferenças sociais e econômicas entre os atores. Caso contrário, tais estratégias resultarão em propostas burocráticas e populistas, pois pressupõem que as condições de participação têm bases universais e igualitárias quando na verdade não levam em conta as diferenças no ponto de partida dos distintos sujeitos sociais, ou seja, não dá conta da diversidade sociopolítica dos atores sociais.

Essa abordagem crítica implica também procurar entender como e a quem um processo participativo e deliberativo beneficia, na gestão ambiental. De acordo com uma proposta “não-populista” de participação, diversas culturas políticas e as relações de poder são

reconhecidas como inevitáveis, objeto de explicitação para assim propiciar condições de negociação, comunicação e reconhecimento dos pontos de vista destas comunidades locais e, com isso, possibilitar seu empoderamento (GUIVANT, 2002).

Ora, a participação da sociedade na tomada de decisão sobre o uso e a apropriação dos bens naturais vem progressivamente sendo indicada como panacéia para processos de degradação e para conflitos ambientais (LEFF, 2010). Entretanto, ao passo que esse paradigma participacionista de gestão da natureza é adotado institucionalmente como principal caminho da gestão pública para a enfrentar a crise socioambiental, surge também, e na mesma intensidade, a carência de seu aprendizado enquanto prática social.

Diante dessa discussão, torna-se clara a necessidade de se analisar os limites e os desafios da proposta de abertura da gestão pública dos problemas ambientais para a participação social, diante do peso que as assimetrias de poder e informação entre os atores sociais envolvidos ganha no processo, principalmente se pensarmos o recorte analisado aqui, dos PCT e o tema da conservação da natureza.

Lobão (2006) relata em sua tese que a caracterização das políticas públicas responsáveis pela criação de UC como uma das principais estratégias para conservação da natureza ganhou impulso sobretudo com a consolidação do Estado Democrático de Direito a partir de 1988, posteriormente com a realização da ECO-92 e, depois de dez anos de debate entre ecologia radical (ou preservacionismo) e ambientalismo moderado (de acordo com a tipologia de JATOBÁ et al., 2009), com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000, período de crescimento da influência do socioambientalismo.

Resumidamente, o SNUC, que normatiza as UC, prevê a obrigatoriedade de consultas públicas garantindo a participação popular na instituição de novas UC e a criação de categorias de áreas protegidas de uso sustentável. Como consequência dessa dinâmicas entre diferentes atores sociais, ao ordenamento das áreas protegidas, somou-se a regulamentação da proteção da diversidade cultural e dos seus territórios e o aumento do prestígio dos chamados PCT (LOBÃO, 2006).

Contudo, Lobão faz uma leitura bastante crítica sobre a maneira pela qual as políticas públicas ambientais “incluem” os PCT. O autor acredita que é na dimensão do reconhecimento que o reflexo de nossa cultura hierárquica faz-se sentir com todo seu peso. Ele avalia que, mesmo reconhecidos em sua singularidade e em seu direito à reprodução social de um modo de vida particular, a proteção e o direito iniciais, transformam-se em

tutela, pois: “Seu reconhecimento dá-se em uma posição subalterna, marcada pela diferença que estigmatiza e desigual, pois não são donos de seu destino” (LOBÃO, 2006, p. 156).

Pra este autor, o meio ambiente ou o desenvolvimento sustentável são noções que aglutinam em torno de si valores que, incorporados pelo poder público, vão sendo universalizados como políticas nacionais, como um objetivo ou bem comum a ser alcançado, pelo menos num plano moral materializado em lei. Leis que na prática submetem apenas aqueles que não dominam o universo cognitivo e moral em que todo o arcabouço legal está inscrito, impossibilitando a contestação, a participação na sua construção ou mesmo a sua negociação (LOBÃO, 2006).

Se por um lado, em alguma medida os PCT se beneficiam dessas apropriações do universo discursivo acerca do meio ambiente, por outro lado, alinhar-se com os objetivos de conservação ambiental parece tornar-se então o caminho pelo qual adquirem o reconhecimento, ou, mais do que isso, a permissão para manifestar sua territorialidade, sob os olhos vigilantes da política ambiental das UC.

Ele observa que para iniciar a discussão acerca dos direitos desses grupos, eles devem primeiramente buscar serem oficializados pelo Estado e por suas instituições (na figura de seus agentes), e conceder, a estes mediadores representantes do Estado, a legitimidade e o poder de purificação da nova identidade coletiva do grupo. O resultado desta articulação será uma tradução de sentidos que criará o híbrido, não como portador de direitos, apenas habilitado à proteção legal (LOBÃO, 2006, p. 155).

Em última análise, a progressiva burocratização dos diversos âmbitos de interação social, inclusive a regulação da relação entre sociedade e natureza, é uma característica do capitalismo tardio. Os atores sociais se veem frente ao Estado numa relação de dependência, precisando de sua mediação para consolidar anseios por justiça social e de sua validação para a preservação de sua existência como cidadão. Com os PCT não é diferente.

Como esclarece Lobão (2006, p. 155), o processo de auto identificação, necessário para a aplicação da lei, manteve-se enredado nas malhas de poder do Estado. Ainda hoje, o CNPT, as Secretarias de Meio Ambiente, as Universidades, as ONG, (e eu adicionaria ainda as agências do estado responsáveis pela regularização fundiária vinculados aos órgãos ambientais) articulam-se, ou disputam o reconhecimento e a definição de quais grupos são elegíveis, para efeito da aplicação dos dispositivos legais. Estas instâncias tornam-se responsáveis por um processo de purificação e tradução, produtor de um híbrido, um misto de

natureza e cultura (LATOURE, 1994 apud LOBÃO, 2006, p. 155), os PCT.

Como um híbrido, cada PCT deve corresponder a um grupo social concreto, o que corresponde a sua vinculação ao polo natureza. No polo da cultura, ela será reconhecida coletivamente a partir de características que não fazem parte das representações que o grupo tinha de si mesmo. O enquadramento se dá em conformidade com a interpretação do conteúdo das leis, regulamentos e pareceres “científicos”.

Há, portanto, imbricado nesta dialética, um choque de lógicas que têm posições temporais distintas, uma voltada para o passado, os antecedentes, e a outra para o futuro, os consequentes. O espaço onde este choque ocorre é o da UC, no qual o grupo tradicional utiliza as dimensões cognitivas de seu saber local, em concomitância com agentes públicos e estatais. Estes estão voltados para obter melhores resultados no futuro, em termos das consequências da implantação das políticas e ações, informados por uma visão cientificista (LOBÃO, 2006, p. 155).

Com esse olhar crítico e pessimista de Lobão, sobre a maneira como a conservação do meio ambiente se torna um valor acima de todos os outros no processo de regulação da relação entre PCT e áreas de preservação, ele chama a pensar, mesmo que a partir do caso localizado de que parte sua pesquisa, sobre a possibilidade de engessamento a que essas populações se submetem, ao preço do reconhecimento de direitos territoriais que se baseiam em um pacto de conservação.

Nesta mesma direção, Teixeira (2004) levanta a discussão sobre o sujeito da sustentabilidade. Ela afirma que, geralmente, a humanidade e o meio ambiente são definidos de forma universal como os beneficiários do desenvolvimento sustentável. Porém, a humanidade não pode ser considerada como um único “bloco”, uma vez que só existe na forma de organização social, fruto de interações muitas vezes conflituosas e da construção de identidades específicas.

Os grupos sociais sob o nome de PCT possuem características particulares de organização social e interação com os sistemas naturais que os rodeiam e argumentam que suas demandas por direito ao acesso e uso recursos naturais territorializados se justificam pela premissa básica de que eles dependem diretamente da manutenção da biodiversidade, como fonte primeira de sobrevivência.

Os PCT, assim reconhecidos depois das conquistas políticas que resultam de sua mobilização organizada, vêm conseguindo propor novos dispositivos jurídicos com efeitos

para a elaboração de políticas públicas específicas. Como vimos anteriormente, a abrangência da categoria de PCT vêm sendo foco de disputas e tem conhecido deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo usada para designar, a partir do critério de autodefinição, a existência coletiva sujeitos sociais que nos últimos anos vêm se constituindo e se organizando em movimentos sociais (ALMEIDA, 2006, p. 28). No entanto, o direito dos PCT não é dado e precisa ser reconhecido.

Nessa leitura, a reprodução física e social desses povos está vinculada, ou melhor, condicionada pela submissão a conteúdos normativos prescritos decorrentes da judicialização do meio ambiente, pelo menos quando pensamos da dimensão dos seus direitos associados ao seu papel como agentes da conservação. Essa pode ser portanto uma das armadilhas do estreitamento entre direitos sociais e ambientais possibilitados pela visibilidade dos PCT em relação ao Estado.

Contudo, essa discussão não deve se esgotar na possibilidade de generalizar tais conclusões, sendo necessário para enriquecer o debate para o tema a análise de casos empíricos. O que é importante reter dessas análises elencadas é que a crescente inclusão dos PCT na pauta das políticas ambientais deve ser problematizada, principalmente no que se refere tanto aos tipos específicos de UC quanto às condições e modalidades de participação dessas populações na sua gestão, ou seja, às delimitações normativas que circunscrevem o uso sustentável que eles podem fazer dos recursos naturais territorializados. O problema parece residir também na capacidade de essas políticas de UC de uso sustentável²¹ darem conta, ou melhor, compatibilizarem as especificidades socioambientais, econômicas e políticas dessas populações com os propósitos de conservação da natureza, objetivo da política de UC de uso sustentável (BRASIL, 2000).

²¹ Aos povos faxinalenses, existe uma modalidade de UC, específica do Paraná, mas que ainda não foi reconhecida pelo SNUC (BRASIL, 2000): O DECRETO ESTADUAL N.º 3.446/97 cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências. Art.1º - Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizados pela existência do modo de produção denominado "Sistema Faxinal", com os objetivos de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da *Araucaria angustifolia* (pinheiro-do-paraná). No § 2º - A ARESUR, na perspectiva do desenvolvimento do Sistema Faxinal, observará as disposições legais aplicáveis as Áreas de Proteção Ambiental - APA, no que couber.

4 IDENTIDADES EM MOVIMENTO: REPENSANDO A TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS À LUZ DAS QUESTÕES DO ECOLOGISMO DO SUL

Buscando compreender a atuação da Associação Puxirão dos Povos Faxinalenses e a sua relação com o Estado na forma de construção coletiva de demandas por políticas públicas específicas, algumas aproximações serão feitas em direção ao debate teórico contemporâneo em torno da construção de identidades coletivas no bojo dos movimentos sociais.

Na discussão sociológica contemporânea sobre identidades, merece atenção a obra referencial de Stuart Hall (2005), “A identidade cultural na pós-modernidade”. Nela, o autor enfatiza os efeitos da globalização sobre as identidades culturais, através de transformação que vêm ocorrendo nas sociedades modernas desde o final do século XX, cujo efeito mais expressivo é a fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado nos forneciam sólidas localizações como indivíduos sociais.

Desde os anos 70, o ritmo e o alcance da integração global aumentaram o fluxo e os laços entre as nações. Essas transformações afetam as identidades pessoais antes estáveis e deslocam e descentram o sujeito, levando à perda de um “sentido de si”. O duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma crise de identidade para o indivíduo.

O complexo de processos e forças de mudança em escala global sintetizado sob o termo globalização vem atravessando fronteiras nacionais e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, o que traz grandes efeitos sobre as identidades culturais, efeitos enumerados a seguir: as identidades nacionais estão se desintegrando, fruto do processo de homogeneização cultural; identidades locais ou nacionais se reforçam como resistência à globalização; e novas identidades – híbridas – emergem. Assim culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidades novas produzidas na era da modernidade tardia.

À medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiantes de identidades possíveis, em cada uma das quais poderíamos nos identificar, ao menos temporariamente. Hall escreve que as identidades que compunham as paisagens sociais “externas”, “lá de fora”, e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas de cultura estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. Os

próprios processos de identificação por meio do qual projetamos nossas identidades culturais tornam-se provisórios, variáveis e problemáticos.

Dentro de nós há identidades contraditórias empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2005, p. 13). A identidade torna-se uma celebração móvel, incompleta e fluida transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados e interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.

Deste modo, como completa Neves (2005), a busca identitária não está suspensa em um vazio social, tampouco as identidades culturais são escolhidas voluntariamente. Pelo contrário, a construção das identidades depende de relações sociais de poder, que por sua vez estabelecem seus limites e lhes dão sentido.

Ver-se como faxinalense é o resultado de processos históricos de uma construção identitária relacional, que traz implicações tanto para os próprios sujeitos que se autodenominam como tal quanto para indivíduos externos à sua comunidade identitária. As políticas de identidade consistem na ressignificação das identidades reivindicadas, mas por outro lado, reflexivamente, tais políticas têm efeito sobre os processos de construção de identidades.

Dentro da lógica dos movimentos identitários, a questão do reconhecimento é tributária das transformações socioeconômicas e políticas das últimas décadas. O crescimento de movimentos identitários reflete uma nova concepção de justiça, em que, mais que a distribuição igualitária dos bens, o fundamental é a questão da subjetividade e do reconhecimento moral (NEVES, 2005).

De maneira geral, podemos dizer que a linha de pesquisa sociológica dos Novos Movimentos Sociais (a partir de agora NMS) cresceu no contratempo do enfraquecimento das teorias e dos regimes políticos centrados nos problemas do capitalismo industrial. Ao reconhecer a centralidade da subjetividade nos movimentos sociais contemporâneos, esses analistas (HABERMAS, 1981; TOURAINE, 1985; OFFE, 1985; MELUCCI, 1989 apud FERREIRA, 1999) ultrapassaram o modelo clássico, materialista e realista, sem contudo desvincular-se de um olhar atento às mudanças decorrentes da passagem de uma sociedade industrial para outra pós-industrial. Acreditaram que a centralidade das necessidades materiais

anteriores tivessem sido deslocadas nos novos movimentos sociais por uma orientação voltada para os significados e identidades, que na modernidade se encontram pulverizadas (FERREIRA, 1999; ALEXANDER, 1998, HALL, 2005, FRASER, 1997 apud NEVES, 2005).

Para esses autores que buscaram analisar os NMS, nas décadas de 1960 e 1970 surgiu uma nova forma de dominação, agora não mais baseada em aspectos materiais e produtivos, mas uma dominação ancorada na esfera cultural. A passagem, da fase industrial do capitalismo, para uma sociedade da informação deu origem a uma lógica cultural de relações subjetivas, de autenticidade e individualidade.

Nesse novo momento do capitalismo, os centros de controle e manipulação penetraram a vida cotidiana, colonizando de modo sem precedentes o campo de relações intersubjetivas e, em um mesmo movimento, desnudando a urgência de se deslocar a ação coletiva, orientando-a à defesa das identidades pessoais e coletivas, da manutenção e reprodução subjetiva ou de grupos, e da vida de um modo geral. As análises de Touraine (1997) e Habermas (1996) lançaram luz sobre a importância da sociedade civil ou das organizações provenientes do mundo da vida, para a composição dos NMS diante dessa nova dominação, agora de cunho cultural.

Em suas intervenções etnográficas nos movimentos de protesto dos estudantes, ecologistas, mulheres e grupos separatistas regionais, Touraine e seus colaboradores afirmaram que cada um deles exprimia de maneira diferente uma subjetividade rebelde, faziam apelos genéricos à liberdade e à condição humana (TOURAINÉ, 1983b, p. 31 apud ALEXANDER, 1998).

Por sua vez, Hall (2005, p. 45) analisa que cada movimento apelava a uma identidade social de seus sustentadores. Assim o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade, que implica em uma identidade para cada movimento.

Cabe contextualizar que as teorias dos NMS se constituíram diante de um quadro bastante particular, o do Ocidente (Europa e EUA) dos anos 1960, quando o próprio termo “movimentos sociais” foi cunhado para designar multidões bradando por mudanças pacíficas (“faça amor, não faça guerra”), desinteressadas do poder do Estado. Essas demandas “pós-materiais”, se completavam com a opção por formas diretas de ação política e pela demanda

por mudanças paulatinas na sociabilidade e na cultura, a serem logradas pela persuasão, isto é, léguas longe da ideia de tomada do poder de Estado por revolução armada (ALONSO, 2009).

Assim, o enfoque pós-materialista da teoria dos NMS é a razão pela qual as questões como a paz, o feminismo, os direitos humanos, a qualidade de vida, se juntam à questão ambiental como questões que seriam mais prementes do que a questão do conflito de classes. É por meio desse enfoque que a abundância de bens materiais na sociedade contemporânea os torna menos valiosos do que as satisfações intelectuais, morais e estéticas (HERCULANO, 2000).

Nessa direção, Nancy Fraser (1997 apud NEVES, 2005) explica que estamos em uma era pós-socialista, em que as ciências humanas passam do paradigma da distribuição ao paradigma do reconhecimento. Neste paradigma teórico, as questões de identidade ganham prioridade em relação às questões de justiça social. Sua análise crítica se refere ao fato de que alguns teóricos e também movimentos sociais vêm privilegiando o processo de produção de identidades em uma dimensão exclusivamente cultural, negligenciando o peso das lutas redistributivas, justamente em uma época histórica em que as desigualdades sociais crescem velozmente em todas as partes do mundo (NEVES, 2005).

Para Fraser, os eixos da injustiça são simultaneamente simbólicos e materiais, razão pela qual é necessário unir os critérios de redistribuição e de reconhecimento na construção de uma sociedade justa e romper com a dicotomia das teorias da justiça contemporâneas divididas entre as que se focam em injustiças socioeconômicas e as que se focam nas injustiças culturais.

Alier (2007) também criticou o enfoque pós-materialista dos NMS (HERCULANO, 2000), não apenas porque este teria esquecido a possibilidade e a especificidade de um ecologismo dos pobres (ou ambientalismo dos pobres, pois esse autor trata desses termos indiferenciadamente) mas também porque não teria considerado as raízes materiais do ambientalismo dos ricos. Ele enfatiza justamente o caráter popular do ambientalismo.

Em diálogo com Alier, Guha (1994) se opõe à ideia de que o ambientalismo ou o ecologismo seja um fenômeno social tipicamente pós-materialista, associado somente a sociedades industriais avançadas no Norte, iniciativa de “pessoas com o estômago cheio, uma inquietude de luxo e de tempo de ócio que surge somente quando as necessidades materiais básicas de comida, roupa e abrigo já estão satisfeitas” (GUHA, 1994, p. 138).

Com esse argumento, vê-se que o ambientalismo não é um movimento homogêneo e tem muitas vertentes e interfaces; a que nos interessa é a interface com movimentos sociais como a APF e a Rede Puxirão de PCT. A corrente socioambientalista, ou também ecologia política, ou ecologismo dos pobres/ do sul, preocupa-se em estudar os conflitos ecológicos distributivos e identifica-se com o contexto de injustiça social e ambiental que caracteriza a história dos países em desenvolvimento. Em contextos de desigualdade fundiária e falta de diversificação da atividade produtiva, propícios a conflitos socioambientais, conflitos ecológicos distributivos em uma economia ecologicamente cada vez menos sustentável, surgem os movimentos de resistência que caracterizam a mais nova vertente do ambientalismo, a ecologia política.

Destarte, é possível separar três abordagens teóricas, que abrigam tendências evolutivas distintas dentro do movimento “ecologista” ou “ambientalista” (ALIER, 2007, p. 38-39; JATOBÁ et al., 2009, p. 49), como elencadas a seguir.

Primeiramente, a abordagem do “culto ao silvestre” ou “à vida selvagem”, preocupado com a preservação da natureza silvestre, sem se pronunciar sobre a indústria ou a urbanização, mantendo-se indiferente ou em oposição ao crescimento econômico, muito preocupado com o crescimento populacional e respaldado cientificamente pela biologia conservacionista; também conhecida como ecologia radical, que engloba a ecologia tradicional, o protecionismo, o conservacionismo, a ecologia profunda, a economia ecológica e outras correntes que enfatizam o enfoque ecológico.

A abordagem do “credo da ecoeficiência”, preocupado com o manejo sustentável ou “uso prudente” dos recursos naturais e com o controle da contaminação, não se restringindo aos contextos industriais, mas também incluindo em suas preocupações a agricultura, a pesca e a silvicultura; essa corrente se apoia na crença de que as novas tecnologias e a “internalização das externalidades” constituem instrumentos decisivos da modernização ecológica, respaldada pela ecologia industrial e pela economia ambiental; conhecida também como ambientalismo moderado, enfoca basicamente a conciliação do crescimento econômico, do desenvolvimento social e da conservação ambiental, por meio do desenvolvimento sustentável;

A abordagem do movimento pela justiça ambiental, o ecologismo popular, o ecologismo dos pobres/do sul, nascidos de conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social; exemplos

correntes são os conflitos pelo uso da água, pelo acesso às florestas, a respeito das cargas de contaminação e o comércio ecológico desigual. Alier (2007) ressalta que em muitos contextos, os atores de tais conflitos não utilizam um discurso ambientalista, uma das razões pelas quais a terceira corrente do ecologismo não foi, até os anos 1980, plenamente identificada.

Essas questões têm sido estudadas pela ecologia política, que propõe a análise dos problemas ambientais em função do seu contexto socioeconômico e político-ideológico. Como bem sintetizaram Jatobá et al. (2009), a ecologia política tende a considerar não apenas o território mas a própria socionatureza como a base do processo produtivo e como palco de conflitos. A análise dos problemas ambientais se dá em função do seu contexto socioeconômico e político-ideológico.

Essa terceira vertente do ambientalismo postula que os problemas ambientais não podem ser compreendidos isolados do contexto político e econômico em que foram criados. É preciso relacionar processos socioeconômicos e políticos e atores sociais nos níveis global, regional e local. Ela aborda a crise ambiental nas regiões socialmente desiguais como um processo político, a partir do enfoque dos interesses e ações dos principais atores sociais envolvidos em conflitos socioambientais.

O ecologismo dos sul entende os conflitos e mudanças ambientais locais como decorrentes de processos produtivos globais e da interação de diferentes atores sociais dotados de capacidades desiguais de poder e de decisão. A sustentabilidade é um objetivo presente nessa abordagem, embora proponha caminho específico para alcançá-lo. Em contraposição a um padrão de desenvolvimento ecologicamente desequilibrado, economicamente instável e socialmente desigual. Alier (2007) explica que o inevitável choque entre economia e meio ambiente materializa-se nos conflitos que envolvem a transferência dos custos ambientais para os segmentos sociais mais fracos e no exercício de fato dos direitos de propriedade sobre o meio ambiente.

Em síntese, os movimentos socioambientais utilizam-se e inspiram-se em estratégias e propostas, dentre as quais se destacam: Justiça ambiental, resistência como estratégia de luta, alternativas ao desenvolvimento, Abordagem territorial da ecologia política.

Por mais que o conceito de justiça ambiental tenha se originado nos Estados Unidos, em países como o Brasil grupos sociais desenvolvem, há algumas décadas, ações que se identificam com ele, como é caso das lutas de movimentos de resistência, como

o movimento dos Atingidos por Barragem, o movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, o movimento dos Pequenos Agricultores, os movimentos para o reconhecimento de territórios tradicionalmente ocupados, como os quilombolas, e os de resistência de trabalhadores extrativistas (seringueiros, ribeirinhos e quebradeiras de cocos de babaçu).

Alier (2007, p. 37) identifica uma convergência entre a justiça ambiental norte-americana, de caráter mais urbano, e o chamado ecologismo dos pobres, terceiro-mundista e de caráter mais rural. Entendendo os dois movimentos como pertencentes a uma mesma corrente, Alier propõe que a justiça ambiental não seja caracterizada somente como um movimento de minorias, mas a favor da maioria da humanidade.

A estratégia de resistência local baseia-se, geralmente, na defesa dos direitos territoriais ligados à subsistência, à cultura e ao valor do sagrado. Populações marginalizadas ou excluídas de uma economia global procuram localmente as condições de sua sobrevivência material e de sua cultura, buscando demarcações cognitivas. Geralmente, procuram aliar atividades econômicas, não-agressivas ao meio ambiente e sustentáveis, com a melhoria da condição social, para grupos não raramente envolvidas anteriormente em atividades não-sustentáveis nos aspectos ecológico, econômico e social.

Ressalta uma abordagem do território em função das relações de poder dos atores sociais e das suas práticas socioespaciais, em diferentes escalas geográficas. Segundo Alier (2007), a territorialidade da espécie humana é construída politicamente, caracterizada pelo conflito social, considerando que os humanos não têm instruções biológicas sobre o emprego exossomático da energia e dos materiais. Ou seja, os territórios ocupados pelos humanos são o resultado da forma como produzem e consomem energia e do quanto extrapolam o seu consumo. A disputa por recursos naturais escassos entre atores sociais com capacidades desiguais de poder e objetivos distintos gera conflitos socioambientais e condiciona a forma de ocupação dos territórios e as modificações ambientais que sofrem.

Da mesma forma, a distribuição humana no espaço é condicionada mais por aspectos políticos do que meramente ecológicos. A forma como os humanos definem a sua territorialidade é fruto da prática do seu poder sobre o espaço territorial.

Na interpretação da ecologia política, os grupos sociais com maior poder econômico e político tendem a obter maior acesso aos recursos naturais disponíveis em determinado território e, conseqüentemente, apresentam maior potencial de degradação

ambiental, enquanto os grupos sociais em condições precárias têm menor acesso aos recursos naturais e tendem a sofrer mais danos com os processos de degradação ambiental. Se nas regiões pobres do mundo os recursos naturais são, em geral, a principal fonte de sobrevivência das populações tradicionais e pobres, alterações ambientais de grande monta tendem a afetar severamente a capacidade de sustento dessas populações.

Desta forma, só a análise do contexto socioeconômico e político vai apontar as razões pelas quais um determinado território é ocupado além da sua capacidade de suporte e esclarecer os fatores que levam à sobre-exploração de seus recursos naturais, além de identificar quais atores sociais são atingidos pelos impactos gerados.

Assim, as mudanças ambientais não devem ser tratadas como um problema neutro, resolvido unicamente por soluções técnicas, como também afirmam as engenheiras florestais Margit Hauer e Claudia Sonda, do IAP e ITCG, respectivamente. A assimetria entre quem arca com os custos e quem controla os esforços para solução dos problemas ambientais tem importantes implicações na gestão dos problemas ambientais e tem implicações territoriais diferenciadas, conforme a escala de abordagem.

As questões ecológicas refletem uma dinâmica econômica, social, cultural e política intensa e contraditória que se articula, também de forma tensa, com os processos territoriais. Tendências recentes sugerem que as ameaças à sustentabilidade tornam-se particularmente significativas em um território que atinge a escala global.

Para Jatobá et al. (2009), o mérito da ecologia política é colocar a justiça social no cerne da questão ambiental, condição ressaltada quando se constata que os mais vulneráveis aos problemas ambientais são justamente os mais pobres, que serão também os mais afetados na hipótese do agravamento da crise ambiental. Seus defensores buscam se debruçar sobre as verdadeiras causas das injustiças distributivas dos problemas ambientais. Por outro lado, esta corrente não tem conseguido trazer respostas satisfatórias, talvez por ainda ser relativamente recente, ou por tratar muito mais de expor as contradições das outras duas correntes do que propor alternativas viáveis às mesmas.

Nessa linha, a sustentabilidade decorre da necessidade de articular sociedade e natureza, sob uma perspectiva de justiça social, empoderamento e governança. Embora nem sempre reconhecida formalmente, a temática territorial está implícita na noção de desenvolvimento sustentável. O eixo principal não é uma reverência sagrada à natureza, mas,

antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje. Essa corrente não compartilha os mesmos fundamentos éticos (nem estéticos) do culto ao silvestre. Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos.

Muitas vezes os grupos indígenas e camponeses têm co-evoluído sustentavelmente com a natureza e têm assegurado a conservação da biodiversidade. As organizações que representam grupos de camponeses mostram crescente orgulho agroecológico por seus complexos sistemas agrícolas e variedade de sementes. Não se trata de um orgulho meramente retrospectivo. Alguns grupos ameaçados apelam para os direitos territoriais indígenas e igualmente para a sacralidade da natureza para defender e assegurar seu sustento. (ALIER, 2007)

Partindo de preocupações semelhantes, Guha (1994) enfatiza que a luta empreendida pelo ecologismo dos pobres acontece em nome de uma distribuição ecológica, isto é, oriunda de assimetrias e desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso dos recursos e serviços ambientais. Sua análise aponta também que, ainda que as lutas tenham origens materiais, têm sido lutas por significados, que compõem o que ele chama de “vocabulário de protesto” (GUHA, 1994, p. 146). Nesse sentido, o ecologismo dos pobres pode ser interpretado como um processo de resistência encarnadas em movimentos organizados.

Compartilhando um ponto de vista semelhante, Enrique Leff (2010) afirma que na construção do campo da ecologia política na América latina estão se configurando novas identidades coletivas, emanando de antigas condições sociais e étnicas e de suas relações com a natureza, assim como as diferentes culturas em que se organizam os diversos modos de ser camponês. Começam a despontar nos meios científicos e ambientalistas um novo entendimento da problemática indígena e camponesa. Emerge uma nova geopolítica da sustentabilidade que traz para o centro da cena política mundial populações indígenas e camponesas.

A partir de meados dos anos 80, os movimentos sociais pela reapropriação cultural da natureza vem reivindicando o vínculo indissolúvel das culturas com seu entorno, não só como condição de vida e de sustentabilidade econômico-social, como também o sentido da vida e de suas múltiplas significações. Nessa perspectiva emergem nos últimos anos diversos movimentos sociais em que novos sujeitos sociais estão reinventando suas identidades

culturais e reivindicando seus “novos” direitos.

Essas populações reinventam suas identidades, a partir do limite da sobrevivência, a partir da sua própria cultura. Reinventam também o significado de território, conceito que até pouco tempo fora um atributo do campo jurídico-político do Estado moderno assimilado por uma geografia de cunho naturalista. O território foi ampliado a um espaço cotidiano e concreto. Esses novos protagonistas com seus saberes locais afirmam seus direitos à cultura e ao território – seja quando colocam que a biodiversidade é igual à soma de território e cultura -, ou quando afirmam que não querem “terra”, mas sim território e reivindicam a garantia de seu modo de vida.

De acordo com sua teoria da racionalidade ambiental, Enrique Leff (2010) defende que é no campo conflitivo dos movimentos socioambientais em que a racionalidade econômica hegemônica se confronta com outras matrizes de racionalidade configuradas pela cultura. Leff escreve com um certo otimismo, que surge, assim, o processo de construção social de uma racionalidade ambiental, em que se conjugam categorias teóricas e novos direitos culturais (ao território, à autogestão, ao saber local) com novas estratégias produtivas que incluem formas de autogestão como orçamento participativo das comunidades e a remuneração do trabalho de conservação.

Alier (2007) considera que movimentos pela justiça ambiental mantém proximidade com o Estado e dele reivindica maior controle e regulamentação para os conflitos ecológicos distributivos. Assim, ele avalia que a maior parte dos movimentos ambientais não são movimentos anti-estado, pois dependem dele para as suas ações e o atendimento de reivindicações, como a criação de áreas protegidas.

Não se pode esquecer, contudo, que as concessões do Estado brasileiro em relação às demandas ambientais desses movimentos populares esbarram em situações em que a iniciativa política pode depender sobremaneira do governo local, geralmente melhor relacionado com outros grupos políticos concorrentes, com hegemonia econômica e política historicamente consolidada, cenário de conflitos ambientais.

Pensar os conflitos socioambientais num espaço social específico supõe considerar a interação entre diversos grupos de agentes com diferentes projetos de uso territorial e significação dos recursos naturais, cujas posições são definidas por relações de poder. Entende-se que os conflitos se multiplicam num cenário em que a desigualdade ambiental se articula e se sobrepõe a desigualdades socioeconômicas (ACSELRAD, 2004, 2010a).

A configuração do acesso a terra fértil, a fontes de água, a recursos vivos, localidades estratégicas para mobilidade etc. corresponde à distribuição do que Acselrad (2004) chama de capital material, que está associado tanto à capacidade de influência dos atores sobre os marcos regulatórios jurídicos e políticos do espaço quanto à operação de mecanismos econômicos de competição e acumulação, ou mesmo do exercício da força direta.

De acordo com Acselrad (2004), os conflitos socioambientais se dão em dois planos ou espaços sociais simultâneos, em que a ação coletiva, quando dirigida contra a ordem ambiental tida por injusta manifesta-se simultaneamente: de uma lado, no plano da distribuição objetiva dos efeitos ambientais das práticas sociais; esta distribuição exprime a diferença de poder sobre os recursos ambientais entre os distintos grupos sociais, do outro lado, no plano discursivo onde vigoram distintos esquemas de representação do mundo, do ambiente, da justiça etc; neste plano, coloca-se em jogo a legitimidade do modo de distribuição do poder sobre os recursos ambientais. Os movimentos sociais podem ser analisados por sua intervenção nestes dois níveis do espaço social.

Boaventura de Sousa Santos (2007), em sua teoria do cosmopolitismo subalterno, também aponta que a exclusão social é sempre produto de relações de poder desiguais. As iniciativas, movimentos e lutas de sujeitos sociais subalternos são animados por um *ethos* redistributivo no sentido mais amplo da expressão, o qual implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos e, como tal, se baseia, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença. No caso da América Latina, haveria uma combinação *sui generis* de demandas materiais e pós-materiais (Touraine, 1989b apud ALONSO, 2009) que caracterizam as lutas políticas dos PCT.

Numa análise delimitada abarcando a realidade rural de camponeses e indígenas latino americanos, o reconhecimento formal da diversidade cultural e dos saberes tradicionais é insuficiente para resolver as lacunas no processo de participação social na gestão do meio ambiente. A valorização da diversidade que nos propõem Leff (2010) quando aborda a política da diferença, e em certa medida Ramachandra Guha (1994) e Martinez-Alier (2007) quando abordam o ecologismo dos pobres ancorado por princípios redistributivos de justiça social, vai além do mero reconhecimento da existência social desses povos pelo Estado; mais do que a permissão para sua existência como grupos sociais com características singulares, esse reconhecimento indica a territorialização dos processos de gestão como fundamental para se fortalecer práticas locais autônomas, olhando para as estratégias de sobrevivência,

historicamente restringidas no contexto de um jogo de forças não só culturais, mas políticas e econômicas.

Com efeito, esse capítulo procurou de certa maneira atualizar os debates sobre os movimentos sociais para a realidade rural brasileira, levando em conta que a rede de movimentos de PCT articulados em redes locais e regionais, de que trata esse trabalho, estão inscritos não em uma modernidade tardia de onde escreveram muitos analistas dos NMS, mas em sua periferia. Essas questões já vem sendo postas por pensadores dessas modernidades subalternas (SANTOS, 2007; ALIER, 2007; LEFF, 2010, GUHA, 2994) que escrevem de uma nova perspectiva proveniente de epistemologias do sul. Tal perspectiva permite olhar com mais clareza as peculiaridades da construção político cultural do movimento APF, assinalando também que as dinâmicas locais e globais se confirmam mutuamente. Essa perspectiva mostra que pode ser interessante pensar na convergência de abordagens com diferentes escalas no estudo desses movimentos vistos como resistência ao “pensamento abissal”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema escolhido para a realização desta monografia foi novo, e por isso mesmo, desafiador, mas os questionamentos de fundo que instigaram sua produção já fazem parte do conjunto de reflexões (sem respostas definitivas) com que venho me ocupando no processo desenvolvimento da minha imaginação sociológica. A característica que parece neste momento do texto ilustrar melhor os fenômenos sociais descritos aqui, a partir do meu olhar, é a dinâmica das mudanças sociais. Ao reconstituir a imagem do “objeto”, ou melhor, dos sujeitos faxinalenses, sobre os quais a pesquisa foi sendo desenvolvida, foi se evidenciando a necessidade de se pensar o momento ou situação atual desses sujeitos a partir de uma abordagem que a privilegiasse a historicidade da construção de sua identidade, ou seja, que levasse em conta as transformações por que vêm passando, antes e principalmente depois da consolidação da produção do mapeamento situacional.

Esse mapeamento vem tendo desdobramentos sociais significativos na dinâmica interna da organização dos faxinalenses em âmbito comunitário. Para além disso, faz-se visível sua repercussão política - cuja gênese pode ser contabilizada a partir de 2005 -, seja na visibilidade que vem lhes proporcionando no que se refere ao estreitamento das relações com algumas secretarias estaduais e órgãos ambientais, seja na própria ampliação do conjunto de políticas públicas específicas direcionadas aos faxinais e aos faxinalenses, em âmbito municipal e estadual, e mesmo nacional. (presença na CNPCT)

Na incursão na oficina de fitoterápicos, pude observar os sujeitos faxinalenses na evidência de seu cotidiano, das ideias e das motivações que têm orientado suas práticas. A defesa de um lugar e de um modo de vida se constrói a partir da autoestima e da valorização de elementos que compõem a cotidianidade. O que vai preenchendo aquele grupo no mundo político são os valores e demandas, tudo aquilo que é comum e que pode ser compartilhado como prioridades, e não atributos particulares que possam evidenciar nunces internas que comprometam a causa do grupo como um todo. Com efeito, as atividades são coletivas, justamente porque eles pleiteiam direitos coletivos, e não individuais, ao longo do processo que vai capacitando o grupo a se organizar como tal e vai simultaneamente redefinindo atores sociais e reestruturando o mundo social, dialeticamente.

O conjunto de elementos mobilizados para evidenciar o conflito (uma determinada imagem do faxinal, a cultura e modo de vida a serem defendidos, os antagonistas, e os

parceiros, essencialmente o poder público na sua esfera de atuação) permite a elaboração de um projeto para o futuro baseado nos seus sonhos para seus netos, no faxinal. Mais do que isso, dá novo sentido para ação coletiva no intuito da realização desses sonhos e aspirações, na medida que o conflito só pode ser amenizado por meio da reconstituição da identidade do grupo no mundo político.

Constatou-se também que a incursão no dia da oficina e a análise dos dados dela provenientes e também a análise do processo de organização do movimento apontam para a compreensão de que a reconstituição da identidade política dos faxinalenses faz referência a historicidade de sua rede de interações e do contexto de formulação do seu marco institucional. Deste modo, buscou-se estabelecer uma relação entre a vivência das práticas e a historicidade por que são permeadas. Com vistas a uma leitura crítica das ações coletivas do grupo, procurou-se explicitar que tanto a experiência quanto os eventos históricos que lhes dão base se confirmam reciprocamente.

Os faxinalenses e os “contra” (ou seus “antagonistas”) são afirmados mutuamente em nome da justificativa do pleito; é a partir dessa diferenciação que eles organizam suas interações, ou, em outras palavras, o tensionamento entre projetos de mundo diferentes dá espaço para a emergência da identidade como faxinalenses. Argumenta-se desta forma que a identidade política faxinalenses resultou dos conflitos e não o contrário, tendo em vista que a mobilização estratégica dessa identidade no campo político foi construída como um meio de se garantir a gestão dos bens naturais territorializados no faxinal.

O reconhecimento dos territórios sociais se torna uma preocupação comum tanto aos faxinalenses quanto aos representantes de órgãos ambientais, porém com distintas motivações: no primeiro caso, como mecanismo para garantir a conservação da biodiversidade; no segundo, por sua importância para a sobrevivência simultaneamente simbólica e material desse grupo social. Assim, vai se identificando e delineando o “antagonista” comum a que ambos se opõem de maneira semelhante, qual seja os monocultivos de milho, soja, fumo, pinus e eucalipto, atividades de mineração, enfim, o desenvolvimento econômico predatório onde se concentram as Florestas com Araucária, nas regiões rurais do Paraná de interesse de conservação e onde moram grande parte das comunidades faxinalenses.

O contexto multi-escalar de transformações sociais lhes demanda uma atitude de constante redefinição de seu universo cultural e político e de sua posição diante dos conflitos

que protagonizam. Cabe citar como fato fundamental que a incorporação da preocupação socioambiental no discurso do movimento social vem tornando possível tanto a permanência das populações na área de interesse pra conservação quanto seu acesso aos recursos considerados necessários a sua sobrevivência, isto é, a argumentação de cunho socioambiental impulsiona sua organização e sua luta pela permanência. Uma das estratégias utilizadas pelos faxinalenses visando seu reconhecimento enfatiza a imbricação do saber tradicional com a defesa dos recursos naturais, a exemplo do conteúdo da oficina.

Acredita-se que a vivência na oficina pode exemplificar em certa medida processos que estão ocorrendo em outras escalas sociais e permite refletir sobre o caráter relacional, transitivo e contrastivo da identidade faxinalense, que vai sendo assim reificada e instrumentalizada no decorrer da luta política que se “ambientaliza”, inscrita em demandas traduzidas paulatinamente em lei e políticas públicas específicas, como a possibilidade de cadastramento (CEUC), o reconhecimento pelo ITCG de alguns mapas originados na produção da cartografia social, a ampliação do processo de criação de ARESUR, o diálogo com os poderes municipais fomentado pela rede estadual de PCT, entre outras demandas e conquistas.

Progressivamente, a manifestação da territorialidade faxinalense, mantida viva na memória coletiva e no uso dos recursos naturais territorializados ressignificado nas interações sociais, passa a ser incorporada à esfera jurídica, no universo formal das leis, e materializada em certidões, laudos e mapas. Suas reivindicações são traduzidas de uma razão histórica para uma razão instrumental, que as valida oficialmente frente a seus “antagonistas”. O fortalecimento do movimento faxinalenses pode ser melhor entendido, portanto, se olharmos para as oportunidades políticas que condicionam a própria emergência dos sujeitos faxinalenses como atores políticos na figura de PCT.

Ao lançar um olhar mais amplo sobre o compasso entre a organização da APF e articulação da Rede Puxirão e outros movimentos regionais afins, vê-se que de maneira geral o movimento dos PCT busca um alcance formal de suas demandas, dentro do marco jurídico do Estado para se “confirmar” no mundo da vida, panorama ambíguo: ao passo em que esse reconhecimento jurídico lhes concede direitos territoriais específicos, pode engessar e lhes tirar uma certa flexibilidade política. Isso sob o ponto de vista da imbricação entre os temas ambientais e as lutas dos PCT, tendo em vista o princípio central das políticas ambientais em que ainda prevalecem critérios bióticos sobre critérios socioculturais como referenciais para

tal política.

Como vimos, as discussões antropológicas recentes passaram a incorporar os PCT como um tipo cultural cuja categoria e autodefinição se devem não somente a sua mobilização social e política, mas também a circunstâncias históricas em que a razão instrumental do Estado amplia sua plataforma jurídica para dialogar com razões históricas.

Sob um ponto de vista crítico, se em alguma medida os PCT vem se beneficiando da apropriação do universo discursivo acerca do meio ambiente, alinhar-se com os objetivos de conservação ambiental parece tornar-se um dos poucos caminhos institucionais disponíveis pelo qual adquirem o reconhecimento, ou, mais do que isso, meio pelo qual adquirem a permissão para manifestar sua territorialidade, dentro dos limites de uma política ambiental..

Esse conflito de lógicas mostra que a tradução da questão ambiental em problemas de política pública pode fazer com que as regulações sobre a relação entre PCT e meio ambiente estejam excessivamente subordinadas à racionalidade administrativa. Ou seja, se por um lado, a institucionalização da questão ambiental abriu brechas para se discutir governança ambiental e participação social e também inclui os PCT entendendo-os como agentes da conservação, por outro lado, ocorreu a burocratização dessa inclusão na forma de políticas públicas que engessam a ação e autonomia desses povos ao não contemplarem seus diferentes modos de uso e transformação dos recursos naturais territorializados.

Isso se expressa por exemplo no SNUC, na limitação dos modelos de unidades de conservação deveras genéricos e universais que não contemplam as realidades singulares de envolvimento desses PCT com seus respectivos sistemas socioambientais, pois não dão conta de abarcar a diversidade empírica de modalidades de uso e apropriação dos recursos naturais. E justamente essa incompatibilidade de lógicas (em que prevalece univocamente a razão tecnocientífica sobre a lógica e saber locais) pode se tornar um entrave para os mesmos objetivos de conservação ambiental a que suas práticas sociais passam a se subordinar.

No que se refere às afinidades entre a vertente do ambientalismo chamada de ecologismo do sul e o movimento dos PCT, pode-se dizer que estes possuem alguns interesses coletivos a partir dos quais anunciam seu compromisso com a conservação ambiental, o que torna o espaço público em que eles demandam reconhecimento de seus direitos identitários e territoriais legítimo perante o Estado, principalmente no diálogo com órgãos ambientais. A oportunidade de criar espaços públicos de negociação de suas demandas, diretamente com atores governamentais oriundos do campo ambiental, propicia a validade de conteúdos

anunciados no discurso da APF, por ampliar consistentemente em mais uma matiz o discurso em defesa da conservação, mas com o argumento fundamental da importância de primeira ordem que os território e os recursos naturais têm como base material e simbólica para sua reprodução como grupo social.

Os faxinalenses estrategicamente levantam a bandeira de que as consequências da degradação ambiental no faxinal não constituem meras externalidades para os moradores desse espaço social, pois seus moradores não estão alienados do meio ambiente que os rodeia, mas são parte intrínseca dele, o que aproxima os conteúdos da sua agenda política ao chamado ecologismo do sul, de caráter combativo e contestatório que procura politizar a questão ambiental fundamentado em noções de justiça social distribuição ecológica.

Ao passo que alguns teóricos e também movimentos sociais vêm privilegiando o processo de produção de identidades político culturais em uma dimensão exclusivamente cultural, deixando em segundo plano a bandeira das lutas redistributivas, emergem simultaneamente novas epistemologias alternativas e novos movimentos sociais, nos quais se inserem a realidade dos PCT, que respondem de forma diferente às análises convencionais, dando origem a maneiras distintas de se pensar o ambientalismo, conjugando a luta por direitos territoriais e identitários.

Finalmente, essa visão mais ampla dos conflitos envolvendo os faxinalenses aponta para a necessidade de se olhar mais atentamente para o tensionamento entre a razão instrumental do Estado na maneira de lidar com as políticas ambientais envolvendo os PCT e a razão histórica presente nas reivindicações desses grupos sociais. Ou ainda parte da preocupação de se compreender as condições em que se dá o confronto entre um universo instrumental em que predominam processos de racionalização e um universo cultural caracterizado pelas experiências de produção e afirmação de identidades sociopolíticas em que se formam processos de subjetivação, de que é exemplo a mobilização política dos faxinalenses e a ambientalização de suas pautas.

Deste modo, essa pesquisa, de alcance limitado, buscou contribuir para o debate apontando mais questionamentos do que trazendo respostas definitivas para a compreensão desse momento de diálogo e interação de faxinalenses com atores institucionais, sendo necessário abrir de forma mais abrangente esse campo de pesquisa para mais contribuições e análises empíricas, na união de esforços entre as diferentes disciplinas que se dedicam ao tema.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (org) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, p. 13-36.

ACSELRAD, Henri. Mediação e Negociação de Conflitos Socioambientais. Palestra proferida na Abertura do IX Encontro Temático da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Brasília, 22. set. 2010a. Disponível em: http://ccr4.pgr.mpf.gov.br/institucional/encontros/tematicos-da-4a-ccr/ix-encontro-tematico/documentos/mediacao_e_negociacao_de_conflitos_socioambientais.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2011.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 ago. 2011.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2 ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. 192 p. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/terrastradicionalmenteocupadas.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

_____. APRESENTAÇÃO. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SOUZA, Roberto Martins de (orgs.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009, p. 5-11.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, Hector. **Ecologia política: natureza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 115-135.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais.

Rev. Bras. Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n. 37, jun. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200001&script=sci_arttext. Acesso em: 10 ago. 2011.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – Fascículo 1 – Faxinalenses: fê, conhecimentos tradicionais e práticas de cura. Irati, 2008. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/Fasciculo1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – Fascículo 2 – Faxinalenses no Setor Centro do Paraná. Guarapuava, 2008. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/Fasciculo2.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – Fascículo 3 – Faxinalenses no Setor Sul Paraná. Rebouças, 2008. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/Fasciculo3.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – Fascículo 4 – Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba. Quitandinha, 2008. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/Fasciculo4.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – FITOTERÁPICOS – TRATAMENTOS CASEIROS PARA ANIMAIS: um resgate da sabedoria popular dos Povos Faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba. Mandirituba, 2011.

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, institui o novo Código Florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm. Acesso em: 10 ago. 2011.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 15 ago. 2011.

CHANG Man Yu. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Povos tradicionais têm um pacto com o meio ambiente. Entrevista concedida ao Instituto Sociedade, População e Natureza, 26 set. 2008. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br/entrevista-com-manuela-carneiro-da-cunha/>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação. In: CAPOBIANCO, João Paulo R. (org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade/Instituto Socioambiental, 2001. p. 184-193.

DOCUMENTO FINAL: Relatoria das Demandas e Reivindicações das Comunidades Quilombolas, Faxinalenses, Pescadores Artesanais ... In: Seminário Comunidades Tradicionais na sua Dimensão Socioambiental, jul. 2010, Curitiba.

DOSSIÊ Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais: Processo de construção da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no Paraná. Abr. 2011.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 2, n.5, jul./dez. 1999.

FLORIANI, Nicolas; CARVALHO, Silvia Méri; FLORIANI, Dimas, SILVA, Andréa Aparecida I, da; STRACHULSKI, Juliano. Modelos híbridos de agricultura em um faxinal paranaense: confluência de imaginários e de saberes agrícolas. In: V Encontro ANPPAS, out. 2010, Florianópolis. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-203-639-20100907224900.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2001.

FREY, K.. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? In: Seminário Nacional: Movimentos Sociais, participação e democracia, Florianópolis, 2004.

GADEA, Carlos A.; SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 25, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31110.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

GUHA, Ramachandra: El ecologismo de los pobres, **Ecología Política**, Barcelona, n. 8, 137-151, 1994.

GUIVANT, J. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Florianópolis, n. 19, outubro, 2002, p. 72-88.

HABERMAS, Jürgen. Origem cultural e social dos movimentos ambientalistas. In: GOLDBLATT, David. **Teoria Social e Ambiente**. Instituto Piaget: Lisboa, 1996. p 169-219.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAUER, Margit. Singularidades do sistema faxinalense. In: 1º Simpósio de Pesquisadores de Faxinal, UEPG, jul. 2011, Ponta Grossa.

HERCULANO, Selene C. Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos. **Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais**, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 45-55, 2000.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Anais do 1º Encontro dos povos dos faxinais**. Curitiba: IAP, 2005.

JACOBI, Pedro. Governança institucional e problemas ambientais. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 7, p. 119-137, out. 2005.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2011.

JUNIOR, Gladstone Leonel da Silva; SOUZA, Roberto Martins de. As comunidades tradicionais e a luta por direitos étnicos e coletivos no sul do Brasil. **Rev. Fac. Dir. UFG**, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 128-142, jul./dez. 2009.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010, 440 p.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Gestão socioambiental: entre a técnica, a política e os conflitos sociais sobre o meio ambiente. V Encontro Nacional da ANPPAS. GT 3.

Florianópolis, 2010. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT3-213-149-20100809101351.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2011.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série antropologia**, Brasília, n. 322, 2002. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2011.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. **Cosmologias políticas do neocolonialismo**: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. 2006. 313 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=23849>. Acesso em: 15 jun. 2011.

MATTOS, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. **Lua nova**, São Paulo, n. 63, p. 143-160, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a06n63.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2011.

MARQUES, Cláudio L. G. **Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná** (relatório técnico). Guarapuava: IAP, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NEVES, Paulo Sérgio da C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 81-96, out. 2005.

PARANÁ. Decreto n. 3.446, de 14 de Agosto de 1997. Criada no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/DECRETO_ESTADUAL_3446_1997.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

PARANÁ. Lei n. 15.673, de 13 de Novembro de 2007. Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade, conforme especifica. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=105&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

PARANÁ. **Terra e cidadania: marcos institucionais e documentos**. Vol 2. Curitiba: ITCG, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, p. 3-46, Out. 2007.

SHIRAISHI, Joaquim Neto (org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**. Manaus: UEA, 2007. 224 p.

SONDA, Cláudia. Aspectos da legislação ambiental e os conflitos socioambientais do ponto de vista dos direitos fundamentais. 10 *slides*. In: Seminário “Comunidades Tradicionais na sua dimensão socioambiental”, jul. 2010, Curitiba. Disponível em: <<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/claudiasonda.pps>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento social dos faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SOUZA, Roberto Martins de (orgs.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009a. p. 29-88.

SOUZA, Roberto Martins de. Fronteiras e passagens: a construção da Identidade faxinalense. In: I Seminário Sociologia & política. Curitiba, UFPR, 2009b. Disponível em <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/fronteiras-passagens-RobertoSouza.pdf>> Acesso em 09 jan. 2011.

TEIXEIRA, Cristina Frutuoso. **A Proteção Ambiental em Guaraqueçaba**: uma construção social. 2004. 302 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997.

ANEXOS

ANEXO A – CARTILHA DE FITOTERÁPICOS – TRATAMENTOS CASEIROS PARA ANIMAIS: um resgate da sabedoria popular dos Povos Faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba

Fitoterápicos

TRATAMENTOS CASEIROS PARA ANIMAIS:
um resgate da sabedoria popular dos
Povos Faxinalenses da Região
Metropolitana de Curitiba

Participantes da Oficina:

Espigão das Antas:

Elvira Hlenka; José Adir Kais; Matilde S. dos Kais; Lucia Irene do Valle Kais; Joaquim P. Melo

Pedra Preta:

Adilson Alves; Antonio Francisco Cardoso

Campestre dos Paula:

Maria Madalena dos Santos Silva; João Acir da Silva; Pedro Vitor da Silva; Paulo Zepechouka

Meleiro:

Amantino Sebastião de Beija; Sueli do Beija

Salsa:

Isidoro Taborda; Hanorato T. Ferreira; Rosa T. Ferreira Santos; Ernestina Taborda; Valdecir C. Negrelo; Paulina Colaço Santos; Isidório Colaço; Adilson Ferreira dos Santos; Carlito T. Ferreira

UFPR:

Eloah Caroline Pereira Vargas; Juliana R. Cordeiro; Gustavo Felipe Olesko; Otavio Gomes Rocha; Ralph M. Albuquerque; Daniela Sant'Ana; Jorge Fávaro (UniCentro); Jorge Montenegro; William Simões



Quando chegamos no Faxinal do Meleiro (Mandirituba-PR) uma manhã de começos de abril carregados de canetas coloridas, rolos de papel e os ouvidos bem abertos, não imaginávamos que além de muitas formas de cuidar os animais e de muitos usos para as plantas do lugar iríamos voltar carregados com muitos sonhos faxinalenses.

A oficina que deu origem a esta cartilha foi construída como uma demanda dos faxinalenses do Salso (município de Quitandinha-PR), que ganhou eco nos faxinalenses do Meleiro, Espigão das Antas (ambos no município de Mandirituba-PR) e Campestre dos Paulas (Quitandinha-PR) e que o pessoal do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA) transformamos em um evento de extensão na Universidade Federal do Paraná (Departamento de Geografia/Setor de Ciências da Terra) com o nome de "Resgate e troca de experiências em práticas tradicionais: fitoterapia animal no Faxinal do Meleiro e sua territorialidade". No total foram resgatadas e socializadas mais de 100 práticas e 9 simpatias para tratamento de aves, suínos, bovinos, equinos e cães.



Foi um dia de grandes aprendizados, de troca de saberes sobre como tratar os animais do criadouro comunitário sem recorrer aos venenos que dizem acabar com todas as doenças e apagam também todo um conhecimento acumulado. Um dia para tentar entender como as práticas tradicionais conseguem se manter apesar de toda a pressão contrária (a propaganda, as limitações das normas sanitárias, o êxodo rural, o tempo, etc.), mas também de dividir e saborear os alimentos do Faxinal (o que dizer daquele porquinho na lata?!). Um dia para compartilhar as dificuldades que os faxinalenses enfrentam na sua luta por manter o criadouro comunitário, sua cultura e seu território, mas também para conhecer os porquês dessa resistência e dessa luta. Enfim, um dia para sonhar com os pés bem colados na terra. Porque os faxinalenses também nos falaram de seus sonhos de vida, sonhos de que os governos acordem e façam alguma coisa, sonhos de continuar morando e defendendo o Faxinal, sonhos de seguir vivendo juntos e em paz, sonhos de “bastante criação e fartura de alimento” como nos contou Sr. Isidoro, sonhos de um Faxinal “com os animais livres, água à vontade, comida sem veneno e ar puro”, como dizia outro vizinho.

Muitos sonhos faxinalenses que, no fim das contas, são sonhos de tod@s nós.

ENCONTTRA (Maio/2011)

“O meu sonho quanto ao Faxinal seria poder abrir a mente dos que são contra e mostrar a riqueza que eles estão acabando e o que será do futuro que iremos deixar para os filhos e netos e outros que virão, que Deus abra a mente deles. Para que não deixe morrer isso que é tão bom e rico pra todos.”

“Viver num mundo de faxinais, no campo e na cidade. Que as cidades do mundo sejam mais faxinal, e menos barbárie!”

“Reunião de todas as famílias para que seja criada uma associação aonde as pessoas possam fazer grupos de aprendizagem e trocas de idéias e o saber fazer, aonde haja paz e união e não discórdia.”



CAVALO

Crina enroscada

- Passar alho para afastar os morcegos

Hemorragia da castração

- Amarra e corta queimando
- Gelo no local
- Pó de café no local

Broca no casco

- Cortar e limpar para sair a sujeira
- Banha quente sem sal;
- Ferro quente;
- Pólvora – fazer buraco no casco, colocar a pólvora e prender
- Querosene
- Lavar com sabão de cinza
- Colocar urina humana misturada com dequada de cinza
- Derreter sebo quente dentro;
- limpar e lavar com dequada

Garrotilho (gripe)

- Colocar casca de cataia na comida
- Raspar a casca da cataia, moer seca e misturar no trato para o cavalo comer.
- Tupixava – folha torrada com milho
- Raiz de Bugreiro – torrar, moer e misturar na ração
- Sangria (usada quando o cavalo está triste)
- Folha de alho na comida
- Dentes de alho cortado na comida
- Cozinhar folhas de eucalipto e deixar em uma panela próxima ao nariz do animal para ele respirar
- Fumaça de eucalipto



CAVALO

Coração no Casco Tirar ou cortar	Carrapato - Fumo em corda (deixar 100 gramas de fumo em corda com um meio copo de álcool por uma noite e diluir em um litro de água e passar no local - Folhas do sabugueiro torrado na
Infecção ou ferida - Passar a gosma da babosa	Verruga - Tirar o sangue venoso e aplicar debaixo do couro
Raiva Sangria	Cólica - Café chucro (com ou um pouco de pinga) – 1 colher - Simpatia do sabugo Amarrar um sabugo de milho no colo do cavalo - Simpatia da anágua
Berne - Pôr folha do sabugueiro torrado na ração	Bicheira - Espreme pra tirar, depois lavar com água fria e colocar pau de raposa



AVES (galinhas, pintinhos frangos e galos)

Piolho

- Passar losna nos ninhos
- Passar folha de pessegueiro nos ninhos
- Passar cravo de defunto (fedido)
- Passar folha de purungo
- Sal e fumaça nos ninhos - Pólvora - Estourar bomba no galinheiro
 - Para evitar piolho no ninho das galinhas chocas: Colocar folhas de losna ou folhas de fumo ou fumo picado em pedaço ou folhas de terva de bicho junto com o forro do ninho.
- Cal espalhar no galinheiro e puleiro.
- Cinza do forno : espalhar em todo o galinheiro

Verruga de galinha/bouba

- Passar vinagre
- Passar querosene
- Passar leite de figo
- Passar Cinza de lenha com banha
- Passar chá de cebola (cebola (3 de cabeças em 5L.
- Passar urina de gente com pena nas berrugas
- passar folhas de babosa

Diarreia

- Casca de cedro
- Raiz de guanchuba

Desinteria branca

- Talo de bananeira na água de beber





BOI/ VACA/ BEZERRO ou TERNEIRO

Sapinho de bezerro - Limão com sal - Raspar a língua do bezerro, partir um limão, colocar sal e passar na língua dele. - Cinza com sal	Diarréia - Fazer chá de folha com broto amarelo de pessegueiro ou marmelo - Chá de erva Santa Maria (vermífogo) para o bezerro que já come, dar a mistura com o farelo
Vermes - Folha de bananeira picada - Erva Santa Maria - Folha de pessegueiro	Desnutrição("vaca magra") - Casca de ovo torrada – colocar na palha verde ou no farelo
Verruga - Passar a vassoura de feno nas tetas	Vaca que tem terneiro e não se limpa bem - 1 ou 2 colheres de sal torrado
Leite empedrado (vaca) - Passar sabão caseiro com água quente - Água e sal (passar esfregar) - Erva-doce – Esmagar e passar) - Raiz de urtigão (fazer um chá e esfregar no úbere) - Folha de bananeira picada colocar na ração	Carrapato - Erva de bicho – misturar com água e pulverizar - Sapê de pinheiro verde – torrar, moer e misturar na ração; ou cozinhar, ferver, curtir por 2 dias e pulverizar - Fumo em corda (deixar 100 gramas de fumo em corda com um meio copo de álcool por uma noite e diluir em um litro de água e passar no local - Folhas do sabugueiro torrado na ração





PORCO

Diarreia - Maria Preta ou casca de pitanga, broto de goiaba ou quina na ração.	Batedera (sufoco) - Chá de alho (2 dentes + 1L de água)
Castração - Fumaça do sapé verde no local - Sal, erva-mate de chimarrão e álcool. Fazer a massa e passar no local.	Sarna - Enxofre misturado com óleo queimado (para passar na pele) - Passar quina branca (casca ou folha) - Passar banha de porco com cinza
Mordida de cobra - Socar a erva de lagarto e colocar na mordida	Mordida de aranha - Moer a erva de macuco com álcool e passar na mordida
Verme Carvão Chá de hortelã preta Folha de bananeira	Bicho de pé/pulga Cal e sal ou um pouco d'água Querosene ou creolina
Piolho - Chá de alho (2 dentes + 1L de água) - Creolina	Bicheira (machucado que o mosquito cria) - Passar esterco de vaca





CACHORRO

Fezes escuras e fedidas

- 7 gotas de limão e 7 gotas de vinagre durante 3 dias

Sarna

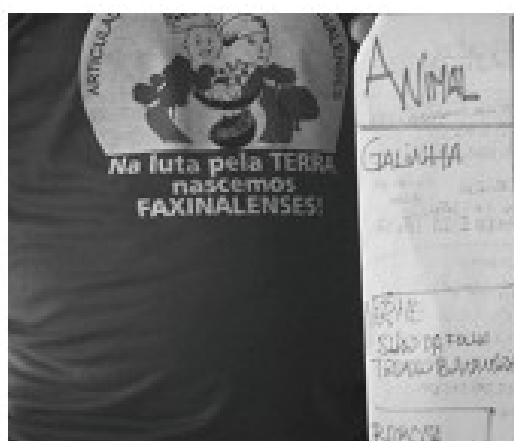
- Enxofre (comestível) ou passar na pele

Pulgas

- Cozinhar feijão; pegar a primeira fervura e colocar pau de raposa e passar a primeira água preta;
- Torrar semente araticum, misturada com banha de porco

Sarna/ Rabuja

- Batata de Taujaja (cipó) – cozinhar na água e dar banho ou pulverizar
- Enxofre ou Passar com banha de porco.



SIMPATIAS

ANIMAL	DOENÇA	TRATAMENTO
porco	bicheira	Nove "palhinhas". Fazer argolinhas e olhar para a bicheira. Contar de cima para baixo, por 3 dias
vaca	Vaca que tem terneiro e não se limpa bem	Pele de cobra + 9 grãos de feijão pelo período de 3 minguentes
galinha	boba	Gritar na casa de alguém "ô de casa" faz transmitir a peste para a galinha da pessoa
cavalo	urina trancada	Mão de pilão na barriga (cura também dor de barriga)
	verruga	Tirar o fio da crina (sedem) e amarrar
	carrapato	Passar vassoura de mato na sexta minguate
	feridas e mordidas	3 brotinhos de catium Surrar o machucado



“Coisas que queremos criar. Eu não saio pras reuniões. Quero que meus netos fiquem no faxinal. Um dos netos veio de Curitiba. Eles trabalham lá e vem no sábado, sempre, todo sábado. Da mesma forma que criei meus filhos, eu quero neto desse jeito. Um outro neto trabalha de garçom, mas sempre vem no domingo. O outro trabalha de servente. Quero criar meus netos comigo toda vida, enquanto não casa. Eu estímulo eles. Não quero que se acaba o faxinal. Quando tem reunião, eles vem na reunião. Eu não vou, mas mando eles.” (D. Paulina Colaço Santos)

realização:

